

A Génese e Evolução da Paisagem de Riba-Côa.

Contributo para a sua análise e proposta de gestão.

Caso de estudo: Reserva da Faia Brava.

Mariana Clara Ferreira Dias

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura Paisagista

Orientadores: Doutor Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

Mestre Eduardo Filipe Fernandes Realinho

Juri:

Presidente: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

Doutor Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Nuno Lecoq pela disponibilidade, paciência e entusiasmo manifestado em orientar o meu trabalho. Pelos sábios concelhos, orientações e confiança transmitida essenciais para a construção desta dissertação. Agradeço-lhe as aulas inspiradoras e enriquecedoras, que me proporcionaram uma descoberta imensa pelos processos culturais e ecológicos da paisagem. Por me ter apresentado o material vegetal como uma forma de arte essencial à paisagem nas suas múltiplas facetas funcionais e estéticas, desde a pequena escala do jardim à grande escala das serras.

À equipa da ATN, agradeço o acolhimento e a oportunidade de conhecer e contribuir para o seu projeto, em particular, ao Eduardo Realinho pela generosidade com que me deu a conhecer a beleza de Riba-Côa, dos seus territórios e das suas gentes. Agradeço-lhes também toda a informação cedida e experiências proporcionadas.

A todos os professores do ISA que contribuíram para a minha formação, agradeço o conhecimento transmitido determinante para a capacidade de análise e de fundamento deste trabalho e de outros futuros que virão.

Aos meus pais, agradeço a liberdade de escolha e a oportunidade proporcionada na selecção da minha formação académica. A eles, um especial agradecimento por todas as memórias e aventuras há descoberta das paisagens portuguesas e da riqueza das suas tradições, que sem dúvida me influenciaram para a realização deste trabalho.

E por último, mas não menos relevante, agradeço aos meus amigos pelo apoio e acompanhamento nos vários momentos desta dissertação.

RESUMO / PALAVRAS-CHAVE

O presente trabalho propõe-se a estudar a origem e a evolução da paisagem de Riba-Côa, procurando entender o papel-ativo do ser humano na transformação de uma paisagem inicial natural e pristina tornada progressivamente mais humanizada e, por isso, cultural. O estudo deste processo pretende ser crítico e refletir sobre as consequências desse mesmo papel, evidenciando os impactes positivos da atividade antrópica e os que não o foram tão certamente.

Finda a descrição desse processo serão apresentadas as consequências do mesmo e a realidade contemporânea resultante com as suas limitações e potencialidades, neste caso em concreto, de uma região de franco carácter rural, debilmente povoada em processo reversivo de renaturalização da paisagem.

Posto isto, será apresentado o projeto do caso de estudo: a Reserva da Faia Brava, uma propriedade com 1170 ha dos quais 214 ha classificados como Área Protegida Privada, a única a nível nacional. Criada e gerida pela Associação Transumância e Natureza, cuja equipa encarou a realidade referida e procurou soluções para criar sustentabilidade neste território, aliando a fixação humana consciente à conservação da natureza em retorno, nomeadamente através da promoção do turismo de natureza, da divulgação dos produtos regionais e da sua produção de um modo pouco intensivo. Aliando-se a estas medidas o desenvolvimento de ações de reflorestação e gestão do coberto vegetal existente, de modo a prevenir incêndios e a criar condições para o aumento da biodiversidade, com base na preservação e reabilitação da heterogeneidade de *habitats* existentes na propriedade.

Após a apresentação do projeto, procede-se a uma proposta de sistematização do mosaico-paisagístico presente na Faia Brava em unidades de paisagem com base em toda a informação apresentada relativa à sua evolução. Posteriormente, serão identificadas fragilidades ecológicas dentro das ditas unidades e propostas medidas para a sua mitigação.

Por fim, como forma de contributo para a oferta turística existente e, de divulgação e sensibilização para a existência das unidades definidas, propõem-se pequenos trilhos temáticos interpretativos das mesmas.

Palavras-chave: evolução da paisagem de Riba-Côa, reabilitação de *habitats*, unidades de paisagem, trilhos temáticos, Área Protegida Privada da Faia Brava.

ABSTRACT / KEYWORDS

The present work proposes to study the origin and the evolution of Riba-Côa landscape, tries to understand the active role of the human being in the transformation of an initial natural and pristine landscape made progressively more humanized and, therefore, cultural. The study of this process intends to be critical and reflect on the consequences of this same role, evidencing the positive impacts of anthropic activity and those that were not so surely.

After this process description, will be presented its consequences and the resulting contemporary reality with its limitations and potentialities, in this specific case, a region of evident rural character, weakly populated in a reversal process of landscape renaturalization.

Following this, the study case project will be presented: Faia Brava Reserve, a property with 1170 ha of which 214 ha classified as Private Protected Area, the only one in Portugal. Created and managed by the Association Transumância e Natureza, whose team faced the aforementioned reality and sought solutions to create sustainability in this territory, combining conscious human attachment to the conservation of nature in return. More precisely with the promotion of nature tourism, the dissemination of regional products and their production in a less intensive way. Combining these measures is the development of reforestation and management of the existing vegetation cover in order to prevent fires and create conditions for increasing biodiversity, based on the preservation and rehabilitation of existing *habitat* heterogeneity on the property.

After the project presentation, a proposal is made to classify the Faia Brava landscape mosaic in landscape units based on all the information presented regarding its evolution. Subsequently, ecological fragilities within these units will be identified and measures proposed for its mitigation.

Finally, as a contribution to the existing touristic offer, dissemination and raising awareness for the defined units existence will be made with the proposal of small thematic trails interpretative of them.

Keywords: Riba-Côa landscape evolution, *habitats* rehabilitation, landscape units, thematic trails, Faia Brava Private Protected Area.

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

- APP:** Área Protegida Privada
- APR:** Áreas Predominantemente Rurais
- ATN:** Associação Transumância e Natureza
- CAOP:** Carta Administrativa Oficial de Portugal
- CEAP:** Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”
- COS’07:** Carta de Ocupação do Solo de 2007
- DGT:** Direção-Geral do Território
- DGOTDU:** Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- EDP:** Energias de Portugal
- EIA:** Estudo de Impacte Ambiental
- ETRS:** European Terrestrial Reference System
- GRVC:** Grande Rota do Vale do Côa
- IBA:** Important Bird Areas
- ICNF:** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- IGESPAR:** Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- INE:** Instituto Nacional de Estatística
- IPA:** Instituto Português de Arqueologia
- ISA, UL:** Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
- PAVC:** Parque Arqueológico do Vale do Côa
- POPA:** Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico
- SIC:** Sítio de Interesse Comunitário
- UNESCO:** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- UP:** Unidade de Paisagem
- UICN:** União Internacional para a Conservação da Natureza
- ZIF:** Zona de Intervenção Florestal
- ZPE:** Zona de Proteção Especial

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. UP Rio Côa e Bosque Ripícola: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação

Quadro 2. UP Fragas e Vertentes Cascalhentas: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação

Quadro 3. UP Bosquetes do Planalto: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação

Quadro 4. UP Montado da Beira Transmontana: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Etapas evolutivas entre uma paisagem natural e uma paisagem cultural
- Figura 2.** Elementos da estrutura ecológica da paisagem
- Figura 3.** Localização geográfica da região de Riba-Côa
- Figura 4.** Região de Riba-Côa: valor ecológico do solo
- Figura 5.** Vegetação ripícola do vale do Côa: montante, troço médio e jusante
- Figura 6.** Arte pré-histórica no vale do Côa: gravura de cabra-montesa, pinturas antropomorfas e gravura de cavalo selvagem
- Figura 7.** Culturas agrícolas predominantes: vinha, amendoal e olival na região
- Figura 8.** Ruralidades: ovelhas de raça churra, vale do Águeda e habitante local
- Figura 9.** Aves rupícolas na Faia Brava: águias-de-bonelli, britango e grifos
- Figura 10.** Fragas da Faia Brava: *habitat* das matas de zimbro e de azinheira e das aves rupícolas
- Figura 11.** Património rural da Faia Brava: picota, pombal e abrigo de pastor
- Figura 12.** Sobreiro centenário, caminho rural e cavalos garranos na Faia Brava
- Figura 13.** Região de Riba-Côa: conservação do património natural e cultural
- Figura 14.** Unidades de paisagem da Faia Brava classificadas pela DGOTDU
- Figura 15.** Ocupação e usos do solo da Faia Brava e restantes áreas ZIF Algodres e Vale Afonsinho
- Figura 16.** *Habitats* da Faia Brava
- Figura 17.** Séries de vegetação dos *habitats* da Faia Brava
- Figura 18.** Infraestruturas e caminhos existentes na Faia Brava
- Figura 19.** Proposta de unidades de paisagem para a Faia Brava
- Figura 20.** Proposta de percursos para a Faia Brava
- Figura 21.** Trilho da bolota: análise de vistas
- Figura 22.** Trilho das fragas: análise de vistas
- Figura 23.** Trilho do pombal: análise de vistas
- Figura 24.** Placa de sinalização: trilho da bolota
- Figura 25.** Placa de sinalização: trilho das fragas
- Figura 26.** Placa de sinalização: trilho do pombal

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO / PALAVRAS-CHAVE	II
ABSTRACT / KEYWORDS.....	III
LISTA DE QUADROS	V
LISTA DE FIGURAS	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONCEITOS BASILARES.....	3
2.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM: DOIS CONCEITOS COMPLEMENTARES.....	3
2.2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA PAISAGEM.....	4
2.3. PAISAGENS RIBEIRINHAS NO CONTEXTO MEDITERRÂNICO	7
2.4. COMPONENTES DE COMPREENSÃO E APRECIACÃO DA PAISAGEM: QUALIDADE E CARÁCTER.....	9
2.4.1. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PAISAGEM.....	9
2.4.2. PAISAGENS RIBEIRINHAS DE QUALIDADE.....	11
3. A GÉNESE DA PAISAGEM DE RIBA-CÔA.....	14
3.1. A INTERIORIDADE AGRESTE	14
3.1.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	14
3.1.2. CONTEXTO BIOFÍSICO: CLIMA, HIPSOMETRIA, DECLIVES, MORFOLOGIA DO TERRENO, GEOLOGIA E SOLOS	14
3.1.3. FLORA.....	17
3.1.3.1. Retrospectiva histórica da flora	17
3.1.3.2. <i>Habitats</i> atuais.....	19
3.1.4. FAUNA.....	22
3.1.4.1. Retrospectiva histórica da fauna	22
3.1.4.2. Fauna atual.....	22
3.2. OCUPAÇÃO ANTRÓPICA: CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL.....	26
3.2.1. POVOAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS: PALEOLÍTICO E NEOLÍTICO	26
3.2.2. POVOAMENTOS PROTO-HISTÓRICOS: IDADE DO BRONZE E IDADE DO FERRO	29
3.2.3. ROMANIZAÇÃO E ÉPOCA MEDIEVAL.....	30
3.2.4. PASSADO RECENTE E ÉPOCA CONTEMPORÂNEA.....	33
3.3. RENATURALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	37
3.3.1. DESEQUILÍBRIOS: A SOBRE-EXPLORAÇÃO RURAL E O ÊXODO RURAL	37
3.3.2. POTENCIAL DE CONSERVAÇÃO FRUTO DO DESAFOGO ANTRÓPICO.....	39
3.3.2.1. Parque Arqueológico do Vale do Côa	39
4. CASO DE ESTUDO: RESERVA DA FAIA BRAVA	41
5. PROPOSTA DE ANÁLISE PARA A FAIA BRAVA: UNIDADES DE PAISAGEM.....	47
5.1. METODOLOGIA DE DELIMITAÇÃO	47
5.2. CARACTERIZAÇÃO.....	56

6. PROPOSTA DE GESTÃO PARA A FAIA BRAVA.....	63
6.1. FRAGILIDADES ECOLÓGICAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA AS UNIDADES DE PAISAGEM.....	63
6.2. TRILHOS INTERPRETATIVOS DAS UNIDADES DE PAISAGEM.....	69
7. CONCLUSÕES.....	79
8. BIBLIOGRAFIA.....	83
9. ANEXOS.....	88

1. INTRODUÇÃO

O ser humano ao longo do seu percurso evolutivo tem vindo a aprimorar a sua inegável capacidade de criar e modificar paisagens à medida das suas necessidades e ambições. Engenho esse, que pelos impactes notórios às diferentes escalas desde a local à planetária o tem vindo a destacar cada vez mais enquanto espécie, ao ponto de nos dias de hoje se colocar a hipótese de a ocupação humana ter sido decisiva para o início de uma nova Era na Terra, o Antropoceno.

A construção destas paisagens ditas culturais, infelizmente nem sempre se tem revelado em equilíbrio com as demais componentes que constituem as restantes paisagens naturais ou não transformadas pela humanidade. Sendo atualmente inúmeros os reflexos desse desequilíbrio, desde o agravar de fenómenos de erosão dos solos, cheias, incêndios, alterações climáticas, extinção de espécies, aumento de pragas e de doenças, entre tantos outros. Concretamente no contexto nacional, predominando em Portugal o carácter mediterrânico, as problemáticas anteriormente referidas urgem de ser analisadas e procuradas soluções para a sua mitigação pelo eminente risco de se agravarem as condições de aridez que já se fazem sentir. Com as civilizações mais antigas do mundo, a região mediterrânica revela um longo historial de ocupação e transformação do território, imperando por isso paisagens de forte carácter cultural em detrimento das paisagens naturais vestigiais. Numa região onde a problemática é a tendência para a escassez de água e altas temperaturas, a paisagem invariavelmente tende a refletir essa realidade com o predomínio de espécies adaptadas a estas condições, de carácter perenifólio por vezes melífero e pirófito. Como tal, tendem a existir extensões de matas e matos secos, de tonalidades verdes constantes que quebram a sua monotonia com a ocorrência de singularidades lineares: as paisagens ribeirinhas que trazem novo folgo com a sua folhagem dinâmica e sazonal, terrenos férteis e água que renova e nutre este mosaico-paisagístico; e constituem importantíssimos corredores ecológicos de circulação, abrigo e alimentação para a fauna. Seguindo talvez o seu instinto biológico, o ser humano desde sempre reconheceu o seu valor, tendo desenvolvido variadas estruturas e formas de ocupação do solo associado a estes nichos de fertilidade e abundância.

Tendo os factos referidos em mente, surge o contexto do presente trabalho relativo à paisagem de Riba-Côa, uma região planáltica com características continentais contida entre três vales dominantes: o Douro, o Côa e o Águeda. O trabalho parte de uma base conceptual que procura organizar conceitos a utilizar posteriormente na análise e proposta a desenvolver, nomeadamente: a distinção entre território e paisagem, as componentes da paisagem e respetivas dinâmicas de funcionamento, a importância das paisagens ribeirinhas do contexto mediterrânico e, as componentes para determinar a qualidade e o carácter de

uma paisagem. Arrumadas as ideias conceptuais, procede-se há procura de respostas para as seguintes questões relativas há paisagem em estudo:

Qual foi a génese da paisagem de Riba-Côa?

De que modo o papel do homem contribuiu para a transformação desta paisagem e a sua conversão numa paisagem cultural? E quais foram as consequências ecológicas e sociológicas daí resultantes na organização deste território?

Considerando o contexto atual de tendência de despovoamento e renaturalização da paisagem de Riba-Côa, que estratégias territoriais estão a ser desenvolvidas a fim de encontrar um equilíbrio entre as duas tendências?

Procuradas as respostas para as questões anteriormente referidas, sucede-se a análise detalhada do mosaico-paisagístico existente no caso de estudo: a Faia Brava. Nomeadamente, através da inventariação dos *habitats* e biodiversidade faunística associada, da tipologia de usos do solo estabelecidos durante a ocupação humana atualmente em processo de reabilitação pós-abandono e, do património rural construído associado aos referidos usos. Terminada a inventariação, procede-se a uma proposta de interpretação deste mosaico em unidades de paisagem, com a finalidade interrelacionar as várias tipologias de informação inventariada.

Finda a etapa analítica, elabora-se uma proposta de gestão das unidades estabelecidas dividida em duas componentes: a enumeração de fragilidades ecológicas encontradas em cada uma das unidades de paisagem e formas de reabilitação das mesmas e, a proposta de trilhos temáticos e respetiva sinalética de modo a enriquecer a oferta turística existente na Faia Brava numa vertente mais abrangente de turismo de paisagem.

Através da estrutura descrita, o presente trabalho pretende provar que a tendência para o despovoamento nos territórios fronteiriços do interior, em grande parte fruto de uma estrutura de sobreexploração de recursos naturais, não é irreversível. Antes pelo contrário, cria o potencial e a necessidade de desenvolver novas estratégias de gestão territorial que promovam a sua coesão paisagística e a fixação de pessoas ligadas a novas atividades sejam turísticas, educativas, de investigação ou agro-silvo-pastoris pouco intensivas e não poluentes. Reconhecida a solução deste modelo de gestão territorial, o presente trabalho propõe soluções para a reabilitação ecológica dos *habitats* mais fragilizados deste mosaico-paisagístico, em concreto na área de estudo: a Faia Brava. E ainda, pretende desenvolver material de divulgação de suporte às atividades turísticas e educativas desenvolvidas na propriedade, que revelem os recursos desta paisagem cultural sistematizados em unidades de paisagem.

2. CONCEITOS BASILARES

2.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM: DOIS CONCEITOS COMPLEMENTARES

Entende-se por território “(...) uma porção da crosta terrestre, limitada por fronteiras naturais ou convencionais, ao qual o Direito Administrativo atribui a gestão por determinadas entidades”. Sendo, por isso, uma unidade geográfica que pode incluir uma ou mais paisagens dentro dos seus limites, (MAGALHÃES, 2001: 53).

O termo paisagem de definição mais complexa, começa a surgir com evidência a partir da Idade Média num contexto pictórico com a representação da beleza natural selvagem na pintura holandesa, evidente em autores como Rubens, Poussain e Breughel. A partir do século XIX, no período pós-Revolução Industrial, a definição de paisagem torna-se mais abrangente para além da sua componente visual, ao incluir novas ciências de estudo e análise das componentes e dinâmicas espaciais do território, nomeadamente a Ecologia, a Geografia e a Arquitetura Paisagista. Por definição passa a conjugar a percepção visual, a cultura resultante das intervenções antrópicas e a ecologia baseada nas dinâmicas ecossistémicas (ANDERSEN, 1992 *in* MONTEIRO, 1998: 4).

Nesta perspectiva holística que se assume até à contemporaneidade, a paisagem é considerada um sistema vivo e dinâmico, em que os factores naturais (componentes biofísicas) e culturais (transformações e criações humanas) se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados por uma estrutura global que os sustenta (DGOTDU, 2004a:10).

A paisagem é ainda a base de “(...) interação espacial e temporal, entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade” (DGOTDU, 2004a:10). Sendo o ser humano considerado para além de uma espécie biológica, o mais potente agente formador de modificações na paisagem devido à tecnologia de que dispõe quando comparado com os restantes fenómenos naturais à escala geológica, conferindo-lhes um carácter psicossocial, tecno-económico e espiritual. Nesse sentido, o ser humano enquanto agente cultural atua na sua envolvente ecológica e, as suas ações são condicionadas por factores ambientais, físicos ou económicos e, podem ser de carácter temporário ou permanente, com manifestações distintas às diferentes escalas desde a local à internacional. A sua atuação influencia a estrutura da paisagem e, por isso, a sua composição e as suas dinâmicas. E, nesse sentido não é possível estudar os processos ecológicos sem considerar os impactes humanos, as suas necessidades e responsabilidades (DGOTDU, 2004a:10; OLIVEIRA, 2000: 23).

No contexto europeu, mais precisamente na região mediterrânica, o longo historial de povoamento e consequente exploração das áreas naturais, tornou-as atualmente vestigiais

o que permite afirmar que na Europa predominam as paisagens culturais ao invés das paisagens naturais. A dita paisagem rural ou cultivada, de matriz predominantemente agrícola com pequenas áreas construídas (povoados de aldeia ou de vila) e ecossistemas naturais, é a paisagem cultural menos artificializada com maior proximidade com a paisagem natural pristina que não foi modificada pela humanidade. A ruralidade é evidente na estrutura linear imposta que se adapta às formas naturais de relevo, as quais condicionam o grau de mecanização e intensificação cultural (MAGALHÃES, 1996 *in* OLIVEIRA, 2000: 24-25).

O processo de humanização da paisagem, isto é, a construção de paisagens progressivamente mais culturais resulta de técnicas variadas, nomeadamente, civis, agrícolas, naturais ou ambientais. A técnica civil é a que leva à artificialização da paisagem com o suporte e regulação da produtividade abiótica, a técnica agrícola fomenta a produção biótica e confere ruralidade à paisagem, a técnica natural regula a proteção de espécies ou características espaciais e valoriza histórica e esteticamente a paisagem enquanto que, a técnica ambiental resulta da combinação das três anteriores de modo a reparar ou remediar erros ocorridos (ZONNEVELD, 1995 *in* OLIVEIRA, 2000; CABRAL, 1993 *in* OLIVEIRA, 2000: 23).

Da constatação dos argumentos anteriormente apresentados, resulta o conceito de paisagem global que anula a dicotomia cidade/campo, ou a individualização de paisagens em categorias, tais como paisagens industriais, de montanha, ou de litoral. Antes pelo contrário, considera a paisagem como um todo, baseada na definição anteriormente apresentada, que possui várias facetas com características e funções distintas, que coexistem de modo interdependente e integrado num único sistema. Dessa inter-relação resultam variadas dinâmicas territoriais de expansão, intensificação, abandono, urbanização, industrialização, entre outras (DGOTDU, 2004a: 22 e 30).

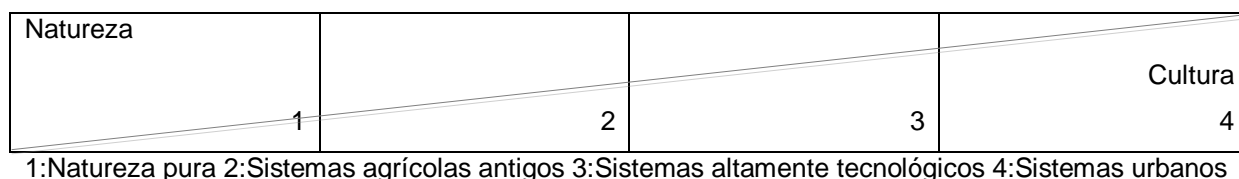


Figura 1. Etapas evolutivas entre uma paisagem natural e uma paisagem cultural (Adaptado ZONNEVELD, 1995 *in* OLIVEIRA, 2000)

2.2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA PAISAGEM

A análise estrutural das características da paisagem, objetivo da Ecologia da Paisagem, é essencial para a compreensão do seu funcionamento – movimentos e fluxos de animais/plantas/vento/água/materiais/energia através da sua estrutura – e, posterior, detecção de problemas, previsão de mudanças e elaboração de planos integrados de

gestão e ordenamento do território nessa paisagem (DRAMSTAD *et al.*, 1996 *in* OLIVEIRA, 2000; FORMAN e GODRON, 1986 *in* OLIVEIRA, 2000: 9-10).

As várias facetas da paisagem distinguem-se pelo seu tipo de padrão/matriz com base na combinação dos elementos que a constituem, ou seja, a disposição do seu mosaico/combinação das parcelas e da sua rede/corredores. Por sua vez, o tipo de estrutura determina o carácter da paisagem em análise, resultante da combinação dos seus elementos e que lhe atribui coerência e identidade às diferentes escalas, seja local, nacional ou internacional (DGOTDU, 2004a: 30-31; MONTEIRO, 1998:19).

As parcelas são “(...) áreas não lineares na paisagem de comunidades vegetais e animais que diferem da matriz na estrutura e/ou composição das espécies (...)” (FORMAN e GODRON, 1986 *in* OLIVEIRA, 2000: 11). Podem resultar de perturbações como a regressão de espécies ou alteração dos usos na parcela de origem ocasional tornando-a vulnerável ou, de origem crónica favorecendo a sua permanência. As parcelas remanescentes resultam da permanência vestigial de uma parcela originária maior que foi sujeita a uma grande perturbação. As parcelas introduzidas são frequentemente de origem antrópica, devido à introdução de um novo uso ou organismo que se impõe aos restantes nativos pré-existentes, devido à competição por recolonização a sua permanência depende da frequência dos trabalhos de manutenção. As parcelas, podem resultar também, de recursos ambientais quando há uma distribuição heterogénea e estável desses recursos e, os processos de recuperação da matriz de natureza diferente ocorrem em pequena escala.

A variação da parcela em área e tipo de fronteira/porção exterior são diretamente proporcionais há sua capacidade de produção de biomassa, riqueza em composição e biodiversidade e, inversamente proporcionais ao efeito de orla daí resultante. As condições ideais de riqueza ecológica ocorrem nas parcelas de grande dimensão com orlas de origem natural (de desenho orgânico e complexo), devido à sua capacidade de albergar em simultâneo espécies de interior com comportamento mais territorial e estatuto de conservação e, espécies de orla mais comuns e versáteis (OLIVEIRA, 2000: 11-13).

Os corredores são áreas lineares que permitem a união ou separação de parcelas, com largura e níveis de conectividade ao longo da sua extensão variáveis. Distinguem-se da matriz pelas suas funções de condução, proteção, filtragem (fluxos exterior/interior), *habitat* ou sumidouro de certas espécies, fonte de recursos e de estética. Os corredores podem ser de tipologia linear com largura menor e predominância de espécies de orla, em banda com largura maior e diversidade de espécies de orla e de interior ou, ainda fluviais quando desenvolvidos ao longo de um curso de água com valências e funcionalidades muito próprias (tipologia caracterizada ao pormenor mais a adiante). O conceito de corredor verde surge em Portugal na década de 80 com o Arquiteto Paisagista Francisco Caldeira Cabral

através do termo *Continuum Naturale*: conjunto formado por elementos naturais contínuos com funções próprias que garantem a qualidade de vida. Segundo Cabral (1980) os corredores asseguram uma dada continuidade, elasticidade/capacidade de adaptação a adversidades que garante o seu funcionamento, meandrização/tendência para aumentar os interfaces entre os elementos da paisagem e, intensificação de modo a otimizar o uso dos recursos disponíveis (OLIVEIRA, 2000: 16; FORMAN e GODRON, 1986 in OLIVEIRA, 2000: 12; CABRAL, 1980 in VALLE, 1998: 10-11).

A matriz é o elemento que ocupa maior superfície na paisagem e relaciona os dois elementos previamente descritos, sendo o que revela maior conectividade e, por isso, regula com maior eficácia os fluxos entre os elementos (OLIVEIRA, 2000: 20).

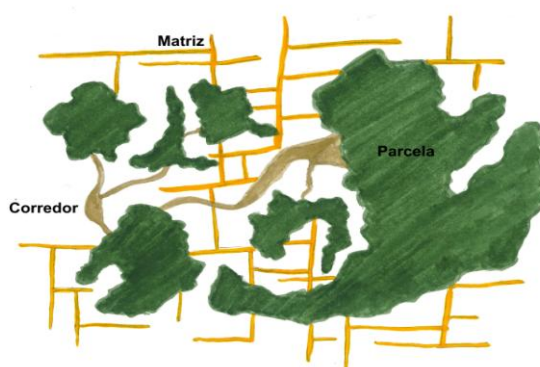


Figura 2. Elementos da estrutura ecológica da paisagem (adaptado de FORMAN e GODRON, 1986 in OLIVEIRA, 2000)

O tipo de estrutura e o modo de funcionamento da paisagem revela níveis variáveis de conectividade e heterogeneidade. A heterogeneidade corresponde ao nível de complexidade do mosaico paisagístico devido à distribuição não aleatória e desigual dos elementos, influencia a sua diversidade e, a existência de contrastes e de fronteiras. Enquanto que, a conectividade exprime a integridade estrutural e funcional da paisagem, variável consoante a escala de análise e os processos ecológicos e antrópicos em questão.

As dinâmicas funcionais e estruturais da paisagem podem sofrer perturbações de origem natural biótica (doenças, competições territoriais/tróficas, entre outras), natural abiótica (catástrofes naturais, por exemplo devido a sismicidade, ação do vento ou da água) ou na maioria dos casos antrópica. As modificações mais comuns resultantes das perturbações são a fragmentação com a quebra de uma grande parcela/corredor em vários de menor dimensão e, a perfuração que consiste na abertura de clareiras no interior de uma parcela. Para além destes pode ocorrer a dissecação por divisão de uma parcela em duas separadas por um corredor, o encolhimento devido à diminuição da área de uma parcela/corredor ou, o atrito que leva ao desaparecimento de *habitats* na parcela/corredor em causa (FORMON e

GODRON, 1986 *in* OLIVEIRA, 2000; ZONNEVELD, 1995 *in* OLIVEIRA, 2000: 27, 33, 35-37).

2.3. PAISAGENS RIBEIRINHAS NO CONTEXTO MEDITERRÂNICO

O rio ao longo da história da humanidade tem sido visto como um elemento espiritual mítico, de sacralização para satisfazer as exigências humanas e, como fonte de recursos essenciais à sua sobrevivência (SARAIVA, 1995b *in* MONTEIRO, 1998: 9).

As necessidades hídricas condicionaram o estabelecimento das primeiras civilizações junto a superfícies de água que originaram as grandes cidades da antiguidade, nomeadamente no vale do Nilo, Eufrates, Tigre e Indo. O rio e a água em geral, considerados bens preciosos, símbolo da vida e da pureza, foram desde os primórdios elemento de estruturação do espaço e de ligação entre a natureza e o ser humano, fronteira entre sistemas naturais e sistemas humanizados (SARAIVA, 1995b *in* MONTEIRO, 1998: 9).

Os corredores fluviais/paisagens ribeirinhas são consideradas as paisagens com maior potencial paisagístico na região mediterrânica, quer em contexto predominantemente urbano quer rural. A sua potencialidade deve-se ao elevado valor ecológico, cultural, cénico e estético que contrasta com a matriz aberta e maioritariamente semiárida, em que se insere. Aridez evidente em Portugal que, segundo Orlando Ribeiro (1987), se inclui quase por completo no domínio mediterrânico com máxima expressão a sul do Tejo. De facto, é inegável que, no mediterrâneo, a ação secular da humanidade iniciou-se nesta paisagem com as primeiras transformações agrárias nos solos mais produtivos e irrigados por regueiras, com a prevenção de cheias com azenhas e açudes, e o aproveitamento energético com moinhos de água. Para além das ligações entre-margens com poldras, passagens a vau e pontes que, por vezes, eram o único ponto de comunicação entre terrenos e povoados (SARAIVA, 1995a *in* MONTEIRO, 1998: 12; PERESTRELO, 2002: 166).

Este ecossistema de elevada produtividade, diversidade e complexidade inclui funções hidrológicas de colecta e escoamento da água da sua bacia drenante, biofísicas no suporte de biocenoses aquáticas e ribeirinhas e estabilização das margens, paisagísticas ao vivificar e estruturar o meio natural e, socioeconómicas como fonte de aproveitamento de recursos naturais. No entanto, devido à competitividade entre funções e à falta de parâmetros de avaliação de algumas delas, nomeadamente as biofísicas e as paisagísticas, frequentemente as mais consideradas são as socioeconómicas (SARAIVA, 1995a *in* VALLE, 1998: 14).

Esta sobreposição de interesses torna-se particularmente evidente a partir dos finais do século XIX, com as grandes obras de engenharia de encanamento e regularização do

traçado ripícola, extração de inertes, construção de vias e de barragens que modificaram por completo as dinâmicas fluviais. Construções de elevada artificialização com o objectivo de controlar os ritmos naturais de um modo negativo e, insustentável na maioria dos casos, levando à degradação destes ecossistemas e transformação forçada em zonas artificializadas.

Na década de 60, a mecanização da agricultura permite a drenagem das planícies de cheia, originalmente lameiros/prados periodicamente inundados, e o bosque ripícola é reduzido ao mínimo no alinhamento das margens do curso de água e a sebes que compartimentam os campos agrícolas adjacentes. No culminar de todas estas intervenções, o rio perde a sua importância ecossistémica desligado do meio terrestre (VALLE, 1998:13-14, 17).

As dinâmicas do rio (encaixe no leito, erosão e deposição nas margens), a natureza geológica e dos solos resultantes, as características físicas e bióticas são factores que quando combinados, permitem a variedade geomorfológica de canais fluviais e leitos de cheia, vales na paisagem, vegetação ripícola com equivalentes serviços ecossistémicos e percepção visual de qualidade e, atividades humanas ligadas ao aproveitamento dos recursos deste sistema (SWANWICK, 1997 *in* MONTEIRO, 1998; SARAIVA, 1995a *in* MONTEIRO, 1998: 11-13).

O termo ripícola originário do latim, que significa margem (=ripa) habitada (=colere), provém das suas características ecológicas e estruturais. O traçado variado linear/curvilíneo/meandrizado permite a coexistência de *habitats* aquáticos/terrestres/mistos, gradientes de vegetação de porte herbáceo a arbóreo consoante o tipo de substrato e de flutuação de caudal e, variações no regime de escoamento longitudinal com regiões mais instáveis de regime torrencial turbilhonar e transporte de grandes detritos ou, mais estabilizadas de escoamento lântico e deposição fluvial (VALLE, 1998: 14).

A vegetação ripícola é essencial para a estabilização das margens e prevenção das cheias. Constitui uma barreira física que diminui a velocidade de escoamento do rio e o volume de detritos transportados atenuando os impactes a jusante, assim como a velocidade de entrada dos afluentes/ribeiras tributárias. O traçado meandrizado e o sistema radicular bem desenvolvido favorece a infiltração da água no solo com o abastecimento dos aquíferos e, aumenta o tempo de retenção por secção ao longo do curso de água. O material lenhoso vivo ou morto (troncos, ramos e folhagem) é um importante local de abrigo para a fauna e, as sementes e frutos uma fonte de alimento e de energia. Por outro lado, o ensombramento permite regular a temperatura ao condicionar a entrada de vento e de radiação solar direta e prevenir a eutrofização com “blooms” de algas.

A vegetação é uma barreira de fitorremediação essencial para prevenir a contaminação dos solos e dos cursos de água com compostos de fósforo (fosfatos) e de azoto (nitratos), provenientes de fertilizantes e fitofármacos agrícolas. O processo resulta da ação combinada da vegetação que permite a retenção física e infiltração radicular com, a desnitrificação anaeróbia dos microrganismos decompositores do solo. A filtragem é maior durante o período de crescimento vegetativo e, por isso, é essencial o rejuvenescimento vegetal através dos processos hídricos (erosão/deposição/inundação), assim como o período estival que aumenta a transpiração vegetativa e favorece a absorção radicular das águas contaminadas.

A vegetação constitui ainda um filtro de retenção de partículas transportadas pelo vento e, é importante para criar reentrâncias estáveis nas margens para as desovas de peixes e de anfíbios. Para além de na envolvimento de áreas agrícolas, ser *habitat* potencial para a fauna auxiliar de combate a pragas e doenças, podendo reduzir o uso de agroquímicos nas culturas (SARAIVA, 1995a *in* VALLE, 1998: 13-14; TÁNAGO e JÁLON, 1995 *in* VALLE, 1998; LARGE e PETTS, 1992 *in* VALLE, 1998: 45-48; VALLE, 1998: 34, 39-43, 51-52).

Na sua globalidade, os corredores ripícolas são essenciais para assegurar o equilíbrio dinâmico, isto é, o fluxo constante de água/matéria/energia entre o curso de água e a zona terrestre. Essa harmonia de transição possibilita a diversidade de *habitats* em vários estágios de sucessão ecológica. A continuidade entre o sistema terrestre e o aquático permite a existência de ecótonos, ou seja, uma zona de contato entre *habitats* distintos.

É ainda importante referir, que a conectividade destes corredores é indispensável para determinadas rotas migratórias, por serem linhas contínuas na paisagem que atravessam *habitats* variados, oferecendo em simultâneo condições de abrigo, alimento e proteção de qualidade tanto para espécies de interior com de orla (VALLE, 1998: 45-48).

2.4. COMPONENTES DE COMPREENSÃO E APRECIAÇÃO DA PAISAGEM: QUALIDADE E CARÁCTER

2.4.1. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PAISAGEM

A avaliação da paisagem é um processo dinâmico e contínuo, dada a sua mutabilidade temporal função dos seus processos evolutivos autónomos e dos processos, por vezes, impostos por factores externos naturais ou antrópicos.

O valor da paisagem é determinado com base na sua qualidade (características dos elementos que a tornam aprazível) e, no seu carácter (o que torna a combinação dos seus elementos única e, distinta das demais). A qualidade da paisagem é avaliada através da conjugação da ecologia da paisagem (determina o equilíbrio, a riqueza e as características das componentes que a constituem e tornam viva) com a estética ambiental (aplicação dos

princípios estéticos ao ambiente para a sua valorização ecológica) e, a psicologia ambiental (estudo do comportamento humano no ambiente) (ANDERSEN, 1992 *in* MONTEIRO, 1998: 19).

Poder-se-á afirmar que a qualidade da paisagem possui uma componente subjetiva (a percepção individual ou experiência do observador, um ato criativo sensitivo e condicionado pela sua cultura, época histórica e território onde vive) e, uma componente objetiva (expressão física e visual da paisagem, determinada pelas suas componentes visuais).

A capacidade de percepção do observador é um ato de interpretação, na medida em que só percebe na paisagem o que é capaz de identificar. Essa apreciação baseia-se maioritariamente, cerca de 80%, em estímulos visuais embora os restantes sentidos possam e devam ser tidos em consideração para uma experiência mais rica e abrangente.

A expressão visual da paisagem, é um elemento de estudo essencial para a sua avaliação científica. Mais do que incluir a sua componente estética de beleza cénica (linhas, cores, texturas, entre outras), revela os seus valores ecológicos implícitos, sejam a naturalidade, a diversidade, a produtividade ou o equilíbrio. Assim sendo, poder-se-á afirmar, que existe uma relação direta entre a beleza e a riqueza ecológica da paisagem (MONTEIRO, 1998: 20).

Sendo o ser humano um agente cultural, criador de paisagens (ditas culturais ou humanizadas), existe unanimidade na sociedade quanto à importância da qualidade estética para determinar a qualidade da paisagem. Fundamental para o bem-estar e qualidade de vida das populações, seja por necessidades de subsistência, seja de lazer ou de recreação. Nesse sentido, a qualidade da paisagem é considerada um recurso com valor independente do mercado económico, legado das várias gerações que a humanizaram e deixaram vivas as marcas da sua cultura e, que possui um limite de exploração e capacidade de carga (PORTEOUS, 1996 *in* MONTEIRO, 1998; CÂMARA, 1985 *in* MONTEIRO, 1998; LEITÃO, 1996 *in* MONTEIRO, 1998; SAAP, 1995 *in* MONTEIRO, 1998: 16, 18-20).

As componentes visuais da paisagem podem ser divididas em cinco tipologias: espaço (carácter espacial), forma, linha, textura e escala. E, da conjugação das componentes enumeradas, resultam as seguintes expressões físicas da paisagem com impacto visual, sujeitas a critérios de avaliação:

- Relevo/superfície de terreno: elemento-base de realce e existência das restantes modos de expressão, que determina as suas formas no espaço e a suas variadas distribuições;
- Vegetação: maior fonte de expressão de texturas na paisagem, devido à sua diversidade de folhagem, de cores e de composição;

- Água: expressão de forte contraste devido à sua capacidade de movimento que estimula a sonoridade/musicalidade na paisagem e contrasta com a envolvente “estática”, as variações de cor e capacidade de espelho refletor da envolvente (vegetação, céu, luminosidade, nebulosidade, etc);
- Céu: expressão com efeito de fundo, que confere clareza e profundidade ao cenário observado e, ajuda a compreender e detectar as restantes formas de expressão, essencial para atribuir grandeza/luz/cor/variedade à paisagem;
- Elementos artificiais/património: expressão de contraste singular devido à sua natureza antrópica, que pode variar entre uma construção discreta integrada ou imposta em evidência na paisagem.

(CÂMARA, 1957 *in* MONTEIRO, 1998; MUNIAIN, 1945 *in* MONTEIRO, 1998: 21-22).

Igualmente importante para a avaliação da qualidade visual da paisagem, é a consideração da sua fragilidade visual. Este parâmetro determina o eventual grau de deterioração devido a ações que tenham modificado o território, resultado de características do terreno (declives/orientação das encostas desfavoráveis ou presença de espécies vegetais instáveis, por exemplo) e/ou factores histórico-culturais (modificações no padrão de usos do solo, incompatíveis com as formas e processos paisagísticos) (MOPT, 1992 *in* MONTEIRO, 1998: 23).

Expostos os elementos de análise da paisagem, podem ser diversos os termos de qualidade aplicados para a sua caracterização, apresentado-se em seguida alguns exemplos encontrados: unidade, amplitude, coerência, definição espacial, integridade, mistério, ordem, textura, diversidade, elementos de distinção/ singularidades, grandeza, identificabilidade, legibilidade, variedade e vivacidade (MONTEIRO, 1998: 26).

2.4.2. PAISAGENS RIBEIRINHAS DE QUALIDADE

No contexto mediterrânico, pela simbologia e historial de ocupação humana referidos anteriormente, torna-se indissociável associar as paisagens ribeirinhas a paisagens de qualidade máxima. O trabalho de investigação desenvolvido por Saraiva (1995), procurou justificar as razões dessas preferências, enumerando os seguintes valores principais associados a estas paisagens:

- Paisagens naturais: a pouca intervenção humana, são a sua expressão de excelência;
- Margens com uso agrícola: integrado no ecossistema natural, sem poluição ou urbanizações;
- Infraestruturas tradicionais: construções vernáculas (com materiais da região) e integradas para o aproveitamento sustentável dos recursos ou, prevenção de catástrofes naturais (risco de cheias);

- Vales encaixados: bem marcados na paisagem, constituem linhas orientadoras e dominantes de organização no território;
- Vegetação ripícola diversificada;
- Morfologia de terreno acentuada;
- Presença de caos de blocos/vertentes cascalhentas: aumentam a textura na paisagem.

A riqueza destas paisagens contrasta com outras de menor qualidade estética devido à sua monotonia e, por vezes insalubridade. Nomeadamente, as pequenas ribeiras sem caudal ou com falta de água, vegetação ripícola pobre ou inexistente, ou as zonas de cabeceira a montante das linhas de água em relevo aplanado (MONTEIRO, 1998: 37).

A água um recurso escasso e, por vezes, inexistente em algumas regiões mediterrânicas, constitui a principal fonte de riqueza destas paisagens. Cria contrastes devido às suas dinâmicas de movimento numa envolvente estática e à sua capacidade de reflexão, permite variedade nas margens em plantas e animais devido à diversidade de traçados ripícolas e de escoamento, gera variedade termohigrófila ao favorecer o conforto térmico e, constitui um limite/orla linear marcado na paisagem que atravessa o território separando e unindo o meio aquático com o terrestre. Possui ainda o valor simbólico e emocional que transmite vida, tempo, inconstância e regeneração devido ao seu contínuo movimento.

A morfologia fluvial é influenciada pelos fatores hidráulicos (estado selvagem/não do rio, tipo de caudal, hierarquia fluvial, etc) e topográficos (leito aplanado ou acidentado). E, essa dita morfologia revela o tipo de geometria do canal fluvial, podendo ser: sinuosa (irregular ou regular); divagante (com margens côncavas de erosão e convexas de deposição) com potencial de movimento e mistério na paisagem dado que a água nunca se revela na totalidade num só troço e cria curiosidade de exploração ao observador; meandrizada (mais comum a jusante devido à menor capacidade de transporte de detritos ou em planícies de inundação), com potencial para criar espelhos de água e formas complexas; ou ainda recta (implantação linear), (LITTON *et al.*, 1974 *in* MONTEIRO, 1998: 44-45, 50-51).

A vegetação é um recurso de riqueza dada a sua diversidade e exuberância de alta legibilidade no território, reproduz as linhas da rede de drenagem. É determinante para a avaliação do carácter destas paisagens, considerada rica quando composta por caducifólias e perenifólias, de elevado contraste cromático e com predominância de árvores. São esteticamente interessantes no contraste com a envolvente, de carácter mais árido com espécies perenes agrupadas em comunidades menos ricas.

Visualmente destaca-se pela cor, forma, linhas e volumes, variações cromáticas e texturais sazonais (de destacar o verde viçoso estival e a estrutura de troncos despídos invernante),

densidade, composição/estrutura horizontal, imponência vertical, escala de distribuição (local/regional/territorial) e, nível de naturalidade (MONTEIRO, 1998: 52-53).

Os usos do solo associados ao mosaico-paisagístico atravessado por estas paisagens, por serem biodiversos e complexos, são uma importante componente de análise para a sua qualidade. Dado que, a produtividade e polivalência destes ecossistemas permite a expressão máxima da complexidade e resiliência das paisagens mediterrânicas.

O mosaico, por vezes com limites difusos pouco definidos, inclui a matriz agrícola regular (vinha, olival, pomar de sequeiro/regadio, cereal, pastagem, hortícolas) compartimentada ou não por sebes naturais e/ou culturais (muros de pedra e árvores de fruto), a floresta autóctone natural de interior com os vários estratos e, a vegetação ripícola na envolvente da linha/linhas de água que estruturam e mantêm a produtividade de todo o território (MONTEIRO, 1998: 55).

Os valores patrimoniais destas paisagens representam provas inegáveis de uma relação de equilíbrio entre a humanidade e a natureza. Pela humildade, resiliência, que permitiu ao ser humano uma vivência integrada na paisagem satisfazendo as suas necessidades sem colocar em causa as dinâmicas naturais destes ecossistemas. São vestígios da evolução histórica e cultural das comunidades humanas que transmitem valores, memórias e fazem parte do imaginário colectivo local, para além de promoverem a aprendizagem contemporânea na busca de soluções cada vez mais sustentáveis para o futuro.

Constitui ainda, um recurso atrativo para a preservação e recriação das suas funções/finalidades com fins turísticos, recreativos, educativos, entre outros (MACHADO *et al.*, 1997 *in* MONTEIRO, 1998: 55-56).

Os estudo dos processos geomorfológicos destas paisagens no território, permite entender a origem das principais formas de relevo existentes, sejam vales/encostas/cabeços ou, montanhas e planícies entre eles (peneplanícies de clima temperado ou pediplanícies de clima árido/semi-árido). Para além de permitirem uma prospecção futura quanto há criação de solos, climas distintos, dinâmicas hidrológicas, biodiversidade em flora e fauna e, na sua globalidade, os futuros recursos disponíveis para as gerações vindouras (MONTEIRO, 1998: 46-48).

3. A GÉNESE DA PAISAGEM DE RIBA-CÔA

3.1. A INTERIORIDADE AGRESTE

3.1.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A região de Riba-Côa localiza-se na Beira Interior Norte de Portugal, no distrito da Guarda. Inclui os concelhos do Sabugal, Almeida, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz-Côa. Apresenta uma população total de 39 505 habitantes numa área de 2 716,2 km². Relativamente ao seu contexto económico são áreas predominantemente rurais (APR) com a população ativa ligada na maioria a atividades do sector primário, verificando-se algum dinamismo de serviços e indústrias nas sedes de concelho nomeadamente relacionadas com o turismo, a cultura, o comércio e os serviços públicos. Pelos factores enunciados são considerados Municípios de Baixa Densidade a nível nacional.

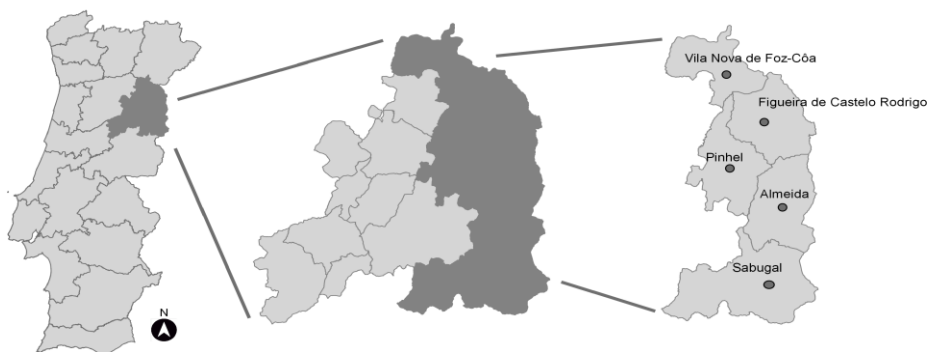


Figura 3. Localização geográfica da região de Riba-Côa

3.1.2. CONTEXTO BIOFÍSICO: CLIMA, HIPSOMETRIA, DECLIVES, MORFOLOGIA DO TERRENO, GEOLOGIA E SOLOS

A região no geral de clima temperado com estação fria, é composta por microclimas de contraste entre o interior do planalto e o vale profundo do rio Côa. A continentalidade é mais evidente no planalto, com amplitudes térmicas anuais até 20°C e, chuvas episódicas torrenciais condicionadas pela barreira da Serra da Estrela a sudoeste (até 700 mm nas zonas altas e 300-400 mm ao longo do vale), evidentemente mais escassas a jusante do rio (< 500mm). As condições descritas são características da região fronteira raiana/beira transmontana (nordeste do distrito da Guarda) a mais continental do clima das Beiras, com calor e estio acentuado no verão (julho-agosto) e, geada e nevoeiro no inverno/primavera (dezembro-abril) acima dos 500 metros de altitude. As condições extremas contrastam com a amenidade fértil da beira litoral de influência atlântica com estabilidade térmica e pluvial anual e, a região da beira montanhosa (Serra da Estrela e Vale do Mondego) intermédia de transição. A região definida como beira trasmontana, apresenta características semelhantes a Trás-os-Montes com a alternância microclimática entre a Terra Quente (vales encaixados

ou depressões abrigadas no interior com estabilidade climática) e a Terra Fria (planalto exposto em altitude com maior amplitude térmica), (DGOTDU, 2004b: 80; PENA e CABRAL, 1996: 12-13; PERESTRELO, 2002: 24-25; RIBEIRO, 1995a: 321-323).

Em termos de hipsometria (consultar anexo A) a região apresenta as altitudes mais elevadas a sul com as povoações do concelho do Sabugal entre os 700 e os 900 metros e, as formações de maior altitude da Reserva Natural da Malcata e da nascente do Côa na Serra das Mesas entre os 900 e os 1500 metros. O troço médio da região que abrange os concelhos de Pinhel, Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo varia entre os 600 e os 800 metros. Destacando-se em Figueira as formações dominantes do castro de Castelo Rodrigo e a da Serra da Marofa acima dos 800 metros de altitude assim como, as vertentes do vale do Côa e do Águeda abaixo dos 500 metros. A divisão entre os concelhos de Pinhel e Foz-Côa é evidente com a depressão do vale da ribeira de Massueime a altitudes inferiores a 500 metros. A norte, no concelho de Vila Nova de Foz-Côa predominam igualmente altitudes mais baixas inferiores a 500 metros, (PERESTRELO, 2002: 21).

Os declives (consultar anexo B) mais acentuados correspondem às formações com valores superiores a 25% do vale do Douro a norte, do vale do Águeda a este e do vale do Côa que atravessa o centro da região. Para além das referidas, os vales da ribeira dos Gaiteiros e da ribeira das Cabras, marcam a divisão entre os concelhos de Almeida e de Pinhel com declives acima dos 16% e, a ribeira de Massueime no limite norte de Pinhel com valores da mesma ordem. As elevações da Serra da Marofa e de Castelo Rodrigo apresentam declives superiores a 25%. Excepto as depressões dos vales e os relevos de dureza referidos, predominam as extensões dos planaltos com declives inferiores a 8%.

A região inclui-se na bacia hidrográfica do Douro, sendo o rio Côa e o rio Águeda seus afluentes a sul. O Côa tem um caudal anual reduzido de 100 mm/ano principalmente a jusante de Almeida, comparável aos rios mais secos do Alentejo, como tal as suas ribeiras e ribeiros tributários na maioria de carácter mediterrânico caracterizam-se pela escassez de água com tendência a secar no verão. De entre as ribeiras destacam-se as mais importantes já referidas: a ribeira de Massueime a noroeste e as ribeiras de Gaiteiros e das Cabras a sul. Na fronteira com Espanha, o Águeda apresenta uma tipologia de escoamento e caudal semelhante, destacando-se a sul o seu tributário principal, a ribeira de Tourões. Paralelamente ao Águeda escoam-se a ribeira de Aguiar afluente do rio Douro com início na barragem de Santa Maria de Aguiar, um reservatório significativo para a região.

O rio Côa em estado praticamente selvagem regulado por pequenos açudes, apresenta um regime de escoamento na maioria lótico, sendo lântico a montante influenciado pela barragem do Sabugal próximo da nascente e, a jusante em Foz-Côa devido à barragem do

Pocinho no Douro. O estio torna o seu escoamento descontínuo com a formação de pegos/poças de água interligadas nos troços de menor caudal.

Corre de sul para norte ao longo de cerca de 130 km nasce na Serra das Mesas nos arredores da Reserva Natural da Malcata e desagua no rio Douro em Vila Nova de Foz-Côa. Resultante da erosão regressiva do Douro no interface de maior fragilidade entre formações de xisto e de granito, que formou um vale profundo em garganta devido à erosão em regime torrencial e à dureza das formações geológicas erodidas (PERESTRELO, 2002: 20-21, 24-25; ATN, 2008: 17-18; LUÍS, 2011: 11).

A morfologia do terreno (consultar anexo C) da região para além do sistema húmido anteriormente descrito revela o seu sistema seco que inclui as linhas de festo e sempre que estas coincidam com zonas aplanadas os cabeços e, na transição entre os dois sistemas as vertentes. Esta carta permite perceber as formas de relevo dominantes, nomeadamente a extensão em altitude dos planaltos de Riba-Côa evidentes na abundância de cabeços em igual proporção com as zonas aplanadas relativas ao sistema húmido, o que permite concluir que as vertentes serão pouco pronunciadas pela baixa expressividade. E por outro lado, as quebras abruptas dos planaltos para formar os três vales principais com vertentes bem pronunciadas e sistema húmido pouco abundante.

A região inclui-se geologicamente (consultar anexo D) no Maciço Hespérico Antigo dominada por granitos calco-alcalinos, intercalados com rochas sedimentares xisto-grauváquicas do Super Grupo Douro-Beiras. Os granitos biotíticos na metade centro-sul da região são a geologia dominante apresentado alguns filões de quartzo e, em menor número filões de basalto. Na metade centro-norte da região encontram-se granitos de duas micas e granitos e graisses migmatíticos. As formações de xisto e filito predominam a norte no concelho de Foz-Côa e, a sul na Reserva Natural da Malcata e povoação do Sabugal. A zona central apresenta alguns quartzitos, relativos à Serra da Marofa e a Castelo Rodrigo com xistos e filitos associados. Resultado da erosão e metamorfismo dos granitos existem alguns arenitos e conglomerados, ainda que residuais.

O relevo granítico revela-se mais permeável e rico em nascentes no entanto, com caudal reduzido, enquanto que o relevo xistento de tipologia mais impermeável favorece o escoamento torrencial e a erosão superficial. Tal como é possível constatar na carta de morfologia do terreno, anteriormente referida, pela densidade de sistema húmido relativa a cada uma das formações geológicas.

A região pertence há grande formação da Meseta Ibérica, estando incluída na Meseta Norte formada durante o Pliocénico. A Meseta abrange a zona central da Península e as principais cordilheiras montanhosas (Montanhas Cantábricas e a Cordilheira Central). Posteriormente,

o encaixe do rio Douro e atividade tectónica associada, eventualmente no período Quaternário, e dos seus tributários entre eles o Côa e o Águeda determinaram a descontinuidade no relevo com as formações fronteiriças das Arribas do Douro e do Águeda e, no interior da Beira Transmontana com o atravessamento do vale do Côa.

O encaixe dos tributários do Douro com orientação sul-norte foi determinante para a disposição do relevo no mesmo sentido, condicionando a circulação transversal/este-oeste, um entrave ao desenvolvimento regional ao longo da história que levou inúmeras vezes ao ermamento (questão a desenvolver no capítulo 3.2.), (RIBEIRO, 1995a: 72; PERESTRELO, 2002: 20-21, 25).

Na região encontram-se solos (consultar anexo E) litólicos húmicos e não húmicos, alternados com afloramentos rochosos de granito. Os solos são na maioria de produtividade reduzida bem drenados e pobres em matéria orgânica. As formações de granito e os filões de quartzo são as que apresentam menor abundância de formação de solos dada a densidade dos afloramentos rochosos, originando solos de valor ecológico (consultar anexo F) reduzido do tipo antrossolo, cambissolo ou regossolo. Os xistos e os filitos formaram solos com valor ecológico variável a reduzido do tipo umbrissolo e luvisolo. Os solos com valor ecológico mais elevado resultaram dos conglomerados e arenitos e, pontualmente de transições entre granitos e filões de quartzo, sendo pouco abundantes na região. Os solos mais produtivos são do tipo luvisolo ou regossolo, (DGOTDU, 2004b: 80; PERESTRELO, 2002: 22-23, RIBEIRO, 1995a: 56-57, 98; LUÍS, 2011: 11-13).

3.1.3. FLORA

3.1.3.1. Retrospectiva histórica da flora

A vegetação natural da região inclui-se atualmente, segundo a classificação de Rivas-Martinez, no sector Lusitano-Duriense da província Carpetano-Ibérico-Leonesa. Nela predominam *habitats* de floresta essencialmente de zimbro, azinheira e sobreiro, que o longo historial de povoamento com agricultura e pastorícia associada levou ao desbaste de grandes áreas e as converteram em montados de sobro e de azinho e, núcleos residuais de zimbro (LUÍS, 2011: 11-15).

No entanto, nem sempre o clima foi mediterrânico. Registos paleobotânicos datados do Miocénico comprovam que a região já possui-o um clima temperado com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, sem estio e algumas geadas no inverno. Período em que as regiões litorais e baixas da Península estavam povoadas de florestas tropicais e subtropicais, à semelhança da floresta Laurissilva atualmente restrita em Portugal aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Nas zonas altas da região do Côa predominavam, eventualmente, sequoias, ciprestes, espécies da família da nogueira, entre outras semelhantes.

No início do Pliocénico, houve uma fase de transição entre o clima temperado de influência tropical e o mediterrânico que originou os bosques marcescentes/semi-perenifólios de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). Caracteristicamente, bosques de solos profundos e húmidos que no inverno não perdem as folhas murchas de proteção dos gomos durante o frio, para a renovação na primavera com nova folhagem. Já no final deste período, convulsões geológicas e macroclimáticas permitiram a formação do clima mediterrânico com o aumento da amplitude térmica anual e da sazonalidade da precipitação (outubro – fevereiro), levando ao desenvolvimento de vegetação xerófila de folha persistente adaptada à secura. É nesta fase que se desenvolvem as florestas de sobreiro (*Quercus suber*) e de azinheira (*Quercus rotundifolia*), assim como os matos de substituição em áreas perturbadas pelo fogo/doenças/deslizamento de terras como é o caso do medronheiro (*Arbutus unedo*), das estevas (*Cistus salviifolius*, *C. ladanifer*), das giestas (*Cytisus multiflorus* e *C. striatus*), do piorno (*Retama sphaerocarpa*) e do rosmaninho (*Lavandula pedunculata*).

Ao período de aquecimento seguiu-se outro de arrefecimento com o desenvolvimento dos bosques caducifólios peninsulares. É a fase de expansão do castanheiro (*Castanea sativa*) e da zêlha (*Acer monspessulanum*), assim como nas zonas ribeirinhas do amieiro (*Alnus glutinosa*), do freixo (*Fraxinus angustifolia*), dos salgueiros (*Salix* spp.) e dos choupos (*Populus nigra*). A degradação progressiva das florestas tropicais permitiu o desenvolvimento de gramíneas diversas, ancestrais das existentes atualmente e, fonte de alimento essencial aos herbívoros selvagens das eras glaciares que se sucederam durante o Plistocénico.

As glaciações do Plistocénico, favoreceram a expansão da faia (*Fagus sylvatica*), do pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) e do zimbro (*Juniperus oxycedrus*), que após a última desglaciação migraram para as zonas mais altas e inóspitas ou se extinguíram regionalmente. O contrário também se verificou com as espécies mediterrânicas (medronheiro, zambujeiro, sobreiro, azinheira, entre outras) que se refugiaram nos vales mais abrigados (SILVA, 2007b: 17-23; SILVA, 2007a: 17-19, 21).

Vestígios evolutivos que prevalecem na toponímia da região, como é o caso dos povoados do Carvalhal (= carvalho-negral e carvalho-cerquinho), do Soito (= castanheiro), da Meda (= amieiro), das Freixedas (= freixo) ou de Pinhel (= pinheiro-bravo e pinheiro-silvestre), (SILVA, 2007b:165-186).

3.1.3.2. *Habitats* atuais

Atualmente, fruto das condições climáticas e das formações geomorfológicas, a região apresenta *habitats* termomediterrânicos e mesomediterrânicos. Os primeiros, de grosso modo, ao longo do fundo do vale a altitudes inferiores a 250 metros, de microclima quente com verões muito secos e invernos de temperatura moderada, enquanto que, os segundos, a altitudes superiores a 250 metros entre os limites do vale e todo o planalto, com amplitudes térmicas anuais mais pronunciadas, chuvadas episódicas e nevoeiros frequentes no inverno (GAMA *et al.*, 2010: 31).

Habitats apresentados em seguida, incluídos no anexo I da Diretiva 92/43/CEE da Rede Natura 2000:

Os *habitats* termomediterrânicos incluem algumas manchas de floresta de azinheira (*Q. rotundifolia*) em agrupamentos densos associados à zêlha (*Acer monspessulanum*), à cornalheira (*Pistacia terebinthus*), à pereira-brava (*Pyrus bourgaeana*), ao zambujeiro (*Olea europeae* var. *sylvestris*), ao lódão-bastardo (*Celtis australis*) e, arbustivas como a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) e os espargos-selvagens (*Asparagus acutifolius* e *A. albus*) – **habitat 9340**. Os matos de piorno (*Retama sphaerocarpa*) e de rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), resultantes da degradação das florestas de azinheira originais – **habitat 5330**.

A degradação extrema das florestas de azinheira e/ou de sobreiro podem dar origem às formações sub-estépicas de gramíneas e anuais com espécies como a *Poa bulbosa* e variados trevos (*Trifolium subterraneum*, *T. hirsutum*, *T. stellatum*) que, alternam com áreas de perturbação menos intensa de piornais e rosmaninhais – **habitat 6220***. As espécies presentes neste *habitat* são dependentes da frequência do pastoreio ovino, sendo a sua regeneração favorecida pelo pisoteio e fertilização animal.

E nas encostas rochosas siliciosas associadas às florestas de azinheira, encontram-se vários sedum (*Sedum brevifolium*, *S. hirsutum*, *S. album*) e o narciso-das-rochas (*Narcissus rupicola*) – **habitat 8220**.

Nas margens de alagamento episódico do rio Côa, predominam os matos ribeirinhos meridionais de tamujo (*Flueggea tinctoria*), um endemismo ibérico e apenas preservado em rios com reduzidas infraestruturas de regularização de caudal que mantêm as suas dinâmicas de escoamento – **habitat 92D0pt3**. Conjuntamente com os matos de tamujo desenvolvem-se os salgueirais arbustivos de salgueiro-branco (*Salix salviifolia*) – **habitat 92A0pt4**. No limite exterior dos terraços de aluvião, o escoamento torrencial é favorável à ocorrência de choupais-salgueirais de choupo-negro (*Populus nigra*) e salgueiro-fágil (*Salix neotricha*) – **habitat 92A0pt2**. A montante e a jusante, nos troços fluviais de escoamento lântico com terraços abundantes e meandrizados predominam os amiais ripícolas de amieiro

(*Alnus glutinosa*) juntamente com o freixo (*Fraxinus angustifolia*), sanguinho-de-água (*Frangula alnus*), sabugueiro (*Sambucus nigra*) e salgueiro-branco (*Salix salviifolia*) – **habitat 91E0pt1***.



Figura 5. Vegetação ripícola do vale do Côa: montante, troço médio e jusante (Eduardo Realinho, autora – Mariana Dias e PAVC)

No planalto existem algumas zonas húmidas pouco profundas de carácter temporário, nomeadamente no leito dos ribeiros e lameiros adjacentes. Caracterizam-se por extensas comunidades de ranúnculos (*Ranunculus peltatus*, *R. trilobus*, *R. penicillatus*, e *R. saniculifolius*) e, em menor densidade, de meruje (*Montia fontana*) e de *Isoetes histrix* – **habitat 3260**.

Do bosque ripícola do Côa e dos ribeiros persistem alguns freixiais termófilos ainda que muito degradados, devido ao frequente arroteamento destes terrenos férteis para o desenvolvimento de agricultura e pastoreio. Nestas formações predomina o freixo (*Fraxinus angustifolia*), acompanhado do pilriteiro (*Crataegus monogyna*), silvas (*Rubus* spp.), roseiras (*Rosa* spp.) e, eventualmente, carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) – **habitat 91B0**.

Os habitats mesomediterrânicos abrangem as florestas de sobreiro (*Quercus suber*), atualmente pequenos bosquetes residuais devido há intensa conversão em montado através do desbaste arboreo-arbustivo. Estas comunidades vegetais incluem a azinheira (*Q. rotundifolia*), carvalho-cerquinho (*Quercus. faginea*), lódão-bastardo (*Celtis australis*), medronheiro (*Arbutus unedo*), zambujeiro (*O. europeae* var. *sylvestris*), a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) e os espargos-selvagens (*Asparagus acutifolius* e *A. albus*) – **habitat 9330**.

O montado de sobro, caracteriza-se pela supressão das espécies do sub-bosque da floresta de sobreiro inicial, reduzindo-se à comunidade de sobreiros e, eventualmente, azinheiras com regeneração condicionada pelo pastoreio extensivo alimentado por herbáceas de pasto, as referidas subestepes de gramíneas e anuais – **habitat 6310**. O abandono do

pastoreio no montado, permite a sua regeneração com matos de giesta-branca (*Cytisus multiflorus*) e de estevinha (*Cistus salviifolius*) – **habitat 4030**.

Ainda que atualmente residuais existem florestas de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) associado ao raro mostajeiro-de-folhas-largas (*Sorbus latifolia*), ao sanguinho-de-água (*Frangula alnus*), à macieira-brava (*Malus sylvestris*), ao pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e, matos de tojo (*Genista falcata*), giestas (*Cytisus* spp.) e urzes (*Erica arborea*, *Erica cinerea*), em zonas pastoreadas surgem herbáceas como a violeta-brava (*Viola riviana*) e os narcisos (*Narcissus* spp.) – **habitat 9239pt2**. De referir, que este *habitat* predomina na nascente do Côa na Serra das Mesas e na Reserva Natural da Malcata, dos poucos nichos ecológicos restantes a nível nacional.

As formações arborescentes de zimbro (*Juniperus oxycedrus*) marcam a transição termo-mesomediterrânica entre os *habitats*. Relíquias, dispostas nas encostas alcantiladas do vale, são vestígios vivos da evolução bioclimática da região, relativas ao período frio e seco glacial Plistocénico atualmente em estado de fragilidade climática. A espécie coexiste com a cornalheira (*Pistacia terebinthus*), o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), o adorno-de-folhas-estreitas (*Phillyrea angustifolia*) e o espinheiro-preto (*Rhamnus oleoides*) – **habitat 5210pt1**. Forma geralmente mosaicos com as florestas de azinheira e os rosmaninhais e os piornais anteriormente descritos.

Para além da descrição de *habitats* da rede natura 2000, é de referir outras associações vegetais que conferem algumas singularidades a esta paisagem. Nomeadamente as sebes de pilriteiro (*C. monogyna*), roseiras-bravas (*Rosa* spp.), silvas (*Rubus* spp.), freixo (*Fraxinus angustifolia*) e ulmeiro (*Ulmus minor*) que surgem frequentemente a compartimentar parcelas agrícolas e, por vezes como galerias ripícolas dos ribeiros temporários do planalto. Existem algumas charcas artificiais estagnadas com ranúnculo aquático (*Ranunculus peltatus*), lentilha-de-água (*Lemna minor*) e contaminações com a exótica azola (*Azolla filiculoides*). Nos lameiros do planalto para além das espécies anteriormente referidas, podem surgir fetos (*Pteridium aquilinum*, *Asplenium billotii* e *A. trichomanes*), juncos (*Juncus effusus*, *J. bufonius* e *J. inflexus*), maios (*Iris xiphium*) e orquídeas silvestres (*Serapias lingua* e *S. cordigera*).

Ainda associados aos matos baixos em regeneração encontram-se espécies como a arméria (*Armeria transmontana*) e a *Euphorbia oxyphylla* ambos endemismos ibéricos do nordeste, o trovisco (*Daphe gnidium*), o tomilho bela-luz (*Thymus mastichina*), o botão de ouro (*Ranunculus olissiponensis*), a dedaleira (*Digitalis purpurea*), a perpétua-das-areias (*Helichrysum stoechas*), a cenoura-selvagem (*Daucus carota*) e a orquídea silvestre (*Neotinea maculata*), (LUÍS, 2011: 11-15; ATN, 2008: 16-17; SANTOS *et al.*, 2006: 40-43, 61, 68, 86, 106, 122-123, 126, 128, 140, 142).

3.1.4. FAUNA

3.1.4.1. Retrospectiva histórica da fauna

Da pouca informação encontrada é de referir o período Plistocénico nomeadamente durante glaciação de Würm, a mais intensa de todas, que permitiu a formação de gelo nos calotes circumpolares e nas regiões montanhosas de maior altitude. Embora na Europa, este arrefecimento tenha sido mais evidente na região centro-norte, em Portugal modificou a paisagem da Serra da Estrela e do vale do Zêzere, situada a 80 km a sul do vale do Côa, com diminuições da temperatura em 10°C, e da precipitação em 30%-50%. Com as novas condições climáticas sugeriram espécies melhor adaptadas ao frio das paisagens estépicas, nomeadamente grandes herbívoros como os cavalos selvagens de crina levantada (há semelhança dos Przewalski ainda existentes na Mongólia), a cabra-montesa, a camurça, o veado, o gamo e o auroque (antepassado do gado bovino doméstico). Os referidos herbívoros constituíam presas do leão-das-cavernas e do urso, carnívoros dominantes durante este período. Enquanto que nos rios e ribeiras de águas frias e correntes, habitavam espécies como o salmão e a truta.

Com a desglaciação alguns extinguiram-se como é o caso do auroque, outros repovoaram altitudes superiores da Península nos Montes Catábrios e nos Pirinéus (cabra-montesa e camurça) ou foram domesticados (cavalo selvagem), (LUIS, 2011: p. 37-43, 64-65; COSME & MONTEIRO, 2006: 24).

3.1.4.2. Fauna atual

A diversidade faunística da região varia consoante a tipologia de *habitat*, podendo ser associada a contextos mais naturalizados de carácter florestal, mato rasteiro, escarpado ou aquático e de zonas húmidas; ou antes pelo contrário associado a áreas de usos múltiplos agricultadas e de dinâmica pastoril quando os recursos explorados criam condições para o aparecimento de presas, reprodução ou constituem por si fonte de alimento.

Fundamentando os conceitos referidos no capítulo I relativos às componentes ecológicas da paisagem, a tipologia e o contexto envolvente de cada *habitat* condiciona a fauna que nele reside e/ou circula. Existindo, por isso, espécies de interior mais especializadas num dado *habitat*, de orla/interface entre dois ou mais *habitats*, ou de carácter mais flexível de circulação livre. No entanto, estes factores não são irremediavelmente limitantes, antes pelo contrário, a presença de determinadas singularidades na paisagem que quebram a sua monotonia podem criar nichos ecológicos para as ditas espécies mais especializadas de uma dada tipologia de *habitat*, que aqui encontram condições de abrigo, acasalamento, fonte alimentar ou de estratégias de caça. Estruturas de carácter linear como as sebes vivas, bosques ripícolas e pequenas ribeiras no contexto mediterrânico de extensões de montado mais ou menos esparso e matos baixos em regeneração natural, possibilitam a

ocorrência de espécies de carácter florestal especializado que de outro modo não seria tão provável observar.

Nos habitats florestais a densidade e diversidade de estratos de vegetação arbóreo-arbustiva, frutos e sementes alimentícias, assim como, de idade entre indivíduos centenários e jovens, permite a coexistência de uma grande variedade de espécies. Os troncos ocos de árvores envelhecidas são apetecíveis para ninhos de aves como a poupa (*Upupa epops*) e variados morcegos. A abundância de bolotas atrai o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), que se alimenta delas e dispersa outras tantas enterradas no solo para futuro consumo, prestando um notável serviço florestal para a regeneração dos diversos *Quercus* spp. que não sendo consumidos acabam por germinar. O pica-pau-galego (*Dendrocopos minor*) e a trepadeira-azul (*Sitta europaea*) são aves que se alimentam ao longo dos troncos das árvores de larvas e insectos contribuindo para a manutenção da fitossanidade vegetal; havendo ainda uma reciclagem de ninhos abertos pelos pica-paus que podem ser mais tarde povoados por estas aves cavernícolas. A águia-calçada (*Aquila pennata*), de carácter migratório estival, é comum em extensões de floresta de azinheira e de sobreiro. O gato-bravo (*Felis silvestris*), pode ocorrer neste tipo de *habitat*, em áreas florestais pouco densas, de preferência junto a espécies caducifólias, aproveitando antigas tocas de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) dos quais se alimenta, assim como em menor quantidade pequenos pássaros, répteis e anfíbios.

O corço (*Capreolus capreolus*), herbívoro de médio porte, adapta-se a este tipo de *habitat* procurando intercala-lo com clareiras onde se alimenta maioritariamente de prados de leguminosas e, por vezes, de cogumelos. O javali (*Sus scrofa*), considerado uma espécie cinegética e com população saudável e abundante no território, tem uma alimentação omnívora com preferência por bolotas e tubérculos generalizados e podendo alimentar-se de coelhos, ratos ou invertebrados como minhocas. A existência das últimas duas espécies referidas são essenciais para o retorno do lobo ibérico (*Canis lupus signatus*), o predador de topo carnívoro que atualmente se encontra em perigo de extinção na Península Ibérica e, que em Portugal subsiste com populações muito reduzidas confinadas às áreas protegidas essencialmente a norte, em Trás-os-Montes e no Minho.

Os matos rasteiros, frequentemente alternados com aglomerados rochosos da planície são favoráveis a populações-presa residentes de coelho, pequenos roedores e répteis como o sardão (*Timon lepidus*) o maior lagarto existente na Península Ibérica, a lagartixa-de-dedos-denteados (*Acanthodactylus erythrurus*), a cobra-rateira (*Malpolon monpessulanus*) e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*). As florações sazonais atraem polinizadores variados como as borboletas fritilária-mediterrânica (*Melitaea dydima*) e a ponta-laranja-do-douro (*Anthocaris euphenoides*).

As fragas que formam as vertentes do vale do Côa, formação aliás comum ao vale do Douro e ao vale do Águeda, são o *habitat* ideal para algumas aves de rapina como é o caso da águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), da águia-real (*Aquila chrysaetos*) e do bufo-real (*Bubo bubo*), assim como para a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), o grifo (*Gyps fulvus*), o abutre-preto (*Aegypius monachus*) e o britango (*Neophron percnopterus*). As três últimas referidas, sendo aves necrófagas, são essenciais para a manutenção sanitária dos *habitats* da região ao limparem dos terrenos os animais mortos selvagens ou de produção doméstica. De destacar também a importância do bufo-real em termos de manutenção de populações de coelho-bravo saudáveis ao consumir indivíduos infectados com doenças como a mixomatose e a doença hemorrágica viral.

A inacessibilidade destas zonas para nidificação é essencial para garantir a segurança dos ninhos de eventuais predadores, dado que por serem aves de grande porte (representam as rapinas de maior dimensão que ocorrem no território), necessitam de períodos de incubação de várias semanas até as crias adquirirem a dimensão de juvenis autónomos e abandonarem os ninhos.

Aves insectívoras como o chasco-preto (*Oenanthe leucura*) altamente ameaçado ou o estival andorinhão-real (*Tarchymarptis melba*) podem ser encontradas neste *habitat*. A presença de pombais nos limites do vale permitiu ao longo dos anos a domesticação do pombo-das-rochas (*Columba livia*) que já nidificava neste *habitat*, para a produção de estrume regionalmente chamado *pombinho* aplicado nos campos agrícolas. Esta biodiversidade é a mais representativa e icónica tanto a nível regional como nacional, que devido há sua restrição há raia fronteiriça encontram aqui um nicho ecológico e sobrevivem com densidades populacionais nalguns casos reduzidas, nomeadamente, a águia-de-bonelli, o britango e o abutre-preto.

Os habitats aquáticos e de zonas húmidas incluem o rio Côa, as ribeiras afluentes na maioria de tipologia mediterrânica de carácter temporário e, algumas charcas artificiais. As águas correntes do Côa com as dinâmicas de caudal são favoráveis à ocorrência de espécies de peixes autóctones como a boga-duriense (*Pseudochondrostoma duriense*) e o bordalo (*Squalius alburnoides*) espécies-presa da lontra (*Lutra lutra*), um mamífero carnívoro em declínio na Europa que possui em Portugal uma das poucas populações saudáveis. Estes peixes são também apetecíveis para aves como o melro-d'água (*Cinclus cinclus*), espécie residente que habita as margens das linhas de água. As zonas húmidas podem ser frequentadas por anfíbios como a rã-ibérica (*Rana iberica*), o sapo-parteiro (*Alytes obstetricans*) ou o tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*). Nos bosques ripícolas podem ocorrer espécies como a carriça (*Troglodytes troglodytes*), uma das mais pequenas aves

portuguesas ou a borboleta branca-do-pilriteiro (*Aporia crataegi*) dependente da floração dos pilriteiros para a sua alimentação.

Mais generalistas, são outras espécies características dos mosaicos agro-silvo-pastoris com parcelas de montado, cereal, vinha, pomares variados de regadio ou de sequeiro, lameiros de pasto, matos e pequenas matas. Aqui abundam aves como a pega-azul (*Cyanopica cyanus*), a cotovia-montesina (*Galerida thecklae*) e a toutinegra-real (*Sylvia hortensis*). Os interfaces entre matas e campos abertos atraem a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), as gramíneas espontâneas em terrenos abandonados ou em pousio e os cereais semeados são fonte de alimento para a perdiz (*Alectoris rufa*) e locais ideais para nidificar, os montados favorecem a presença da coruja-do-mato (*Strix aluco*) e do milhafre-real (*Milvus milvus*) atualmente extremamente ameaçado. O alcaravão (*Burhinus oediconemus*) é uma limícola terrestre residente que aprecia áreas de cereal tradicional com rotação de culturas e pousios permitindo-lhe fazer ninhos no solo, assim como a pequena rapina tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*). A coruja-das-torres (*Tyto alba*), presente em áreas de campo aberto com visibilidade de caça, nidifica frequentemente em antigas construções como é o caso de habitações, abrigos de pastores ou pombais abandonados. A existência de muros de pedra seca a delimitar caminhos e propriedades rurais assim como molhes de pedra resultantes da limpeza dos terrenos para cultivo, são favoráveis ao abrigo e nidificação de pequenos roedores, répteis e aves como o mocho-galego (*Athene noctua*). Por sua vez o noitibó-de-nuca-vermelha (*Caprimulgus ruficollis*), ave noturna e insectívora, prefere orlas arbustivas ou de campos agrícolas para nidificar enterrado no solo, espécie em declínio na Europa e vulnerável em Portugal devido à intensificação agrícola, ao aumento monoculturas florestais e ao risco de morte por atropelamento.

A diversidade deste tipo de *habitat* atrai igualmente a raposa (*Vulpes vulpes*), espécie generalista e por vezes destemida que se aproxima dos povoados para se alimentar de animais domésticos dos galinheiros, podendo alimentar-se igualmente de coelhos, pequenos pássaros, insectos como escaravelhos ou frutos variados.

As áreas mais arborizadas do montado e olival podem ser favoráveis à ocorrência da gineta (*Genetta genetta*), um carnívoro de médio porte que se alimenta de pequenos roedores como o leirão (*Eliomys quercinus*), répteis e complementarmente de frutos como a azeitona e as amoras-silvestres, dependendo da estação do ano.

O corço e o javali podem ter um comportamento mais generalista e circular neste mosaico de *habitats*, frequentemente durante a noite ou em contextos de menor perturbação humana.

Dos *habitats* referidos o montado representa a área mais notória na região, sendo concretamente dominante no troço médio do Côa, que inclui os municípios de Pinhel e de

Figueira de Castelo Rodrigo, dado ser a área a explorar mais em detalhe no caso de estudo a apresentar justifica aprofundar a sua caracterização. De um modo geral, pode ser caracterizado como montado de sobreiro esparsos com gestão ocasional, dado que resulta do abandono agrícola e pastoril acerca de cinquenta anos. Apresenta uma regeneração do sub-coberto com matos baixos e matagal, o que favorece a ocorrência de cogumelos e aranhas diversas, que são predadores de topo dos diversos invertebrados que possam ocorrer e afectar a fitossanidade das árvores. A regeneração do sub-coberto permite a ocorrência de espécies como o javali que comprometem a regeneração dos sobreiros devido ao consumo da bolota. O povoamento de sobreiros apresenta alguma fragmentação resultado das antigas práticas pastoris principalmente com rebanhos e, da desmatação para a instalação de parcelas agrícolas, essencialmente de cereal, amendoal e olival, o que permite criar condições para a ocorrência das referidas espécies de carácter agrícola. O atravessamento de ribeiras afluentes do Côa com sebes ripícolas e, nalguns casos, charcas de alagamento criam condições de humidade, abrigo e fontes suplementares de alimento para a biodiversidade. As referidas singularidades em conjunto com as parcelas remanescentes de mata de azinheira, de sobreiro e, nas escarpas alcantiladas, de zimbro permitem a ocorrência de espécies florestais. Poder-se-á afirmar que a notória biodiversidade que se apresenta resumidamente, revela a complexidade de nichos ecológicos que um mosaico paisagístico numa base-matriz de montado permite criar (MATHIAS, 1999: 102, 138, 140, 156-162; PEREIRA *et al.*, 2015: 47-48, 64, 66, 68-69, 72, 74-75, 77-78, 164, 178; ATN, 2008: 16-18, 98-99; FARINHA, 2000: 230).

3.2. OCUPAÇÃO ANTRÓPICA: CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

3.2.1. POVOAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS: PALEOLÍTICO E NEOLÍTICO

O período de povoamento pré-histórico divide-se essencialmente em paleolítico/idade da pedra lascada e neolítico/idade da pedra polida, derivado da origem grega dos termos *paliós* (=antigo), *néos* (=novo) e *líthos* (=pedra) respectivamente. Apesar da divisão simplista dos períodos consoante o tipo de pedra, ambos os processos existiram nas duas épocas, no entanto o crescente desenvolvimento intelectual humano permitiu a evolução do trabalho e uso dos utensílios (LUÍS, 2011: 33).

O paleolítico dado ser o período de ocupação com mais evidências na região do Côa, será descrito em maior detalhe.

O paleolítico inferior, fase evolutiva mais antiga e longa da humanidade que terá durado cerca de dois milhões e quatrocentos mil anos compreende a origem dos primeiros géneros humanos e a sua evolução física e, de um modo mais primário de capacidades mentais. Inclui o *Homo habilis* de locomoção bípede, hábitos alimentares necrófagos e vegetarianos com base em folhas e frutos, habitava as savanas africanas e usava como utensílios seixos

com gume cortante. Quatrocentos mil anos depois surge o *Homo erectus* com alguma capacidade intelectual, um padrão de crescimento e aprendizagem mais evidente, utiliza utensílios de pedra trabalhados por si, para além de necrófago inicia-se na caça, no domínio do fogo e construção de abrigos e, terá iniciado a colonização nos continentes europeu e asiático há um milhão de anos. O que remete aos primeiros indícios de colonização do vale do Côa acerca de quinhentos mil anos pelo *Homo heidelbergensis* fisicamente mais semelhante ao *Homo sapiens* contemporâneo mas com os mesmos hábitos do *H. erectus*.

O paleolítico médio marca a evolução para o *H. neanderthalensis* há cem mil anos, com o desenvolvimento do pensamento simbólico e abstracto, utiliza utensílios com lascas extraídas de blocos de pedra. Coleciona conchas e fósseis como adornos não utilitários, realiza cerimónias para sepultar os mortos, organiza caçadas e recolção em pequenos grupos e desenvolve comunicação através da fala articulada. Na região do Côa, existem escassos vestígios relativos a este período sendo uma incógnita se será devido a falta de condições de preservação ou ocupação escassa do território, destacando-se no entanto o planalto da Olga Grande na margem direita do Côa (LUÍS, 2011: 34-37).

E há duzentos mil anos, no paleolítico superior terá surgido em África o *H. sapiens*, com uma evolução paralela ao *H. neanderthalensis*, e colonizado cem mil anos depois a Europa e a Ásia e, só mais tarde a Oceânia e a América dando origem à humanidade existente nos dias de hoje. Eram inicialmente, caçadores-recolectores, com uma dieta-base carnívora complementada com plantas e frutos. Dos animais aproveitavam os ossos e as hastes para utensílios, as peles para protecção e confecção de vestuário, usavam os tendões como fibras e os dentes como adornos. Desenvolvem a capacidade de diferenciar objetos como pontas de caça, raspadeiras para tratar as peles ou furadores para perfurar. Utilizam como matérias-primas o quartzo, quartzito, o granito e o xisto, apesar de o preferido ser o sílex mais comum na região da Extremadura trabalhadas através de técnicas variadas de talhe, calor, entre outras.

Estas comunidades nómadas deslocavam-se acompanhando as manadas que caçavam, consoante a necessidade de proximidade de zonas de vegetação e fontes minerais onde desenvolviam pequenas pedreiras. A exploração da generalidade dos recursos é comprovada pelas jazidas, isto é, locais que acumulam vários vestígios de atividade humana. Nas zonas altas do planalto os degelos primaveris (este período coincide com os frios glaciares) davam lugar a extensas pastagens e lagos atrativos para os grandes herbívoros, eram locais de permanência temporária e sazonal para tarefas de caça, manutenção dos equipamentos utilizados e conservação dos animais caçados, como o comprovam vestígios de grandes fogueiras e fragmentos de lanças encontrados. No fundo

do vale realizavam-se tarefas domésticas como trabalhar das peles, da madeira, a pesca e a construção de abrigos.

A presença de sílex da região, dada a ausência de formações carbonatadas que estão na sua origem, permite formular a hipótese de que existiriam trocas comerciais e reuniões ocasionais entre a comunidade do Côa e as residentes no centro da meseta ibérica e na extremadura onde estas formações são mais comuns. Esta reunião ocorreria preferencialmente na primavera, fase mais fértil do vale, abundante em água que escorria em canadas dos afluentes até ao Côa, peixes que subiam o rio para desovar como o sável e o salmão e, os referidos herbívoros que se reuniam para reprodução e pasto no planalto. Também durante esta reunião ocorreriam rituais artísticos presentes nas diversas gravuras ao longo do vale, com significados até à data pouco conhecidos poderiam servir para marcar o território, de rituais de boa-sorte antes das caçadas ou para criar representações binárias do mundo como a representação da masculinidade no cavalo e da feminilidade no bisonte (LUÍS, 2011: 38-43, 55, 103-105).

A produção artística é uma das características mais distintivas da espécie humana. Em 1879 as pinturas pré-históricas descobertas por Marcelino Sanz de Sautuola nas grutas de Altamira na região espanhola de Catábria vêm questionar a origem da arte na civilização, reconhecidas como tal no século XX. Ainda no mesmo período, as descobertas nas margens do Águeda em Siega Verde em 1989 e no vale do Côa em 1998 foram determinantes para a classificação da arte rupestre ao ar livre.

A arte do Côa distribui-se por 30 núcleos reconhecidos nos 17 km finais do rio e em alguns vales adjacentes há sua foz como a ribeira de Piscos. 29 deles encontram-se em formações de xisto e só um em granito. As formações de xisto permitem superfícies lisas devido à fracturação em planos favorável à arte através de gravura, que poderia resultar da combinação de técnicas com utensílios líticos de incisão do esboço, picotagem para definir o traço e, adicionalmente, abrasão e raspagem. As gravuras podem surgir isoladas ou combinadas com a pintura há base de corantes vermelhos de óxido de ferro e negros de carvão vegetal e óxido de manganês aplicados com pincéis de cerdas naturais, sopro ou as próprias mãos de modo a criar texturas distintas. As figuras por vezes incompletas colocam a hipótese de outrora terem tido pintura associada que com a exposição às intempéries acabou por erodir com o tempo. As figuras representadas são na maioria zoomórficas, correspondentes aos caprinos, equídeos, bovinos, peixes existentes neste período, por vezes podem aparecer com múltiplos membros para transmitir a ideia de movimento. A representação antropomórfica isto é humana é rara, esquemática e irreal, dado que o homem enquanto indivíduo era um conceito inexistente, só fazia sentido como colectivo/comunidade, antes pelo contrário os animais eram representados individualmente

ou em grupo por fazerem parte da natureza da qual a comunidade dependia para sobreviver (LUÍS, 2011: 48-49, 62-63, 64, 66).

A representação humana e de animais domesticados como o cavalo e o boi torna-se dominante no período neolítico que se sucede com a alteração para modos de vida mais sedentários e a invenção da agricultura e da pastorícia.

O núcleo da Faia, é um dos poucos núcleos do vale que conserva um misto de pintura e gravura e está presente na área de estudo a apresentar. Pela sua natureza granítica de superfície irregular e mais dura para desenvolver a gravura, para além dos pigmentos apenas é usada a técnica de abrasão na representação dos 6 bovinos, 1 cervídeo e 1 equídeo datados do paleolítico. Os vários antropomorfos relativos ao neolítico estão apenas pintados. Este núcleo é significativo dado que revela uma evolução dos modos de vida das comunidades no sentido de se mobilizarem progressivamente do fundo do vale para o planalto que a partir de então passarão a povoar (LUÍS, 2011: 89, 109).

A sedentarização resulta da ausência de novos terrenos para migrar numa dinâmica nómada praticada até ao momento. Com a fixação dos povoados, inicia-se a complexificação e a hierarquização social, a apropriação do solo escasso para produção agrícola e as dinâmicas de troca de excedentes a nível regional e inter-regional.

Os povoados em construções de pedra caracterizavam-se por uma primeira auréola de produção agrícola privada, seguida área pastoril comum e limitada por áreas de bosque progressivamente mais fragmentados e degradados, estrutura de ordenamento que de um modo geral persistirá no território até ao século XX. Neste período cultiva-se principalmente cevada e iniciam-se as construções megalíticas de antas e cromeleques (SILVA, 2007b: 35-37; RIBEIRO, 1995a: 85).

3.2.2. POVOAMENTOS PROTO-HISTÓRICOS: IDADE DO BRONZE E IDADE DO FERRO

Estas primeiras civilizações indo-europeias lusitanas datadas de mil anos a.C. ter-se-ão estabelecido no cimo de cabeços ao longo do vale, com estruturas naturais de defesa proporcionadas pela configuração da própria paisagem dominada por afloramentos de granito e quartzito. A acessibilidade ao rio era essencial para a extração metalúrgica de metais como o estanho, apesar de na região do Côa ter sido pouco abundante e para travessias entre margens e deslocação fluvial, o seu principal meio de comunicação durante a Idade do Bronze e início da Idade do Ferro. Tal como se verifica nos vestígios de povoados no Bogalhal Velho e na travessia no Porto da Vide no município de Pinhel, casos como o de Castelo Rodrigo, justificavam a localização em altitude pela abundância de pasto e de minério na extensão do planalto. A metalurgia permite o desenvolvimento de utensílios

como enxós e machados usados na desflorestação e, o último, como arma de defesa. Desenvolvem-se igualmente os primeiros moinhos manuais portáteis de granito para moer cereal e, eventualmente outros recursos para a produção de farinha como a castanha ou a bolota. O tipo de povoamento e o modo de vida com escassos recursos tecnológicos dificultavam o desenvolvimento da agricultura em terrenos difíceis de trabalhar ou por vezes menos acessíveis, como tal, dominava a atividade pastoril com pasto de ovinos e, eventualmente bovinos resultantes da domesticação e, a olaria rudimentar fonte de riqueza comercial em rotas extensas que acompanhavam as dinâmicas da transumância entre a Beira Alta (vale do Mondego), região norte da Meseta (vale do Côa) e Noroeste (vale do Douro). Eram igualmente explorados recursos pastoris com a produção de lã, leite e derivados, (LUÍS, 2011: 101, 103, 108-109, 121-122; SILVA, 2007b: 36-37).

Na Idade do Ferro, cerca de quatrocentos anos a.C. os povoados passam a fixar-se nos outeiros baixos da planície, à procura de bons terrenos para a agricultura junto às linhas de água do Côa e seus afluentes. Tal como se verifica com o Castelo de Marialva e os Castelos Velhos da Guarda. A fixação dos povoados permite a evolução tecnológica com os primeiros moinhos circulares de mós giratórias que para além do engenho de moagem, são incorporados nos muros e habitações circulares dos povoados. Neste período as gravuras centram-se no homem, por vezes com representações da sua atividade de caça ou a domesticar equídeos e canídeos. Existem também inscrições em alfabeto celtibérico, o que comprova o início do uso da escrita (LUÍS, 2011: 114-115, 117, 126-127).



Imagem 6. Arte pré-histórica no vale do Côa: gravura de cabra-montesa, pinturas antropomorfas e gravura de cavalo selvagem (João Romba e PAVC)

3.2.3. ROMANIZAÇÃO E ÉPOCA MEDIEVAL

O processo de romanização com as campanhas de César contribuíram para a mobilização dos lusitanos no início do primeiro milénio d.C. na procurara de castros com planícies de maior dimensão e fertilidade, prevaleceram no entanto os mais ricos em minério e junto às vias principais de comunicação criadas pelos romanos. Neste período, há uma notável evolução tecnológica com a aquisição de conhecimentos de construção civil,

nomeadamente com o desenvolvimento de vias terrestres hierarquizadas por nível de importância de mobilidade no território, infraestruturas hídricas para controle do caudal fluvial com barragens e açudes e, captação de água para uso doméstico através de poços. O desenvolvimento de estruturas elevatórias para a água com cegonhas e noras não é consensual e, pensa-se que terá sido introduzido pelos árabes e expandido no território pelos romanos.

O desenvolvimento da rede viária teve algumas limitações na região do Côa, dada a irregularidade do relevo montanhoso, notoriamente contrastante com as regiões a sul do Tejo onde as empreitadas foram mais extensivas. A rede viária tinha como objectivo ligações terrestres complexas e extensas que culminavam em Roma, a capital do império. A gestão do trabalho e das mercadorias a nível regional era efectuado pelas *civitas* que se dividiam em povoamentos concentrados de cidades, centros semi-urbanos secundários e povoados em altura e, em povoamentos rurais dispersos de granjas, casais ou *villeae*. Marialva, conhecida à data como terras de *Aravi* correspondia há capital regional que detinha a capacidade administrativa, jurídica, económica e religiosa.

Dadas as limitações geomórfológicas, a região não era atravessada por grandes eixos da administração imperial romana, sendo as vias mais importantes eixos secundários que ligavam as cidades urbanas aos povoados em altura, nomeadamente a via *Emerita* (=Merida, antiga capital lusitana em Espanha)/*Bracara Augusta* (=Braga) e, a via *Emerita/Asturica* (=Astorga em Espanha). A primeira atravessava a região do Côa ligando Belmonte, Castelos Velhos, Póvoa de Mileu e Marialva, enquanto que a segunda estabelecia a comunicação entre a Torre de Almofala junto à fronteira, Freixo de Numão e Marialva. As ligações eram complementadas com pontes e passagens a vau para mercadorias e animais e, poldras para as pessoas, tal como se verifica no Porto da Vide na região sul do Côa junto à fronteira e, na ponte da ribeira de Marialva.

A economia rural baseava-se na agropecuária em terrenos férteis pouco acidentados, de preferência nas zonas baixas fertilizadas pelas cheias dos rios, onde se semeava cereal, posteriormente moído junto ao rio. A olaria evoluiu-o, principalmente próximo da foz nas regiões de xisto com objetos de uso doméstico mais elaborados e, inclusive, construção de telhas para as habitações como se verifica em Marialva, que até então eram cobertas de colmo. As construções eram essencialmente em granito, por ser uma rocha mais fácil de trabalhar e robusta. De referir ainda os santuários rurais, designados como *aras* e *fanais* localizadas em pontos altos do planalto como a Serra da Marofa, já existentes durante a ocupação lusitana, que durante a época romana tinha como finalidade a adoração de Júpiter, divindade protetora das boas colheitas (LUÍS, 2011: 129, 130-131, 154, 160, 162, 166, 171).

A queda do império romano ocorre por volta do século V d.C. com as invasões suevas e visigóticas que de um modo geral mantêm a diversidade de ocupações do território e introduzem o sistema de cunhagem da moeda (LUÍS, 2011: 173, 180).

Inicia-se a época medieval que recupera as práticas de transumância de longa distância do neolítico, entre as montanhas da Serra da Estrela e de Montemuro e as planícies da Campanha de Idanha na Beira Baixa e dos vales do Douro e do Côa na Beira Interior Norte. Esta prática é incentivada pela Coroa para a exportação de lã.

Desenvolve-se o sistema de montado com a simplificação do bosque inicial de sobreiros, azinheiras, carvalho-negral e carvalho-cerquinho e matos associados, prevalece o sobreiro e a azinheira em dominância e os arbustos são convertidos em estrato herbáceo com o cereal semeado. As podas são frequentes para aumentar a produção de bolota para alimento suíno, ainda que na região do Côa esta prática não tenha sido tão frequente dado o relevo acidentado. São introduzidas plantações de castanheiro para a exploração da castanha no fabrico de pão ou simples em substituição da batata que só chegaria muito mais tarde (finais do século XIX) vinda do continente americano com os Descobrimentos.

D. Sancho I em 1199 funda a cidade da Guarda, local alto e desabrigado para controlo da fronteira, para onde se desloca a diocese visigoda que se encontrava na Egitptânia (=Idanha-a-Velha). Fomenta ainda os forais, uma medida de incentivo à fixação de povoação nas províncias tornadas mais autónomas com a criação de concelhos de tomada de decisão local, através de assembleias que decorriam no largo do pelourinho.

Este período áureo na exploração do território veio tentar resolver a instabilidade vivida após a queda do império romano, as sucessivas invasões posteriores e a falta de nacionalidade lusa que se encontrava em construção. Com o Tratado de Alcanices em 1297 no reinado de D. Dinis define-se a fronteira portuguesa das terras de Riba-Côa com os povoados do Sabugal, Alfaiates, Vila Maior, Castelo Bom, Castelo Melhor, Almeida e Castelo Rodrigo. Torna-se imperativo a consolidação da fronteira com a ocupação das terras e nesse âmbito são criadas várias ordens militares e religiosas para a apropriação das mesmas na generalidade do território. De realçar a Ordem de Cister responsável pela construção do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar na região de Figueira de Castelo Rodrigo que administrava as granjas herdadas pelos romanos com o cultivo de vinha, olival, cereal e o pasto de bovinos e ovinos e, vai contribuir para a gestão dos sotos e montados estabelecidos. É neste período que ganha franca expressão na paisagem a dominância dos espaços abertos em detrimento dos povoamentos florestais densos.

Ganha dimensão a grande propriedade latifundiária, gerida inicialmente pelas referidas ordens e mais tarde, por burgueses enriquecidos com o comércio e as indústrias. Este

sistema abrange principalmente as áreas extensas de montado e cereal, geridas pelo arrendatários que coordenavam as equipas de trabalho assalariadas e ainda podiam arrendar a seareiros pequenas *courelas* (unidade de medida usada nos montados) para produzir cereal e com benefício de casa, forno, horta e poço. Estes seareiros para assegurarem o seu rendimento eram por vezes pequenos produtores com terrenos próprios ou também assalariados na grande propriedade, dividindo as tarefas entre os membros do agregado familiar. A apanha do cereal manual com a foice mobilizava muita mão-de-obra no verão, que depois o debulhava na eira de terra batida – normalmente circular e bem ensolarada junto às explorações – com o recurso ao trilho para o trigo ou o mangal para o centeio e a cevada. Os dois instrumentos referidos consistiam em estruturas de madeira puxadas por vacas ou burros que possuíam lâminas e pedras cortantes para desgranar o grão da espiga e triturar a palha. Que era posteriormente era joeirado ao lançar ao ar a mistura que com o vento limpava a palha, processo que originou a expressão popular *separar o trigo do joio*.

A Lei das Sesmarias de 1375 instituída no reinado de D. Fernando I vem tentar remediar as consequências do surto de peste negra que assolou a Europa com um decréscimo drástico da população. Na lei define a legitimidade de posse das terras para quem as trabalhar, incentivando os proprietários a não as abandonar e dando destino aos incultos e baldios até então vistos como terrenos marginais e com gestão por vezes pouco sistemática e indefinida. São também criadas coutadas de caça para a nobreza.

A fragmentação da paisagem com finalidades agrícolas e pastoris, aliada à prática cinegética leva à extinção do urso, veado, corço e javali, verificando-se um retorno dos dois últimos só muito mais tarde, consequência do despovoamento rural na região.

Neste período, dada a falta de estradas, a deslocação fluvial ainda é frequente, havendo registos de rabelos (tipo de barco) que subia o rio Douro até ao porto de Barca d'Alva para abastecer a região com vinho, carvão e outros bens essenciais em troca de combustível das minas locais. Do litoral vinha o peixe e o sal vendido pelos almocreves. Já a população do Côa passava a fronteira para vender os seus produtos, prática aliás que se mantém até ao século XX em modo clandestino devido ao controlo da fronteira (RIBEIRO, 1995a: 26-27, 335, 390 422, 435; RIBEIRO, 2011b: 90-91, 109-110; SILVA, 2007b: 44-45; COSME & MONTEIRO, 2006: 24-25; CARMO, 2010: 12-13).

3.2.4. PASSADO RECENTE E ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

A datação contemporânea tem uma conotação subjetiva dado que é referente às transformações verificadas no território, de grosso modo, nos últimos duzentos anos.

Apesar de os primeiros moinhos de água serem relativos ao período romano/medieval, a atividade tende a crescer nesta altura. As correntes fortes do Águeda e do Côa eram favoráveis ao funcionamento do engenho, construído em troços de açudes naturais de estreitamento dos vales ou pelo homem com blocos de pedra que criavam um desnível e aumento da velocidade de escoamento da água. Esta era desviada por uma levada que atravessava o engenho e acionava as mós de moagem no seu interior. A atividade tendia a ser sazonal, devido às variações do nível da água, no caso do Côa funcionava entre novembro e junho. Pelo mesmo motivo, o engenho não possuía infraestrutura fixa associada, sendo o sistema de moagem coberto pelo moleiro com uma cabana móvel durante o período de atividade, (consultar anexo H).

As ribeiras afluentes invernais, regionalmente conhecidas por *picardéis*, em anos de caudal mais torrencial eram mais funcionais devido há maior acessibilidade e correntes menos acentuadas. O engenho nestas ribeiras por ser menos caudaloso permitia a construção de uma casa associada.

Esta atividade constituía uma unidade económica familiar considerável na região, dado que abrangia todos os membros do agregado. Enquanto que o chefe-de-família e os filhos rapazes eram responsáveis pelo processo de moagem e permanência no moinho durante a sua atividade (pernoitavam em choças adjacentes), a mulher e as filhas encarregavam-se da angariação de clientes nos povoados, recolha/peneira do cereal, entrega da farinha moída transportada por burros e, fabrico do pão nos fornos comunitários dos povoados. Para complementar o rendimento da moagem, os moleiros dedicavam-se à pesca que vendiam por vezes no contrabando em Espanha. De cada moagem, o moleiro tinha direito a uma *maquia*, unidade de medida correspondente a cerca de um décimo da quantidade de cereal para moer, que poderia ser igualmente vendido a quem trouxesse cereal e o quisesse no momento.

Este ofício e o de pastor eram os dominantes na paisagem. O moleiro pode considerar-se uma profissão especializada na região por serem proprietários dos mesmos e esta ser a sua ocupação principal complementada com a agricultura e pesca de subsistência, contrastando com a região norte onde os moinhos eram alugados pelas próprias famílias para a moagem da sua parcela de cereal (LIMA *et al.*, 2013: 17-18, 35-39, 44, 61).

No século XIX, o cultivo da vinha é substituído em grande parte por olival e amendoal devido à praga da filoxera proveniente de videiras contaminadas americanas. Estas revelam-se as culturas alternativas adequadas para os terrenos soalheiros, delgados e cascalhentos nos socalcos com muretes ao longo do vale.

Ainda no final do século conclui-se a linha de caminhos-de-ferro da Beira Alta que liga Lisboa a Vilar Formoso e posteriormente a Espanha, a passagem na Guarda foi essencial para a dinamização económica da capital distrito com indústrias. Constrói-se a Guarda-Gare, continuando a ser uma importante ponte de trânsito não só de mobilidade nacional como internacional de turistas e empresários.

Já no início do século XX, a Campanha do Trigo durante o Estado Novo torna o planalto de Figueira de Castelo Rodrigo num dos celeiros mais significativos da zona norte. A pobreza dos terrenos é remediada com a construção de pombais nas parcelas cerealíferas para atrair o do pombo-das-rochas de nidificação selvagem nas escarpas da região. Estas estruturas com cavidades interiores para os ninhos e depósitos de água e de restolho para a sua alimentação, acumulavam no fundo o estrume designado de *pombinho* que era recolhido uma vez por ano e, curtido em nitreiras a céu aberto para posterior aplicação no cereal, olival e amendoal.



Figura 7. Culturas agrícolas predominantes: vinha, amendoal e olival na região (autora – Mariana Dias)

A dificuldade das acessibilidades aos terrenos e as suas limitações morfo-litológicas inviabilizaram os processos de modernização e intensificação da agricultura com fitofármacos e meios mecânicos de trabalhar o solo, mantém-se o uso do arado para revolver o solo à superfície puxado pelo animal de trabalho. O que favoreceu a prevalência da biodiversidade associada a estas parcelas, como é o caso do coelho, da perdiz, do pombo, da cotovia ou do alcaravão. Por outro lado, a presença de ovelhas churras e, em menor número, cabras jamelistas – ambas raças autóctones – bovinos de trabalho e, como meio de transporte muares e asinos constituíam gado atrativo para os abutres e o lobo, à data presentes no território.

A escassez de lenha no planalto leva a população ao vale do Águeda apanhar feixes de lenha para fazer pão. O montado de sobreiro que cobre as freguesias de Algodres, Vale Afonso e Vilar de Amargo mantém a sua exploração de cortiça com o pastoreio suíno, o

mesmo não se verificou nos arredores da Guarda e na Serra da Marofa onde os terrenos menos produtivos foram convertidos em plantações de pinheiro-bravo.

Os povoados assemelham-se às aldeias de montanha transmontanas formados por aglomerados de casas individuais com rés-do-chão para palheiro/arrumo de materiais agrícolas/curral para os animais que aqueciam a habitação no primeiro andar com lareira. O largo principal da igreja é geralmente amplo com árvores, pelourinho e por vezes com uma fonte pública. Em torno do núcleo de habitações muros de pedra seca compartimentam as parcelas privadas familiares com os múltiplos cultivos de olival, amendoal, vinha (nalguns casos sem armação devido ao terreno plano) alternados entre si ou separados, esta conjugação é reveladora debilidade fértil da região que, por cautela, diversificava os cultivos para equilibrar a rentabilidade de subsistência. Em menor número podem também ocorrer pomares de laranjeiras, limoeiros, marmeleiros, macieiras, pereiras ou figueiras. As hortícolas são por vezes contíguas ao quintal da casa, ou surgem entre os pomares variados, de preferência perto das ribeiras. No centro da aldeia encontra-se também o forno de uso comunitário. Nesta altura para além do trigo, do centeio e da cevada, cultivava-se nos campos a garroba, uma espécie de lentilha para alimento animal (RIBEIRO, 1995a: 78, 360-362; LIMA *et al.*, 2013: 30).

Na década de cinquenta verifica-se um pico de população na região, concretamente em Figueira com 1500 habitantes em 500 km² o que se tornou insustentável para os recursos disponíveis, e levou ao êxodo rural e há emigração, uma tendência que pela estagnação de atividades económicas da região se mantém, ainda que com exceções, até hoje. Outro factor que contribuí-o para este fenómeno foi o serviço militar obrigatório para os rapazes a partir dos 18 anos, muitos deles após o serviço cumprido em África ficaram por lá ou procuraram oportunidades noutros países (COSME & MONTEIRO, 2006: 26-29; ATN, 2008: 31, 39).

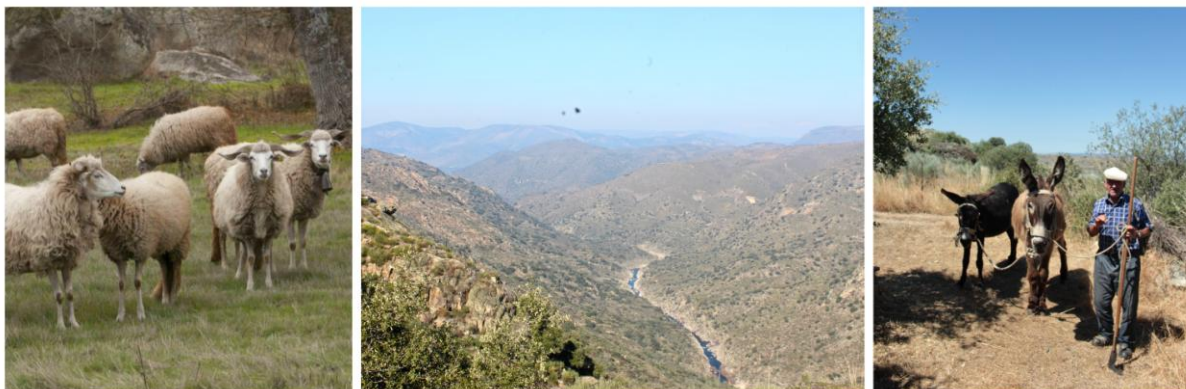


Figura 8. Ruralidades: ovelhas de raça churra, vale do Águeda e habitante local (João Cosme e autora – Mariana Dias)

3.3. RENATURALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.3.1. DESEQUILÍBRIOS: A SOBRE-EXPLORAÇÃO RURAL E O ÊXODO RURAL

Poder-se-á considerar as consequências da atividade transformadora do ser humano desde as primeiras desflorestações do paleolítico, com a finalidade de aumentar a área de pasto para os grandes herbívoros com interesse cinegético. Assim como, a expansão de arbustos e herbáceas com interesse de recolção e, por outro lado, para favorecer a capacidade de prospecção do território face a comunidades humanas rivais ou animais predadores.

Já no período neolítico inicia-se a prática da agricultura itinerante com queimadas cíclicas. Recorria-se há queima de pequenas parcelas de mato/floresta, mobilização superficial do solo com enxós de pedra polida e sementeiras a lanço ou covacho, o que permitia o pasto e cultivo a curto prazo até se esgotar a fertilidade do solo e haver um período de abandono e regeneração para se repetir o processo novamente. Sistema contínuo que levava a fogos cada vez mais frequentes consequência da rápida regeneração arbustiva do solo. Se inicialmente as cinzas em solos férteis de paisagens pristinas mantinha a sua fertilidade e as queimadas criavam mosaicos diversos com a estratificação da vegetação em bosque, orla de matos e clareiras ricas em herbáceas de pasto, com a continuidade do processo no solo progressivamente empobrecido, apenas passaram a regenerar arbustos menos exigentes em nutrientes e com características cada vez mais pirófitas adaptados a essa prática, como é o caso das diversas estevas, rosmaninhos e giestas. Com as modificações das condições do solo, ocorreram igualmente alterações climáticas, tornando-se cada vez mais evidente o período de estiagem resultado da diminuição e alteração do copado gerador de menos humidade e capacidade de condensação de nuvens para ocorrência de precipitação. Diminui consideravelmente a ocorrência de folhosas em detrimento da competição com crescentes espécies xerófilas adaptadas ao clima mediterrânico (SILVA, 2007b: 31-34).

A arroteia de bosques no neolítico para a implantação dos povoados, modificou radicalmente a perspectiva da floresta para o homem, que deixa de ser um *habitat* integrante das suas atividades vitais para sobreviver (uma fonte de refúgio e de alimento) para se tornar um espaço marginal de ordenamento do espaço (fonte de perigo de predação para os animais domésticos de criação e pouco produtivo para pasto dos mesmos). Neste contexto as manchas florestais que até ao paleolítico tendiam a adensar-se para o interior do planalto, devido ao acampamento e mobilidade humana ao longo do vale, no neolítico tendem a inverter a sua distribuição com a crescente migração humana para os terrenos aplanados de altitude. O que concretamente no caso do Côa é evidente na persistência de nichos ecológicos nas vertentes inacessíveis do vale e nas galerias ripícolas medianamente preservadas em alguns troços do rio e dos seus afluentes. Poder-se-á afirmar que a

dinâmica do povoamento influenciou a capacidade de resiliência da floresta, invertendo a sua distribuição do planalto para o vale (SILVA, 2007b: 31-33).

A fixação dos povoados durante a idade do bronze próximo das linhas de água com pasto para os rebanhos, veio contribuir para a nitrificação dos terrenos e desbaste das galerias ripícolas de freixos, salgueiros, amieiros e choupos. O que favorecia o alagamento dos terrenos das margens, os ditos lameiros, e a sua regeneração herbácea (SILVA, 2007b:36-37).

Não é de ignorar, as intensas desflorestações durante a idade do ferro para alimento dos fornos de fundição, estimando-se como valores de referência três toneladas de carvão consumidos para a produção de uma tonelada de ferro.

As conversões desregradas de bosques em montados iniciadas durante a idade média e continuamente intensificadas desde então, contribuíram para um envelhecimento, de grosso modo, homogéneo das árvores até casos extremos de “pseudoestepe” sem árvores ou com muito poucas. O que na maioria dos casos resultou em fases de regeneração em coutadas de caça e favoreceu até certo ponto o repovoamento vegetal mas também comprometeu a sustentabilidade de determinadas espécies consideradas cinegéticas.

A escassez de carvalho-negral em algumas regiões deste território, atualmente confinados aos arredores da Guarda, a montante no município do Sabugal onde nasce o Côa, ao Convento de Santa Maria de Aguiar e à Serra da Marofa comprovam o desbaste regional de madeira para a construção dos caminhos-de-ferro que atravessaram o país. O carvalho-cerquinho de termo latino *Quercus faginea* que vem de *fagineus* (=faia) devido à boa qualidade da sua madeira pouco nodosa, foi intensamente explorada na construção de carros de bois, vigas de construção para lagares/moinhos, lenha e carvão (SILVA, 2007b:44-45; SILVA, 2007a: 52, 61).

De um modo geral pode descrever-se a humanização progressiva da floresta, considerando um povoamento inicial diverso com carvalho negral, carvalho-cerquinho, sobreiro e azinheira que terá sofrido progressivos desbastes das várias formas descritas com início acerca oito mil anos. Para além do referido, é de considerar a domesticação dos animais e pastorícia crescente nos baldios acompanhada pelo aumento dos matos mediterrânicos e da área cerealífera com centeio, trigo e cevada. Paralelamente a este desbaste florestal, ocorre a expansão de pinheiro-bravo pouco exigente em solo, de crescimento rápido, baixa manutenção e rentável para a exploração de resina, celulose, lenha e madeira. Ou como alternativa o eucalipto, com características semelhantes e trazido da Austrália no início do século XX. Acrescentando ao referido, as limitações do relevo acidentado com solos progressivamente mais erodidos por vezes trabalhados em terraços pouco acessíveis, a

dimensão predominante da pequena/média propriedade só constituíram factores de entrave há crescente mecanização da agricultura moderna com a adesão à Comunidade Europeia que se verificava de forma evidente a sul do Tejo.

A estagnação das condições precárias e a morosidade dos trabalhos rurais com engenhos artesanais, a falta de condições para a mobilidade da população e escoamento dos produtos com os territórios adjacentes devido há debilidade da rede viária e ferroviária que tardava em chegar, determinaram em grande medida o êxodo rural e a emigração da população que procurou noutros lugares mais e melhores ofertas de emprego e condições de vida (SILVA, 2007a: 64-65).

3.3.2. POTENCIAL DE CONSERVAÇÃO FRUTO DO DESAFOGO ANTRÓPICO

3.3.2.1. Parque Arqueológico do Vale do Côa

Nos anos 80, a região do Côa apresenta uma evidente debilidade territorial de povoamento. No entanto, uma série de acontecimentos paralelos têm vindo a reverter esta problemática.

Um deles, e o mais determinante, foi a quase modificação drástica do vale para concretizar o plano de aproveitamento hidroelétrico da bacia do Douro que previa para além da construção das 10 barragens ao longo do rio Douro outras tantas nos seus afluentes, nomeadamente no Côa (5 barragens) a sul e, no Sabor (2 barragens) e no Tua (3 barragens) a norte. A conclusão da barragem do Pocinho 8 km a jusante da foz do rio Côa fez o nível da água subir cerca de 12 metros e, durante a sua construção nas prospecções de terreno foram encontradas gravuras do calcolítico que ficaram submersas. Dada a novidade de tal descoberta, a equipa de arqueologia alertou para a necessidade de ser feita uma prospecção no vale do Côa a acompanhar os trabalhos da construção da barragem em Foz-Côa, o que se inicia em 1991. As suspeitas confirmam-se nesse mesmo ano com as primeiras gravuras encontradas a jusante na Canada do Inferno e, outras tantas até ao ano de 1994. As sucessivas descobertas atraem a comunidade científica e chegam ao domínio público fomentando um intenso debate nacional contra as intervenções da Energias de Portugal (EDP). Em 1995 as obras são suspensas e, no ano seguinte é realizado um relatório definitivo de avaliação das descobertas e aberto ao público o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PACV) com uma infraestrutura-museu que reúne alguns achados e os trilhos de visita exterior aos núcleos de gravuras e pinturas ao ar livre. São posteriormente criados o Instituto Português de Arqueologia (IPA) que inclui o PAVC e o Centro Nacional de Arte Rupestre, integrados no Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR). As gravuras e pinturas são classificadas como monumentos nacionais e, em 1997 como património material da humanidade pela UNESCO. Em 2010 esta classificação estende-se ao núcleo espanhol de Siega Verde no

vale do Águeda datado do mesmo período, estando atualmente classificados como Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre do Rio Côa e Siega Verde.

A importância dos achados do Côa foram determinantes para a inclusão do património arqueológico nos Estudos de Impacte Ambiental (EIA) tal como se viria a verificar nas posteriores prospeções feitas durante a execução da barragem do Alqueva. Por outro lado deu origem a um novo instrumento de ordenamento do território: o Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico (POPA), (LUÍS, 2011: 23, 25, 27, 29).

Em 1999, a área do PAVC é incluído na rede natura 2000 na categoria de Zona de Proteção Especial (ZPE) como *habitat* importante para as aves rupícolas, de entre outras com relevo nacional para a águia-de-bonelli e o britango que predominam nesta zona ecologicamente complementar ao Parque Natural do Douro-Internacional (PNDI). Esta categoria classifica o vale como uma Important Bird Area (IBA). Estatutos de conservação determinantes para a origem do projeto da Faia Brava a apresentar no capítulo seguinte.

4. CASO DE ESTUDO: RESERVA DA FAIA BRAVA

Com o interesse de preservar o património natural referido é constituída em junho de 2000 a Associação Transumância e Natureza (ATN), uma associação não-governamental e sem fins-lucrativos que dá origem ao projeto da Faia Brava, classificado em 2010 como a primeira área protegida privada (APP) nacional. A Faia Brava atualmente possui cerca de 1170 ha, dos quais 214 ha classificados como APP, com a possibilidade de expansão através de um fundo de aquisição de propriedades a partir de donativos e lucros provenientes das atividades dinamizadas pela mesma. A Faia Brava está igualmente incluída no projeto Rewilding Europe focado na regeneração de áreas naturais e desenvolvimento de turismo de natureza, tendo várias áreas piloto com projetos de conservação na Europa, que no caso da Faia Brava está incluída nas áreas do Oeste Ibérico, em conjunto com um projeto homólogo no lado espanhol.

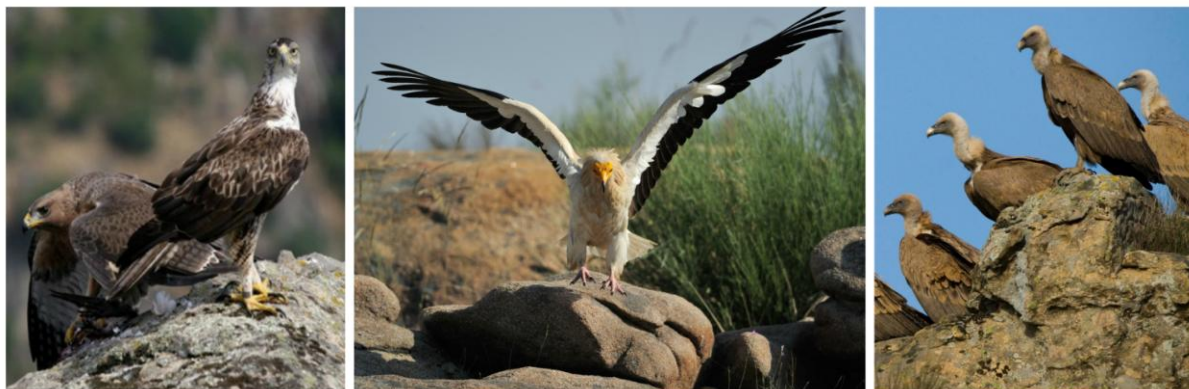


Figura 9. Aves rupícolas na Faia Brava: águias-de-bonelli, britango e grifos (José Jambas, Staffan Widstrand e Hugo Sousa Marques)

O projeto da Faia Brava tem como objetivo o restauro ecológico e valorização dos *habitats* existentes na região incluindo a manutenção de espécies selvagens existentes e, a reintrodução de outras que tenham desaparecido localmente devido às drásticas transformações da paisagem. Assim como a renaturalização de áreas agrícolas abandonadas onde se verifiquem usos do solo menos benéficos para um mosaico-paisagístico equilibrado e, a experimentação e promoção de práticas agrícolas, florestais e silvo-pastoris mais sustentáveis e equilibradas com os recursos disponíveis. Promove igualmente o desenvolvimento de atividades de sensibilização ambiental com grupos escolares e população em geral que visita o projeto ou reside na região, a investigação científica desenvolvida por académicos, equipa técnica da ATN ou outros parceiros e, o desenvolvimento de ecoturismo.

Atendendo ao conceito de ecoturismo definido pelo Programa de Turismo da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) como “viagens ou visitas ambientalmente responsáveis com destino a áreas naturais relativamente não perturbadas,

a fim de desfrutar e apreciar a natureza e quaisquer traços naturais que a acompanham, que promovem a conservação, representam um baixo impacto por parte do visitante e prevêm o envolvimento socioeconómico das populações locais de uma forma activa e beneficiadora” (PEREIRA *et al.*, 2015: 282).

O turismo de natureza promovido na Faia Brava procura respeitar estas diretrizes de modo personalizado e com qualidade, existindo 3 estruturas de alojamento na modalidade de eco-lodge e, uma área de campismo com infraestruturas anexas de cozinha, balneários e área de merendas. As atividades turísticas incluem a observação de aves com o acompanhamento da equipa técnica da Faia Brava e a possibilidade de fotografia/filmagem num abrigo fotográfico, uma visita-guiada geral pela propriedade com a divulgação de informação sobre o projeto/biodiversidade existente/património construído, visitação do núcleo de pinturas rupestres das Lapas Cabreiras (existente na Faia Brava e incluído no PAVC), percorrer o troço da Grande Rota do Vale do Côa (GRVC) que atravessa a Faia Brava e, o trilho dos sobreiros (um percurso em torno da área de campismo que inclui de entre vários sobreiros, um exemplar com cerca de 500 anos classificado como “árvore de interesse público”). Para além do referido existem outros 2 trilhos, o da Barca e o dos Moleiros que percorrem o planalto até ao rio Côa, mas são de visitação condicionada dado atravessarem *habitats* sensíveis em regeneração.



Figura 10. Fragas da Faia Brava: *habitat* das florestas de zimbro e de azinheira e das aves rupícolas (autora – Mariana Dias)

O mosaico-paisagístico rico e biodiverso do montado apresentado no subcapítulo 3.1.4. cria um potencial para atividades de ecoturismo nomeadamente ornitológico, uma vertente em crescimento dentro do turismo de natureza. A raridade geográfica deste sistema paisagístico mediterrânico, praticamente circunscrito à Península Ibérica, torna-o um factor de diferenciação competitivo apetecível para turistas provenientes de países com uma longa prática da modalidade, como é o caso do Reino Unido e da Alemanha. Não menos importante e pelos mesmos motivos se destaca a singularidade paisagística do *habitat* das fragas.

A exploração desta vertente, permite criar sustentabilidade económica e oportunidades de trabalho locais aliadas há pratica da conservação paisagística ao encarar as aves como um recurso de valor permitindo a criação de serviços relacionados com a sua observação e estudo (PEREIRA *et al.*, 2015: 281-282). Uma realidade em franco crescimento na região, dado que a Faia-Brava para além de possuir todos os serviços e infraestruturas de apoio internas referidas, trabalha em parceria com pequenas empresas turísticas locais de organização de visitas-guiadas autónomas e de alojamento rural, como é o caso da Casa da Cisterna na aldeia histórica de Castelo Rodrigo.

Relativamente ao património rural construído existente dentro da Faia-Brava tem havido um contínuo trabalho de preservação e restauro das infraestruturas, sendo de realçar 1 abrigo de pastor, 3 pombais, 2 pequenas casas de habitação e 1 de maior dimensão, de entre outras que ainda se encontram em ruínas. Relativamente a outras estruturas, a Faia-Brava inclui vários poços, um deles com o sistema de picota, moinhos de água e muros de pedra seca, alguns deles com coroamento, uma técnica tradicional de construção a delimitar caminhos e parcelas agrícolas.



Figura 11. Património rural da Faia Brava: picota, pombal e abrigo de pastor (autora – Mariana Dias)

A ATN tem vindo a desenvolver um programa de educação ambiental, divulgado como os “Bravos na Faia”, com escolas locais e de outras regiões do país, com visitas-de-estudo, jogos, observação de biodiversidade e campismo com a finalidade de promover a aprendizagem fora da sala de aula e focada nas matérias relacionadas com a natureza e a sustentabilidade. Para além dos grupos escolares de ensino obrigatório, existe também uma grande dinâmica de mobilidade de estudantes no ensino superior portugueses e estrangeiros que têm desenvolvido investigação e contribuído para a inventariação de espécies na Faia-Brava.

Este projeto conta ainda com um programa de voluntariado relacionado com a vigilância contra incêndios durante os meses de verão e a reflorestação no outono-inverno. Medidas

de gestão integrantes do plano ZIF (Zona de Intervenção Florestal) de Algodres/Vale Afonsinho onde a Faia Brava se inclui.

A carga de combustível de matos de giesta e de piorno é controlada com o pastoreio extensivo de cavalos-garranos e de vacas maronesas criadas em regime selvagem. Estas duas espécies portuguesas são aparentadas, respectivamente, dos cavalos europeus selvagens de crina levantada e do extinto auroque, sendo objectivo a longo prazo neste projeto a recuperação dos seus comportamentos e do património genético dos mesmos. Estes herbívoros são essenciais para criar extensões de sub-coberto heterogéneo, determinante para o sucesso de caça das aves de rapina, evitando situações extremas desmatadas e pobres em presas ou de matagal denso e pouco acessível há caça (PEREIRA *et al.*, 2015: 135).

Os limites da Faia Brava incluem terrenos que são propriedade da ATN e, outros que pertencem a proprietários rurais locais, havendo um trabalho conjunto para o desenvolvimento de práticas agro-silvo-pastoris equilibradas. Nomeadamente, o pastoreio de ovinos em rebanhos de menor dimensão e áreas mais extensas e, a ausência de aplicação de fitofármacos nas parcelas de amendoal, de olival e de vinha existentes na propriedade.



Figura 12. Sobreiro centenário, caminho rural e cavalos garranos na Faia Brava (autora – Mariana Dias)

Em termos comerciais, a Faia Brava possui uma marca própria de produtos locais provenientes da mesma e de produtores locais associados. Deste modo procura aumentar a visibilidade destes produtos tanto a nível nacional como internacional, divulgando-os na sua plataforma e nas diversas feiras onde participa. De destacar a amêndoa torrada, o azeite virgem extra, a pasta de azeitona, a compota de amora-silvestre, a compota de figo-preto, o mel e os cogumelos boletos desidratados.

Conhecida de nome por Faia Brava, este topónimo revela o contexto geomorfológico da sua localização dominada pelas escarpas selvagens e abruptas do vale. Topónimo que se

estende à restante região fronteira, comum no tipo de formação, com designações sinónimas de fraguado, penhasco ou arrife (FARINHA, 2000: 230).

Este projeto através do ecoturismo pode tornar-se francamente mais abrangente, ao ser desenvolvido com base na definição ampla de paisagem, isto é, para além do turismo ornitológico de observação de aves e da restante diversidade faunística e *habitats* correspondentes incluindo os usos e atividades tradicionais que mantêm os mosaicos-paisagísticos funcionais, heterogéneos e saudáveis. Ao incentivar a manutenção desses usos cria-se uma estratégia de combate ao despovoamento desta paisagem, mantendo-se algumas práticas e modos de vida locais, o que permite a permanência das pessoas residentes e a atratividade para novas que se queiram estabelecer na região. Esta modalidade de gestão do território incentiva a comunicação entre Associações de Produtores Florestais, Produtores Agrícolas, Autarquias, Universidades e Entidades Regionais de Turismo.

Considerando as potencialidades apresentadas e as valências regionais descritas, reúne-se a informação necessária para o desenvolvimento da proposta para a área de estudo da Faia-Brava apresentada nos capítulos em seguida. Esta encontra-se dividida numa primeira fase de análise-sistematização interpretativa do mosaico-paisagístico que a constitui em unidades de paisagem e, numa segunda fase na identificação de fragilidades ecológicas existentes nas mesmas e proposta de medidas de mitigação e, por fim, na criação de percursos paisagísticos interpretativos das unidades definidas.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

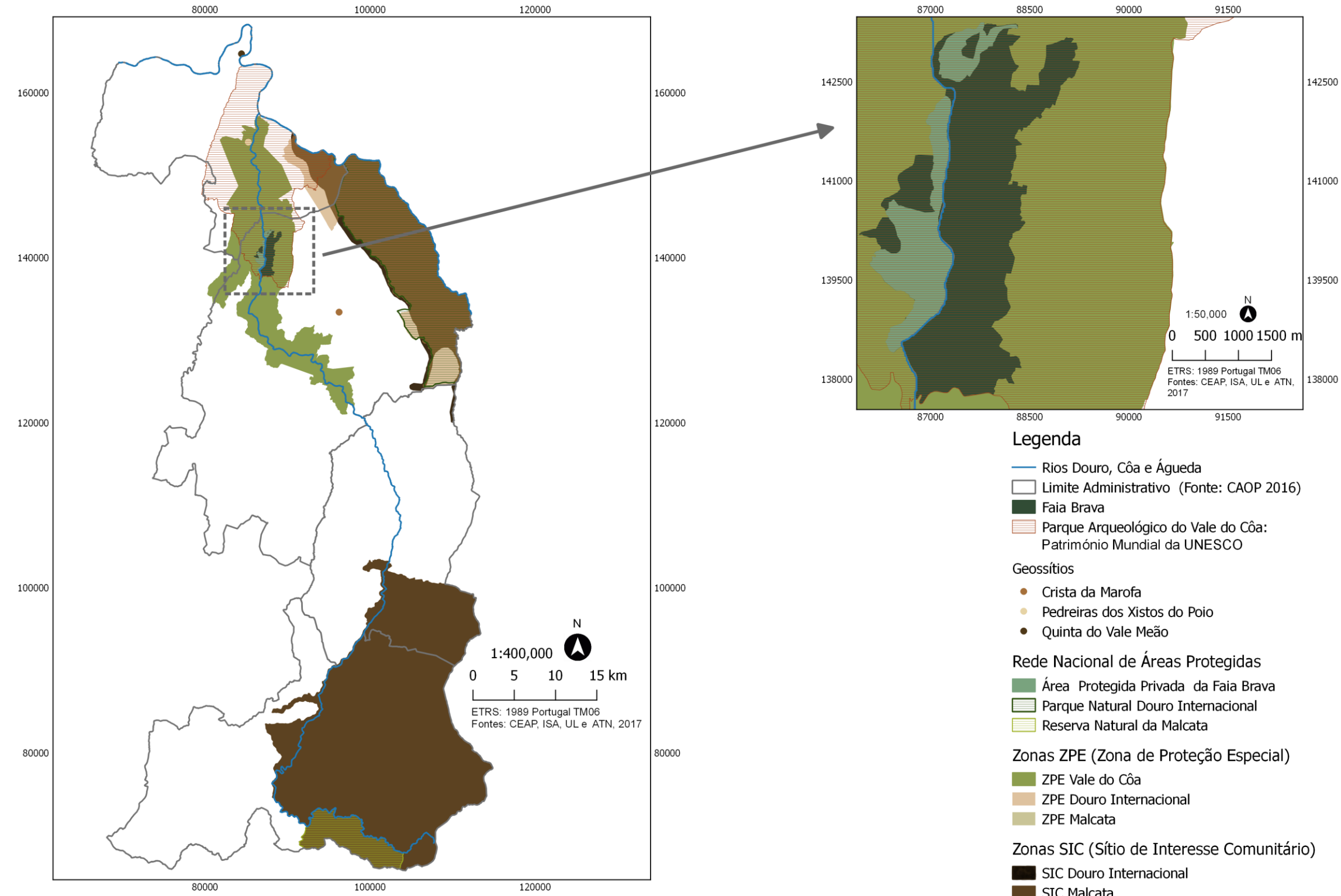


Figura 13. Região de Riba-Côa: conservação do património natural e cultural

5. PROPOSTA DE ANÁLISE PARA A FAIA BRAVA: UNIDADES DE PAISAGEM

5.1. METODOLOGIA DE DELIMITAÇÃO

A definição de unidades de paisagem (UP) circunscritas à Faia-Brava, a uma escala local, teve como ponto de partida a especificação de um estudo mais abrangente realizado à escala nacional de Portugal Continental, desenvolvido através da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e publicado no ano de 2004. Sendo relativas à propriedade as UPs descritas em seguida:

- UP Planalto da Beira Transmontana (unidade 47, grupo G)

Unidade muito extensa de relevo interrompido pelos cursos de água de encaixe abrupto e com afloramentos rochosos de distribuição pontuada.

Descrita com forte carácter rural, localização periférica e interioridade evidente pelas débeis condições de acessibilidade. Predomina a propriedade de pequena e média dimensão, geralmente inferior a 50 ha.

Os povoados são pouco densos e envelhecidos, com tendência para o despovoamento principalmente na linha fronteiriça, esta tendência tende a reverter-se nas sedes de concelho com algum dinamismo relacionado com o turismo da rede de aldeias históricas que se inclui na maioria na região.

Os usos do solo tendem a ser extensivos, interrompidos por afloramentos rochosos e blocos fragmentados de rocha. No entanto junto aos povoados as culturas são mais variadas (cereal, pastagem, pomar, olival, vinha e hortícolas) e compartimentadas com muros de pedra e vegetação (carvalho-negral, freixo, silva e pilriteiro), à semelhança do verificado no Planalto Transmontano mas com menor densidade. As parcelas abandonadas apresentam uma notória regeneração natural com matos de giesta, entre outras espécies, tendo contribuído para a sua diversificação pós-exploração cerealífera de modo extensivo.

Domina a sensação de abandono devido há presença humana de baixa intensidade e, em termos sensitivos a grandeza, profundidade, monotonia e aridez na paisagem.

- UP Vale do Côa (unidade 48, grupo G)

Formação morfológica destacada da UP anterior devido ao encaixe pronunciado do rio Côa. A sensação de abandono humano e isolamento é ainda mais evidente do que no planalto. Os solos pobres, declivosos e expostos a amplitudes térmicas desfavoráveis, revelam por vezes a impossibilidade de desenvolvimento de culturas onde dominam afloramentos

rochosos selvagens de granito e quartzito e, onde foi possível fazê-lo tendem para o presente abandono. A riqueza biológica/natural é dominante sob a riqueza humana.

Em termos sensoriais, a paisagem é descrita com uma grandeza mais contida do que no planalto devido aos limites físicos do vale bem marcados na vertical, para além da sensação de abandono humano e de riqueza resultante da diversidade natural existente.

UNIDADES DE PAISAGEM DA FAIA BRAVA CLASSIFICADAS PELA DGOTDU

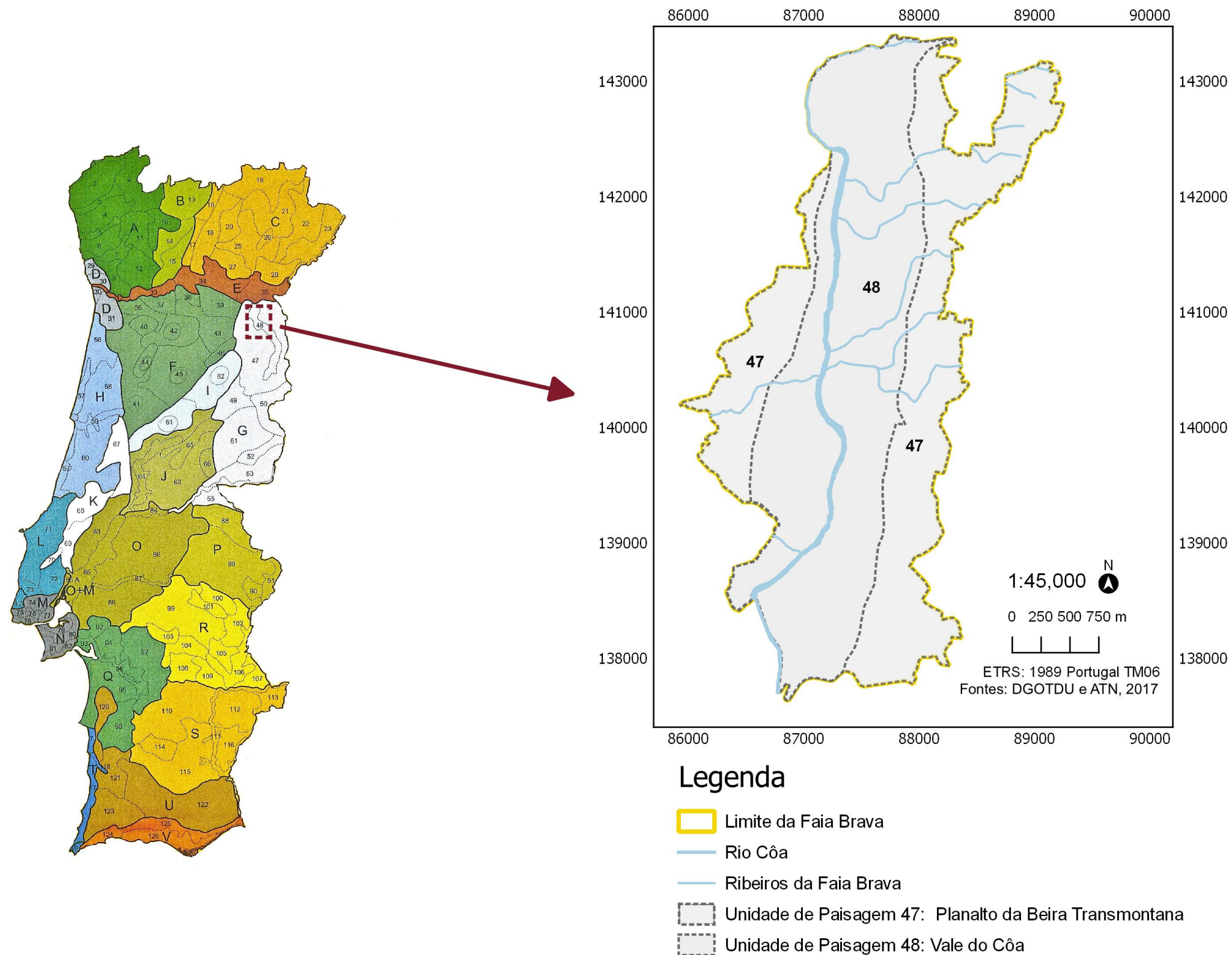


Figura 14. Unidades de paisagem da Faia Brava classificadas pela DGOTDU

Para além da consideração das UP referidas, que desde já foram estruturantes para a formulação das UP de carácter mais local, elaboraram-se algumas cartas para sistematizar espacialmente as várias componentes do mosaico-paisagístico da Faia Brava. Nomeadamente a carta dos *habitats*, a carta dos usos do solo atuais e a carta do património construído e caminhos existentes. As referidas cartas de inventário foram posteriormente sobrepostas de modo a estabelecer relações entre a informação de natureza diversa. Nesta fase teve igual importância todo o conteúdo apresentado nos capítulos anteriores resultante de uma pesquisa bibliográfica, nomeadamente relativa ao contexto biofísico, flora, fauna e evolução das formas de povoamento na região. Após essa sobreposição foi possível definir as UPs da Faia Brava, caracterizando-se cada uma por 4 tipos de riqueza: geomorfológica, *habitat*, faunística, antrópica e cultural e, estética. UPs que se apresentam no sub-capítulo seguinte.

A Faia Brava e as áreas envolventes do povoado de Algodres são reveladoras dos **usos do solo** predominantes na região, nomeadamente, as culturas de sequeiro compartimentadas por muros de pedra seca e/ou sebes de vegetação. Estas culturas podem ser cultivadas individualmente ou alternadas entre si, destacando-se o olival, o amendoal e a vinha. Junto ao vale o microclima pode ser favorável a pomares de citrinos, existindo na propriedade um pequeno laranjal. A extensão de área de pastagem e de cereal intercalada com as áreas de floresta aberta de sobreiro e de azinheira revela o desbaste contínuo destas formações naturais iniciais, podendo ter levado a uma remoção parcial do coberto vegetal no caso das superfícies agro-florestais (SAF) de sobreiro, com a simplificação do sub-bosque para o cultivo do cereal e/ou livre acesso de pasto aos rebanhos. Ainda de referir que a densidade de pastagem é mais comum nas áreas ricas em ribeiros devido há existência de pasto mais abundante e vegetação ribeirinha com folhagem caducifólia apetecível para alimento dos animais.

Relativamente aos *habitats* dominam os vários estádios de sucessão ecológica relativos há floresta de sobreiro sendo que esta é escassa e encontra-se fragmentada, fruto das tipologias de ocupação do solo anteriormente descritas que promoveram a supressão do sub-bosque convertido em pastagem sob coberto/montado de sobreiro. O abandono do pastoreio e do cultivo de cereal permitiu a extensa regeneração atual de matos dominados por giesta-branca e, em menor número, estevinha e, nas zonas mais erodidas sub-estepes de gramíneas e anuais. As matas de sobreiro do planalto ainda que degradadas apresentam algumas das suas espécies características, nomeadamente o zambujeiro, o carvalho-cerquinho, o lodão-bastardo, a azinheira e os espargos selvagens. As florestas de azinheira tendem a ocorrer mais próximo do vale associadas à cornalheira, ao zambujeiro, à pereira-brava e à zêlha, da sua degradação resultam os *habitats* de rosmaninho e de piorno, por vezes associados a espécies como o trovisco, o tomilho bela-luz, a arméria, a gilbardeira e a

Euphorbia oxyphylla. Nas vertentes escarpadas do vale verifica-se a transição entre a floresta de azinheira e as formações arborescentes de zimbro, sendo que associados aos zimbros pode ocorrer a cornalheira, o espinheiro-preto e o aderno-de-folhas-estreitas. Já os afloramentos rochosos do vale são favoráveis à ocorrência de vegetação casmófita como os sedums e o narciso-das-rochas. O Côa possui uma galeria ripícola muito degradada, ocorrendo pontualmente o freixo e o pilriteiro e, no leito de cheia dos troços curvilíneos os matos meridionais de tamujo. No planalto, verificam-se algumas galerias ripícolas de freixo, pilriteiro, roseira-brava e silva associadas aos ribeiros tributários do Côa. As margens destes ribeiros são propícios à ocorrência de lameiros com juncos, fetos, maios e orquídeas silvestres e no seu leito variados ranúnculos, meruge e *Isoetes hixtrix*. Já as charcas artificiais apresentam níveis variáveis de naturalização, podendo conter lentilha-de-água, ranúnculo-aquático e azola.

A Faia Brava possui um **património** diversificado revelador das atividades que nela se desenvolveram. A escassez de água dos ribeiros é evidente pela quantidade e dispersão de poços existente, sendo que um deles preserva o engenho da picota. Existe um vasto núcleo de casario de granito disperso por toda a propriedade, normalmente casas pequenas de uma divisão algumas com lareira, sendo que três delas estão recuperadas. Nas zonas baixas próximo dos lameiros existem algumas casas com currais anexos anteriormente utilizados para a recolha dos animais. Associadas há atividade pastoril restam também alguns chibiteiros e um abrigo de pastor. Próximo dos olivais existem dois lagares em ruínas. Abundam muros de pedra solta, alguns mantendo a estrutura tradicional com coroamento, com a função de compartimentar os pomares e a vinha substituídos nas zonas declivosas pelos socalcos. A delimitar o vale, existem três pombais bem preservados e, ao longo do Côa as ruínas dos engenhos dos moinhos de água. Dos vestígios pré-históricos persiste um núcleo de pinturas rupestres, ainda que devido há exposição a intempéries estejam algo erodidas. Das estruturas recentes destaca-se o núcleo de alojamento em eco-lodges, a área de campismo com os respetivos apoios anexos e o alimentador de abutres com o abrigo fotográfico. Ainda que não esteja inventariado na carta é de referir as canadas que correspondem aos caminhos de pé-posto delimitados por muretes de pequena dimensão com o objetivo de manter a ordem na circulação pastoril e evitar a invasão das culturas agrícolas pelos animais.

Os **caminhos** da propriedade são de tipologia rural, isto é, de terra batida podendo ter dimensão para a circulação de viaturas de todo-o-terreno ou, no caso dos mais estreitos serem caminhos de pé-posto de circulação pedonal, grande parte deles coincidente com antigos caminhos rurais. Parte dos caminhos referidos são coincidentes com o troço da Grande Rota do Vale do Côa que a travessa a propriedade de norte a sul e, com o trilho dos sobreiros em torno de um núcleo significativo nos arredores do campismo.

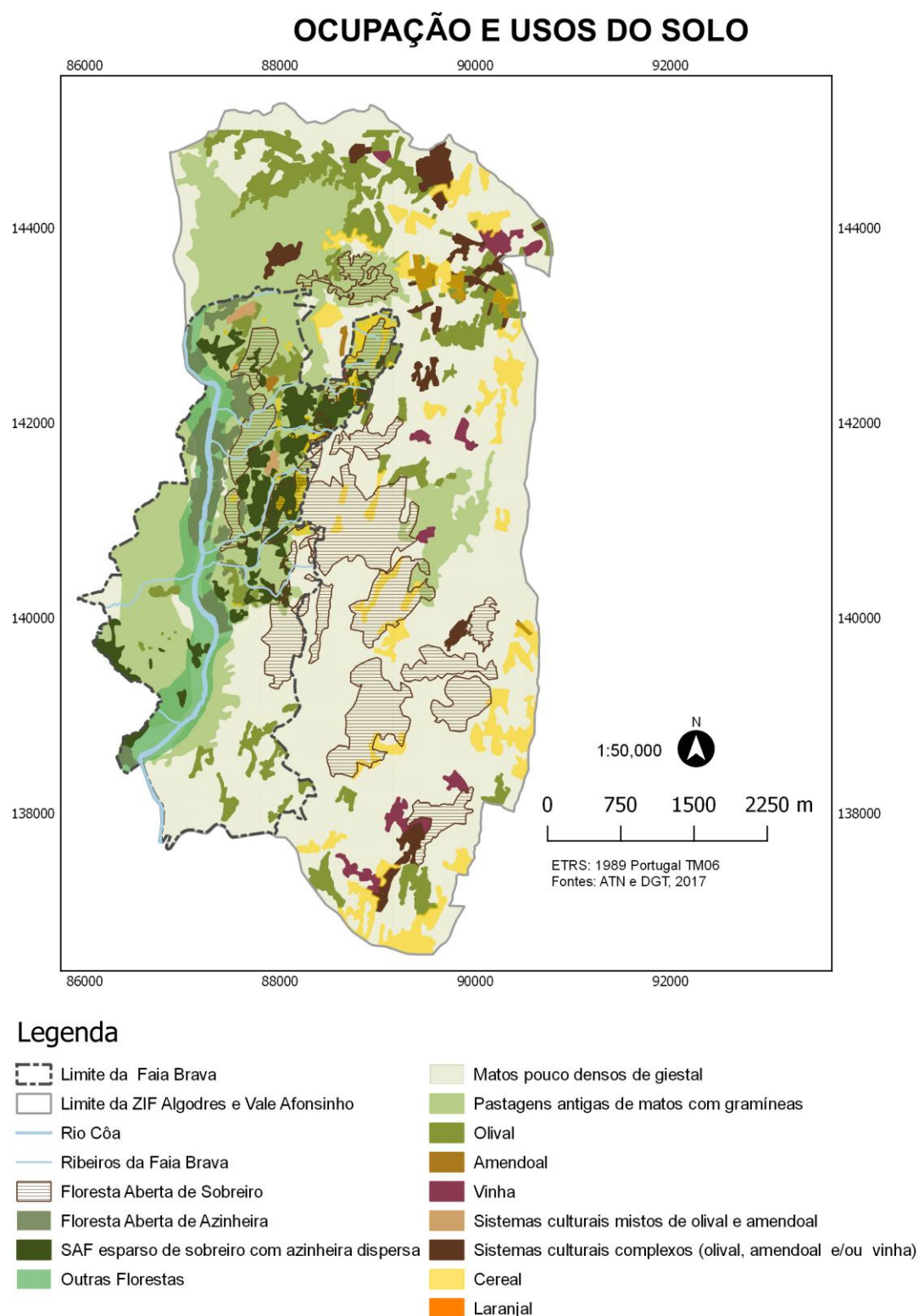
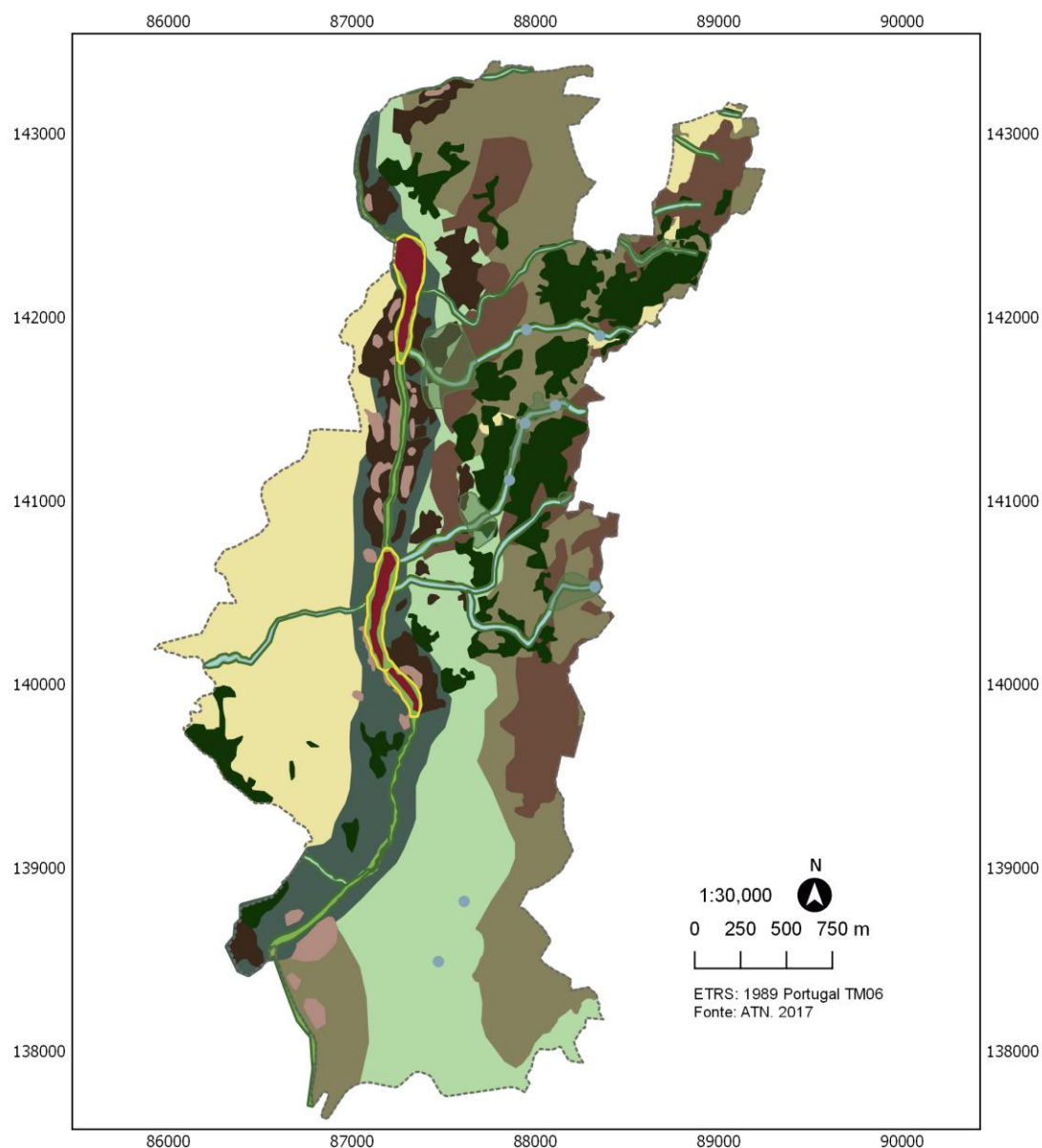


Figura 15. Ocupação e usos do solo da Faia Brava e restante área da ZIF Algodres e Vale Afonsinho

HABITATS DA FAIA BRAVA



Legenda

Limite da Faia Brava

Habitats da Rede Natura 2000

- Matos Ribeirinhos de Tamujo e Salgueiro (92D0pt3 e 92A0pt4)
- Florestas Aluviais de Amieiro (91E0pt1*)
- Choupais-Salgueirais Ripícolas (92A0pt1)
- Freixiais Termófilos (91B0)
- Zonas Húmidas de Ranúnculo (3260)
- Formações Arbórescentes de Zimbro (5210pt1)
- Floresta de Azinheira (9340)

- Floresta de Sobreiro (9330)
- Pastagem sob Coberto de Sobreiro (6310)
- Encostas Siliciosas com Vegetação Casmófita (8220)
- Matos Secos Europeus de Giesta-branca (4030)
- Subestepes de Gramíneas e Anuais (6220*)
- Matos Termo-mediterrânicos de Rosmaninho e Piorno (5330)

Outros Habitats

- Lameiros de Juncos, Fetos e Orquídeas Silvestres
- Charcas Artificiais de Ranúnculo-aquático, Lentilha-de-água e Azola

Figura 16. *Habitats da Faia Brava*

Na sequência da carta anterior relativa aos *habitats*, apresenta-se em seguida a representação esquemática das séries de vegetação, que revelam as etapas de sucessão ecológica a que corresponde cada um dos *habitats* inventariado. Os esquemas a apresentar tiveram como referências Magalhães (2001) e Cabral e Telles (2005).

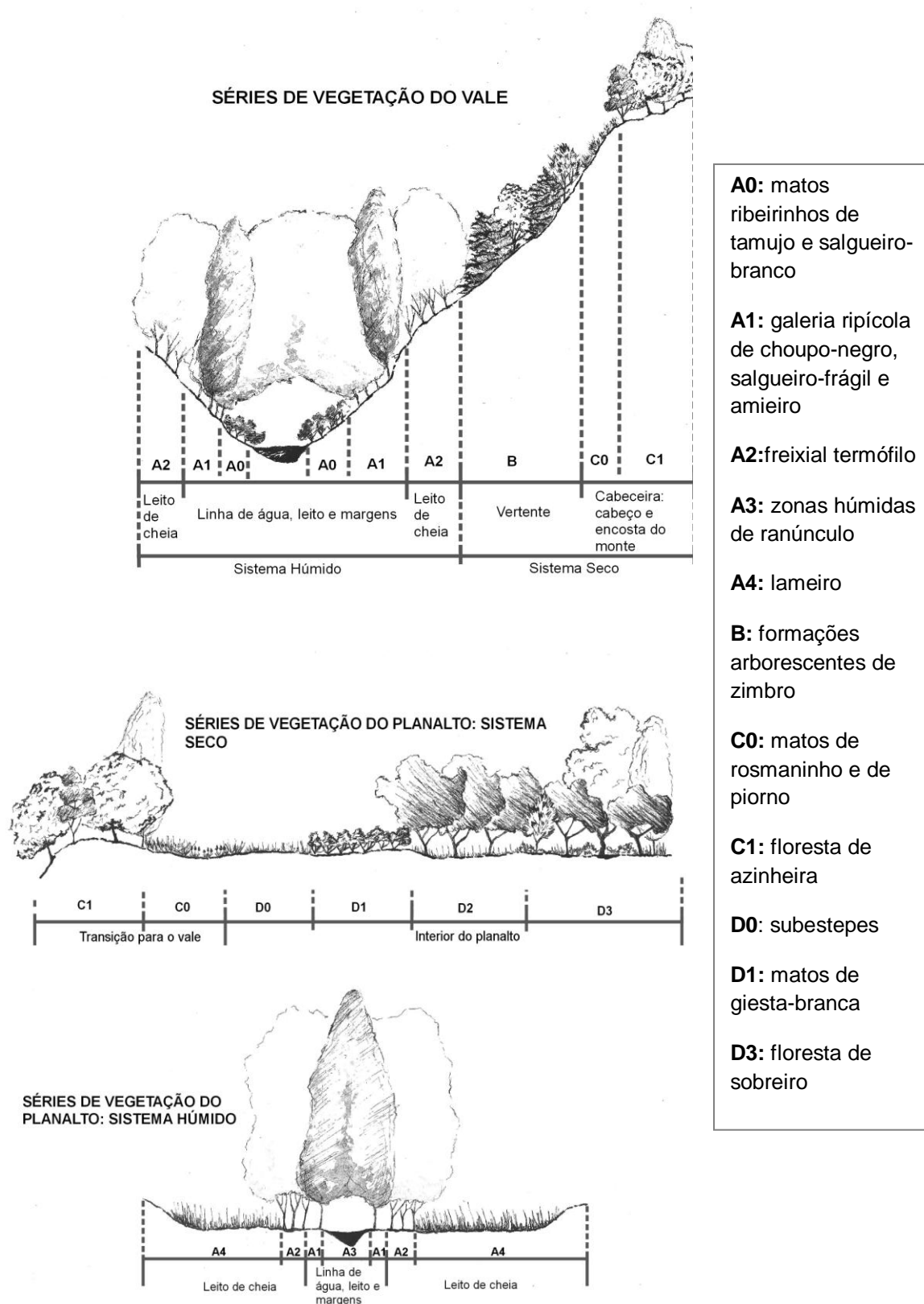
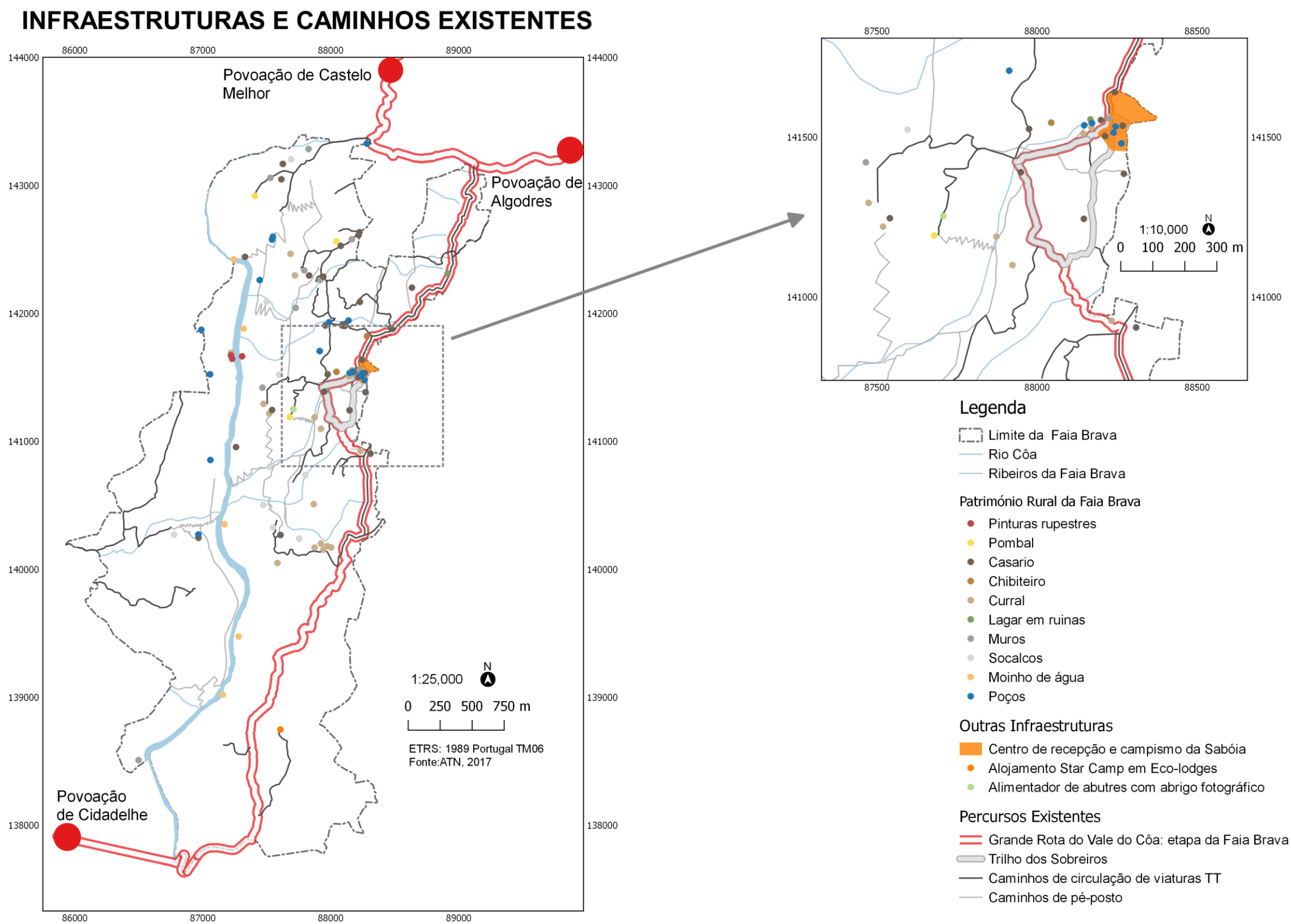


Figura 17. Séries de vegetação dos *habitats* da Faia Brava



5.2. CARACTERIZAÇÃO

UP Rio Côa e Bosque Ripícola

- Riqueza geomorfológica

Encaixe abrupto do rio Côa na junção entre os granitos hercínicos e os xisto-grauvaques ante-ordovícicos. Vale rectilíneo em canhão, dominado por formações graníticas e quartzíticas. Rio semisselvagem com caudal anual variável, abundante e torrencial no inverno e reduzido no estio do verão.

- Riqueza de *habitat*

Bosque ripícola caducifólio com galeria ripícola de salgueiro-branco e tamujo na zona interna das margens e, na zona externa das margens com choupo-negro, salgueiro-frágil, amieiro, sanguinho-de-água e sabugueiro; e pelo freixial termófilo com pilriteiro, silvas e roseiras-bravas no leito de cheia. Estas comunidades vegetais são essenciais para o controle da erosão das margens, retenção de sedimentos transportados, diminuição da velocidade de escoamento fluvial e manutenção da qualidade e caudal de água de abastecimento da bacia hidrográfica do Douro, à qual o Côa pertence. A acrescentar a função de abrigo nos interstícios das raízes e nas amplas copas para a fauna selvagem, assim como o fornecimento de alimento diversificado.

A vegetação desempenha igualmente um papel crucial na aclimação regional, permitindo a geração de brisas que atenuam a intensidade das amplitudes térmicas diárias e/ou sazonais do planalto, nomeadamente com a dissipação de geadas e nevoeiros.

- Riqueza faunística

O rio de carácter praticamente selvagem permite os fluxos migratórios de peixes autóctones como a boga-duriense e o bordalo que constituem alimento para a lontra, uma espécie em declínio na Europa que possui excepcionalmente na Península Ibérica das poucas populações saudáveis. Podem ocorrer nesta unidade aves aquáticas como o melro-d'água.

- Riqueza antrópica e cultural

Apesar se não estarem em evidência na Faia Brava, alguns submersos no rio Côa, reúne os vestígios mais antigos de ocupação humana nesta paisagem, comprovados com as gravuras rupestres paleolíticas existentes a jusante. As gravuras e pinturas visitáveis na Faia datam do período neolítico posterior, que marca a migração humana para o planalto e, por isso, encontram-se incluídos na UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto.

O controlo do caudal do rio é feito através de açudes construídos com os próprios blocos de granito local, material comum às estruturas de travessia fluvial.

A energia hidráulica foi a partir do período romano aproveitada para a moagem do cereal produzido no planalto, tal como se comprova nos moinhos existentes ao longo do rio, sendo os do troço da Faia Brava moinhos sem casa associada, eventualmente por ser o troço fluvial com caudal mais torrencial. Este engenho era coberto pelos moleiros com uma cabana temporária durante o período da moagem.

- Riqueza estética

O carácter caducifólio do material vegetal permite criar dinâmicas cromáticas sazonais que dinamizam o mosaico-paisagístico da Faia Brava variando entre o verde viçoso e exuberante durante o estio, os troncos e copado despidos no inverno e, as transições outonais de copas amareladas fortemente contrastantes com as constantes tonalidades verde-pardas das formações mediterrânicas da vertente e do planalto. De destacar igualmente o arroxeadado dos tamujais nas margens de inundação invernante.

As dinâmicas fluviais e a diversidade de avifauna tornam esta UP particularmente musical.

Predomina a sensação de estreitamento do campo visual devido aos limites verticais bem marcados do vale. No entanto não deixa de existir uma sensação de amplitude devido ao reflexo do céu, da vegetação e, da luz no plano de água particularmente evidente em dias de céu limpo.

UP Fragas e Vertentes Cascalhentas

- Riqueza geomorfológica

As vertentes declivosas, por vezes, formam paredes praticamente verticais em consequência do encaixe fluvial abrupto. A erosão continuada destas formações, dá origem a caos de blocos graníticos dispostos pela gravidade ao longo das vertentes.

- Riqueza de *habitat*

A vegetação é esparsa e rareia nos interstícios rochosos onde existe solo para a sua implantação. É nesta unidade que se encontram as formações vegetais mais maduras e complexas, nomeadamente as comunidades relíquias de zimbro associadas à cornalheira, ao zambujeiro, ao aderno-de-folhas-estreitas e ao espinheiro-preto.

- Riqueza faunística

O carácter inóspito é ideal para a nidificação de aves rupícolas, tais como, o britango, o grifo, a águia-de-bonelli, o bufo-real e a cegonha-preta, todas elas espécies protegidas. Nesta zona também ocorrem aves de menor dimensão como o andorinhão-real, o chasco-preto e o pombo-das-rochas, espécies características da região e de observação rara. As espécies referidas são na sua maioria migratórias internacionais.

- Riqueza antrópica e cultural

A linha de cumeada do vale é marcada pela presença de pombais. Associados à domesticação parcial do pombo-das-rochas para o aproveitamento do *pombinho* (=estrume) destinado à fertilização dos terrenos agrícolas do planalto. São o único indício de atividade humana, sendo esta a UP que menos se alterou ao longo da evolução dos povoados devido há sua extrema aridez e quase total inacessibilidade.

- Riqueza estética

Sensação extrema de abandono humano devido ao domínio do carácter natural sobre o antrópico. A dureza das formações geológicas cria um forte contraste cromático e textural com as comunidades vegetais dispersas em ilhas de solo escasso. O outono manifesta-se na folhagem caduca avermelhada das cornalheiras entre as tonalidades verdes da restante vegetação.

Existe uma sensação de abismo para o fundo do vale devido ao impacto vertical das vertentes. É também nesta unidade que se obtém a sensação máxima de amplitude panorâmica dentro da Faia Brava, avistando-se a longa extensão do planalto para norte e sul e, a este a fronteira com as montanhas espanholas. Esta unidade transmite alguma luminosidade devido aos fluxos ascendentes de ar quente do fundo do vale que desimpedem o céu, particularmente evidente durante os períodos de céu nublado no interior do planalto.

UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto

- Riqueza geomorfológica

Relevo de peneplanície granítica ondulante, interrompida pelo encaixe pouco pronunciado de ribeiros temporários mediterrânicos tributários do rio Côa. Estes ribeiros podem ter lameiros associados em áreas de depressão mais ampla.

- Riqueza de *habitat*

Esta unidade inclui as florestas remanescentes de azinheira e de sobreiro do sistema seco, e o sistema húmido com os ribeiros, os bosques ripícolas, lameiros e, as charcas artificiais.

Na galeria ripícola caracteriza-se pela ocorrência potencial de salgueiro-frágil e choupo-negro e, as comunidades de freixo, pilriteiro, silvas e roseiras-bravas. As zonas de alagamento caracterizam-se pela presença de ranúnculos, meruge e *Isoetes histrix* e, ocasionalmente, fetos, juncos, orquídeas silvestres e maios. Nas charcas artificiais predomina o ranúnculo-aquático, a lentilha-de-água e a exótica azola.

As florestas de azinheira formam povoamentos com a zêlha, a pereira-brava, a cornalheira, o lódão-bastardo e com os matos de piorno, rosmaninho, gilbardeira, espargos-selvagens,

tomilho bela-luz e, os endemismos ibéricos *Armoreria transmontana* e *Euphorbia oxyphylla*. Enquanto que as florestas de sobreiro abrangem o carvalho-cerquinho, a azinheira, o lódão-bastardo, o medronheiro, o zambujeiro e, nas orlas o rosmaninho, estevinha, gilbardeira e trovisco.

- Riqueza faunística

Esta UP inclui a biodiversidade de carácter florestal associada aos locais com afluência humana pouco frequente. Nomeadamente, o gato-bravo, o corço, o javali e aves como a trepadeira-azul, o pica-pau-galego e a águia-calçada. Na proximidade de linhas de água e charcas podem ser encontradas espécies como o tritão-marmorado, a rã-ibérica e o sapo-parteiro. Os freixiais ripícolas constituem nichos de biodiversidade para a carriça, uma pequena ave e, a floração dos pilriteiros uma fonte de alimento e de reprodução para a borboleta branca-do-pilriteiro.

- Riqueza antrópica e cultural

Praticamente ausente, os vestígios da presença humana residem, ainda que indiretamente, na percepção da escassez desta UP na Faia Brava, fruto de um contínuo cumular de situações de arroteia, desflorestação e queimada destas comunidades vegetais para o aproveitamento de madeira, lenha e solos de boa qualidade para a agricultura e o pastoreio. A sua redução de áreas iniciais mais amplas resulta nos atuais bosquetes e/ou sebes associadas a ribeiros que marcam a transição entre as UPs Fraguados e Vertentes Cascalhentas e Montado da Beira Transmontana.

As zonas declivosas do vale apresentam algumas parcelas agrícolas de olival, amendoal e, pontualmente, laranjal em socalcos com muros de retenção de terras de granito. A dinâmica pastoril existente nesta unidade, reflete-se nas construções de abrigos de pastor, currais e chibiteiros, ainda que estas sejam mais frequentes na UP Montado da Beira Transmontana.

Esta unidade inclui o núcleo rupestre da Faia Brava que, por ser relativo ao período neolítico se encontra no limite do vale e, marca a transição histórica do povoamento humano do vale para o planalto.

- Riqueza estética

Sensação de barreira visual densa de carácter natural contrastante com as restantes UPs de composição mais esparsa e permeável.

UP Montado da Beira Transmontana

- Riqueza geomorfológica

De tipologia comum à UP Bosques e Ribeiros do Planalto sem as depressões resultantes do encaixe das ribeiras mediterrânicas.

- Riqueza de *habitat*

Mosaico de usos diversos que conjugam o carácter natural com o antrópico/cultural. Tem uma composição agro-silvo-pastoril.

Predomina o povoamento de montado pouco denso dominado pelo sobreiro onde, de grosso modo, o sub-bosque foi suprimido dando lugar apenas a um estrato herbáceo. As clareiras apresentam regeneração essencialmente com matagal de giesta-branca e matos rasteiros de rosmaninho, trovisco e, pontualmente, perpétua-das-areias.

- Riqueza faunística

Abundância de espécies de comportamento generalista como o coelho e a raposa. De entre as aves de referir a pega-azul, a cotovia-montesina, a toutinegra-real, a poupa e a águia-cobreira. Nas áreas de cereal é mais provável encontrar a perdiz e, ainda que mais raros, o alcaravão ou o tartaranhão-caçador. As construções ao abandono podem servir de abrigo para a coruja-das-torres, o mocho-galego ou variados morcegos. Podem ocorrer também variados reptéis como o sardão, a cobra-de-escada, a lagartixa-de-dedos-denteados e, roedores como o leirão. A extensa floração dos matos é atrativa para variadas borboletas como a fritilária-mediterrânica e a ponta-laranja-do-douro.

- Riqueza antrópica e cultural

Esta UP é a que apresenta maior evidência de humanização, e como tal predomina o carácter cultural. A matriz que estrutura desta unidade é agro-silvo-pastoril, encontrado-se entre as práticas agrícolas ao nível herbáceo do montado a produção de cereal, ainda que atualmente com uma intensidade muito menor e mais distribuída na propriedade e, para além do cereal parcelas de olival, amendoal e, em menor número, vinha. Os últimos três usos referidos ocorrem em parcelas compartimentadas por sebes de muro de pedra solta, por vezes com vegetação associada, podendo ser sobreiros, azinheiras, freixos, silvas ou roseiras-bravas. O cultivo do cereal, dada a pobreza dos solos, era frequentemente alternado com pousios na mesma parcela que chegavam a ser de 2 a 3 anos, o que era favorável para conjugar com o pasto de ovinos (de raça churra) /caprinos (de raça jarmelista) que em simultâneo fertilizavam os terrenos.

A junção nesta UP deste mosaico diversificado é reveladora das condições débeis em que a economia rural subsistia nesta região com clima agreste e solos pobres. Para contrariar anos menos produtivos, era vantajoso conciliar a produção de vários recursos, nomeadamente, amêndoa, azeitona/azeite, vinho, cereal e gado ovino/caprino com os seus produtos derivados. A estes recursos ainda se acrescentava a extração de cortiça a cada 10 anos.

A execução dos trabalhos rurais dadas as condições delgadas dos solos e a abundância de afloramentos rochosos inviabilizavam o uso de maquinaria pesada tanto na preparação anual do terreno como durante a apanha dos vários recursos enunciados, pelo que dominavam utensílios agrícolas rudimentares com o apoio de animais de trabalho (burro/cavalo/vaca) e a força braçal humana colectiva durante a sua apanha fosse a ceifa do cereal, a vindima na vinha, a apanha da azeitona e da amêndoa com varejo ou o descorticar dos sobreiros (o único dos enunciados que até à data não possui alternativa mecânica). Esta realidade é evidente no património vernacular construído que se encontra nesta UP, nomeadamente o casario disperso, eventualmente para abrigo dos grupos de trabalhadores durante as épocas de trabalho sazonal ou, concretamente do seareiro dado que na atual área de campismo da Faia Brava estão anexas casas de habitação com horta e poço contíguos tendo um deles o engenho da picota, o que leva a supor tal possibilidade. Na mesma zona, encontra-se um terreiro circular limpo de vegetação, eventualmente uma antiga eira comunitária para debulhar e joeirar o cereal. Relativamente há atividade pastoril existe um abrigo de pastor, várias casas com curral anexo, canadas e chibiteiros.

Esta unidade reúne os vestígios mais recentes da intervenção humana na paisagem, resultado do seu estabelecimento definitivo no planalto pós-transição neolítica.

- Riqueza estética

Existe uma certa sensação de amplitude durante o dia, embora não seja tão intensa como na UP Fragas e Vertentes Cascalhentas, que no entanto assume uma dimensão muito maior em noites de céu limpo e estrelado reunindo as condições perfeitas para observações astronómicas dada a ausência de luzes e edificado urbano perturbador.

É uma unidade com alguma dinâmica sazonal cromática, principalmente associada às parcelas agrícolas, destacando-se a floração branco-rosada das amendoeiras a anunciar o fim do inverno e os tons avermelhados da vinha no outono. A primavera é igualmente apelativa pelas extensões de giesta-branca em flor, tal como o nome indica, branca. Já os rosmaninhos primaveris enchem o montado de tons arroxeados e óleos melíferos.

PROPOSTA DE UNIDADES DE PAISAGEM PARA A FAIA BRAVA

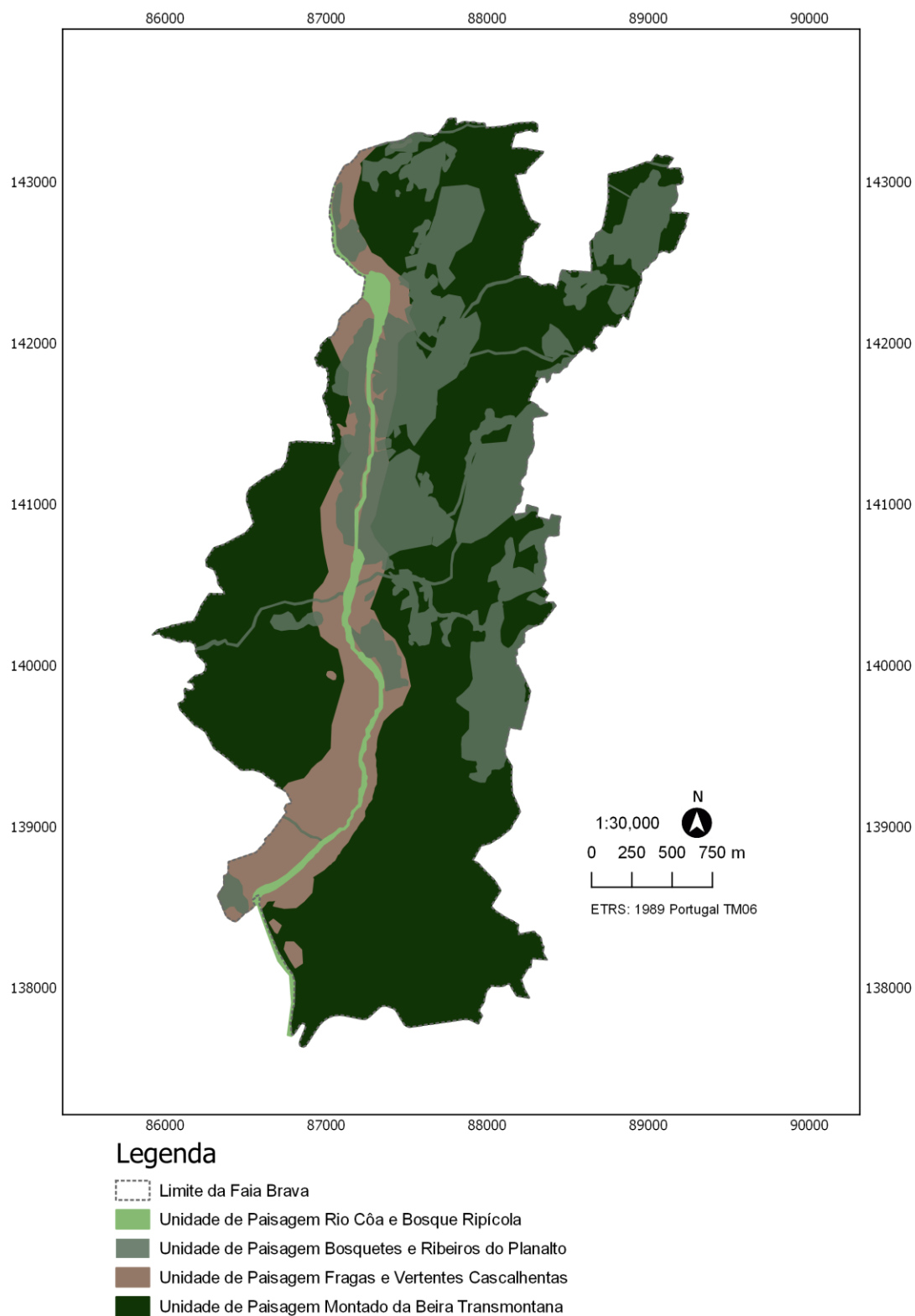


Figura 19. Proposta de unidades de paisagem para a Faia Brava (autora – Mariana Dias)

6. PROPOSTA DE GESTÃO PARA A FAIA BRAVA

6.1. FRAGILIDADES ECOLÓGICAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA AS UNIDADES DE PAISAGEM

Este subcapítulo resulta da constatação de dois aspetos: por um lado o estado de degradação atual dos *habitats* inventariados que não se encontram na sua plenitude de maturidade ecológica e, por outro lado, a necessidade de definir novas estratégias para manter e/ou readaptar as parcelas culturais criadas pela ocupação humana que se assume terem potencial para manter a heterogeneidade e riqueza paisagística da Faia Brava. Como tal, os quadros apresentados em seguida pretendem sistematizar o papel de cada unidade na manutenção do funcionamento do mosaico-paisagístico existente, os problemas atuais que afetam o funcionamento eficaz da mesma e, como é que estes podem ser solucionados para que os serviços ecossistémicos sejam assegurados.

UP RIO CÔA E BOSQUE RIPÍCOLA

- **Tipologia e Potencial Ecológico:**

Corredor ecológico secundário à escala regional essencial para a dinamização de fluxos de ar que diminuem as amplitudes térmicas do interior do planalto (diárias e/ou sazonais) e contribuem para a dissipação de nevoeiros e de geadas. Os fluxos de ar gerados no vale são importantes para as dinâmicas de voo das aves de rapina rupícolas que aproveitam as correntes de ar quente para circular na região.

A existência de um bosque ripícola diverso e consolidado é determinante para assegurar a absorção da energia de escoamento fluvial e diminuir a erosão das margens. A vegetação constitui também uma fonte importante de refúgio, nidificação e alimento para a fauna, para além do valor estético de forte contraste com as comunidades vegetais envolventes. A vegetação ripícola é igualmente fundamental para a manutenção da qualidade da água e caudal escoado para o abastecimento da bacia hidrográfica do Douro, à qual pertence.

Esta unidade abrange ainda os açudes e os núcleos de moinhos de água, estruturas pouco invasivas de aproveitamento da energia do rio essenciais para a anterior moagem do cereal produzido. Estas estruturas que permitiram a especialização de um ofício local – o moleiro – fazem parte da identidade da comunidade regional e são de significativa importância pelo engenho integrado na paisagem e que permitiu satisfazer uma necessidade de subsistência humana. Sendo um elemento positivo a destacar para manter viva a memória local coletiva como testemunho de aprendizagem de boas práticas para as novas gerações e visitantes que pretendam conhecer a região.

- **Fragilidades Ecológicas:**

Elevado estágio de degradação do bosque ripícola, principalmente do estrato arbóreo por necessitar de períodos mais longos para a sua regeneração e de um prévio estrato herbáceo-arbustivo consolidado. Devido às comunidades vegetais serem esparsas e estarem empobrecidas a intensidade das dinâmicas erosivas fluviais encontra-se agravada, reúnem-se menos condições de abrigo, circulação e alimento para a fauna, compromete-se a eficácia das dinâmicas de aclimação francamente mais funcionais com a existência de um estrato arbóreo consolidado. E, na ótica da fruição desta UP existe uma desvalorização da sua atratividade estética.

- **Medidas de Mitigação:**

Plantação de salgueiro-branco nas margens de modo a enriquecer o estrato arbustivo de matos de tamujo pré-existentes. Plantação de choupo-negro, amieiro, sanguinho-de-água, salgueiro-frágil e sabugueiro na zona mais externa das margens e, no leito de cheia de freixo alternado como pilriteiro. A sequência de plantação proposta pretende recuperar as comunidades vegetais originais do bosque ripícola dividida em três tipologias: os tamujais e salgueirais arbustivos parcialmente emersos essenciais para a retenção de sedimentos e fonte de abrigo para a desova da fauna aquática; a galeria ripícola de choupais-salgueirais e amieiros arbóreos, tolerantes ao alagamento, com sistema radicular complementar ao arbustivo para a consolidação dos depósitos de aluvião face à instabilidade das dinâmicas erosivas do rio e, essenciais para o ensombramento e aclimação do leito; e os freixiais termófilos no leito de cheia a marcar o limite superior do bosque ripícola, que pretendem assegurar a estabilidade do terraço fluvial face a situações extremas de cheia.

Define-se como áreas a plantar as que atualmente possuem os tamujais arbustivos e freixiais acessíveis com trilhos pré-existentes, revelando maior potencial para a consolidação da geossérie de vegetação ripícola. Propõe-se o compasso de plantação de 3 em 3 metros na linha e de 2 metros entre linhas¹.

Como nota de esclarecimento, apesar de os amieiros serem mais frequentes nos troços não torrenciais (escoamento lântico), as zonas a plantar por apresentarem terraços de aluvião desenvolvidos e traçado fluvial curvilíneo são favoráveis ao escoamento menos lótico, reunindo por isso condições para o seu estabelecimento.

Aconselha-se a execução de trabalhos de preparação de terreno nas parcelas a plantar, de modo a assegurar as condições mínimas de terreno limpo para enraizamento, sem que o terreno fique demasiado exposto à insolação para não comprometer o vingamento das plantações. Nomeadamente a desmatação controlada de silvado numa primeira fase com roçadora e posterior desenraizamento manual pela raiz, evitando o problema de voltarem a

¹ As medidas propostas tiveram como referência Louro et al., 2002.

rebentar e comprometerem o vingamento das plantações.

Relativamente aos salgueiros pode ser equacionada a hipótese de reintrodução por estacaria, embora a taxa de sucesso possa não ser tão elevada.

As áreas plantadas definidas deverão ser delimitadas com vedações móveis numa lógica de proteção temporária face à livre circulação da fauna existente, de modo a garantir o seu crescimento e potenciar a regeneração espontânea até que a vegetação atinja um porte considerável e permita o retirar das vedações.

Propõe-se a desmatação periódica do silvado em atual expansão num dos núcleos de moinhos estrategicamente escolhido para concretizar futuras visitas ou atividades educativas.

Quadro 1. UP Rio Côa e Bosque Ripícola: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação (autora – Mariana Dias)

UP FRAGAS E VERTENTES CASCALHENTAS

• **Tipologia e Potencial Ecológico:**

Esta UP constitui um corredor ecológico primário relevante à escala nacional essencial para a circulação e nidificação das aves de rapina rupícolas, na maioria migradoras internacionais. A vegetação ao longo das vertentes para além de poder constituir por si uma estrutura de nidificação, possui um sistema radicular importante para estabilização e retenção/formação de solos coluvionares. Protege igualmente as fragas dispostas ao longo do vale dos fenómenos erosivos e oculta os ninhos de aves rupícolas de eventuais predadores.

• **Fragilidades Ecológicas:**

A comunidade vegetal encontra-se algo degradada devido há escassez de zimbros, a cabeça de série climática do *habitat* desta UP.

Devido há difícil acessibilidade e solos esqueléticos nas vertentes de declives acentuados, o impacto antrópico foi contido. Sendo que a degradação atual resulta essencialmente da abertura de múltiplos trilhos de acesso ao rio pelos moleiros e restante população para atividades como a moagem e a pesca e, acesso aos olivais e amendoais em socacos existentes, atualmente na sua maioria abandonados.

• **Medidas de Mitigação:**

Dada a acessibilidade condicionada a esta unidade para a reabilitação do zimbral, revela-se necessário definir as áreas da vertente com acessibilidade pelos trilhos pré-existentes, e dar prioridade há execução de plantações nessas áreas. Deverá dar-se prioridade ao adensamento do zimbro, dada a baixa densidade de indivíduos pré-existente e, posteriormente, às restantes espécies de sub-bosque, nomeadamente a cornalheira, o espinheiro-preto e o adorno-de-folhas-estreitas.

Dada a escassez e a pobreza em nutrientes do solo da encosta, de forma a facilitar futura

monitorização e retanchar se necessário, estimular o desenvolvimento radicular conjunto das espécies plantadas e promover a criação de um banco seminal consistente, define-se como estratégia a criação de “ilhas” de plantação densa, ao invés da plantação aleatória e extensiva. Os compassos de plantação propostos são os mesmos da UP anterior. As “ilhas” de plantação deverão localizar-se entre os matos de piorno e/ou giesta existentes de forma a evitar a insolação extrema.

Dada a inclinação da vertente, como forma de aumentar a estabilidade das caldeiras, evitar perdas de plantas e de solo devido a deslizamentos de terras e aumentar a retenção de água das chuvas, aconselha-se que as caldeiras estejam compensadas com pequenos muretes de retenção de terras no sentido da inclinação da vertente.

E reconhecendo-se a aridez da vertente, para favorecer a retenção de humidade e diminuir perdas por evapotranspiração, recomenda-se ainda a colocação de cobertura de solo nas caldeiras das árvores plantadas, com recurso a vegetação herbácea que se encontre na envolvente.

A “ilhas” plantadas definidas deverão ser delimitadas com vedações móveis nas condições definidas na UP anterior.

Quadro 2. UP Fragas e Vertentes Cascalhentas: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação (autora – Mariana Dias)

UP BOSQUETES E RIBEIROS DO PLANALTO

- **Tipologia e Potencial Ecológico:**

Esta unidade divide-se em dois níveis na hierarquia de corredores ecológicos: a floresta de azinheira na transição para o vale pertence ao corredor ecológico primário, enquanto que a floresta de sobreiro e as comunidades ripícolas dos ribeiros do planalto se encontram incluídas numa rede de corredores ecológicos terciários transversais ao vale, que assumem uma elevada importância nas dinâmicas de mobilidade e permanência da fauna a nível local. A par das formações arborescentes de zimbro, as florestas de azinheira por marcarem a transição para o vale são igualmente propícias à nidificação de aves rupícolas.

Enquanto que os *habitats* incluídos no sistema húmido desta unidade são essenciais para complementar o efeito de aclimação referido na UP Rio Côa e Bosque Ripícola. Constituintes nichos de humidade, geração de brisas, infiltração e canalização ordenada em ribeiros do escoamento superficial e concentração de matéria orgânica crucial face à extensão de solos pobres e permeáveis predominantes no planalto. Albergam ainda condições únicas para a ocorrência de uma grande variedade de espécies que aqui encontram condições favoráveis de abrigo, alimento, reprodução ou circulação, sendo de realçar os anfíbios dependentes dos *habitats* de transição/ecótonos aqui existentes.

- **Fragilidades Ecológicas:**

As florestas tanto de azinheira como de sobreiro revelam um sub-bosque degradado, e o bosque ripícola encontra-se reduzido aos freixiais termófilos, comprometendo a ocorrência da fauna de *habitats* maduros e sensível a perturbações.

Relativamente ao bosque ripícola, a escassez atual de galerias nas margens compromete a eficácia dos processos ecológicos enunciados anteriormente. Agravando fenómenos de erosão dos solos resultado do escoamento superficial desorganizado e reduzida aptidão para retenção de matéria orgânica, diminuindo a capacidade de aclimação local e, a criação de nichos favoráveis ao desenvolvimento de comportamentos vitais a determinadas espécies.

A fragmentação dos bosquetes de sistema seco em parcelas dispersas deve-se há progressiva arroteia de terrenos para a agricultura, pastorícia e conversão, no caso do sobreiral, em montados, que ocorreu ao longo dos tempos. Os bosques ripícolas extremamente degradados são o resultado da simplificação das comunidades vegetais para criação de lameiros destinados ao pasto e descanso da pecuária.

Relativamente ao bosque ripícola realça-se ainda o empobrecimento estético pouco contrastante com a extensa envolvência de *habitats* do sistema seco do planalto.

- **Medidas de Mitigação:**

Propõe-se o adensar das espécies de sub-bosque nas parcelas de azinhal com a zêlha, o zambujeiro, o lódão-bastardo, a cornalheira e a pereira-brava. E a reposição do sub-bosque do sobreiral com carvalho-cerquinho, medronheiro, lódão-bastardo, zambujeiro e azinheira. A plantação de lódão-bastardo e de pereira-brava deve ser feita nos terrenos mais profundos e húmidos por serem favoráveis ao seu desenvolvimento, isto é, na envolvência dos lameiros e/ou ribeiros.

Relativamente aos ribeiros e lameiros adjacentes é necessária a reestruturação da galeria ripícola de modo a assegurar as condições ecológicas e estéticas ideais. Propõe-se a plantação de choupo-negro e salgueiro-frágil nas margens dos ribeiros e de freixo alternado com pilriteiro nos lameiros. As plantações deverão ser efetuadas nos ribeiros que ainda possuam freixiais por reunirem condições de ensombramento e humidade favoráveis ao sucesso das plantações.

Requerendo as plantações os compassos de plantação e proteção com vedações referidos nas UPs anteriores.

Quadro 3. UP Bosquetes do Planalto: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação (autora – Mariana Dias)

UP MONTADO DA BEIRA TRANSMONTANA

- **Tipologia e Potencial Ecológico:**

A unidade é composta por um mosaico-diverso de parcelas de carácter agro-silvo-pastoril, incluindo: o montado, o olival, o amendoal, as áreas de cereal e os matos e sub-estepes em regeneração. As parcelas desta UP por serem atravessadas pelos corredores ecológicos da UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto, são essenciais para a circulação de fauna com comportamento mais generalizado e/ou florestal à escala local e/ou regional. É a UP que revela maior heterogeneidade de parcelas e, por isso, consegue albergar elevados níveis de biodiversidade.

Esta UP é a que se encontra mais exposta às amplitudes térmicas diárias e/ou sazonais, estando a sua estabilidade e aclimação, em grande medida, dependente dos fluxos de ar gerados pelas comunidades vegetais de sistema húmido da UP Vale do Côa e Bosque Ripícola e, da UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto.

É nesta UP que se encontra a maioria do património rural existente, associado às atividades desenvolvidas nas parcelas referidas.

- **Fragilidades Ecológicas:**

Devido às amplitudes a que se encontra exposta e aos solos arenosos e pouco nutritivos formados a partir de granitos, esta unidade revela uma grande susceptibilidade há erosão. Realidade em grande medida agravada pelo elevado estado de degradação das comunidades vegetais, fruto do cumular de processos de arroteia, queimadas, sobre-pastoreio, e aproveitamento desregrado de lenha e de cortiça. Estado de degradação que é evidente na extensão de giestal e sub-estepes existentes, nos afloramentos rochosos expostos e no montado envelhecido.

Atualmente o estado do montado constitui o risco de mantendo as práticas de extração de cortiça e pastoreio a situação agravar-se e resultar em sub-estepes futuras. Formações de extrema pobreza ecológica, de regeneração espontânea mais morosa e difícil que poderá comprometer a sobrevivência atual de gerações de comunidades faunísticas pré-existentes, para além de agravar a susceptibilidade aos fenómenos erosivos.

- **Medidas de Mitigação:**

Propõe-se o adensar de sobreiros no montado, de modo a promover a sua regeneração. Para tal pode recorrer-se há alternância de sementeiras de bolota em covacho, aconselha-se 3 por covacho, com a plantação de árvores previamente propagadas em viveiro. Para a plantação recomenda-se os compassos previamente referidos, devendo as sementeiras de bolota ser realizadas nos intervalos entre árvores plantadas. Este método pretende favorecer o vingamento das bolotas, por se criar condições de humidade na vizinhança proveniente dos torrões das árvores plantadas.

De modo a diminuir as perdas por consumo das bolotas pela fauna selvagem, os covachos devem ser dispostos em ziguezague e a profundidades variáveis entre 3 e 8 cm².

Nos matos de giesta, deve-se aproveitar arroteias pré-definidas pelos cavalos/vacas em livre circulação para a expansão e plantação das espécies do sobreiral referidas na UP Bosquetes do Planalto.

Nas áreas plantadas deve-se proceder há colocação de vedações móveis nas condições definidas nas UPs anteriores. Adicionalmente, caso as plantações sejam efetuadas em zonas inclinadas, deve ser assegurada a estabilidade da caldeira com o murete de retenção de terras de compensação no sentido do declive³.

Quadro 4. UP Montado da Beira Transmontana: fragilidades ecológicas e proposta de medidas de mitigação (autora – Mariana Dias)

6.2. TRILHOS INTERPRETATIVOS DAS UNIDADES DE PAISAGEM

Encontrando-se definidas as UPs, identificadas as suas fragilidades ecológicas atuais e propostas medidas para a sua resolução, reúnem-se as condições necessárias para a proposta de percursos que procurem interpretar e revelar o conteúdo dessas UPs.

Estes surgem com o propósito de enriquecer a rede de percursos existente com trilhos temáticos, de curta duração, fácil orientação e sinalética explicativa, que forneça ao visitante a informação necessária para a compreensão das várias unidades que constituem o mosaico-paisagístico da Faia Brava. Os percursos pretendem revelar ao visitante, com base no que é experienciável e, consoante as unidades que acesse que podem ser mais do que uma: a sua origem, os vestígios naturais e/ou antrópicos que persistem da sua evolução, a relevância ecológica para a globalidade do mosaico-paisagístico e, as singularidades estéticas que possui.

Pretende-se que estes percursos possam complementar o troço da Grande Rota do Vale do Côa que atravessa a propriedade. Procurando enriquecer a mesma ao contar um pouco da história da região de Riba-Côa e, do projeto da Faia Brava na preservação do melhor dessa história e resolução do que trouxe mais desequilíbrios.

Atualmente a sinalética existente encontra-se concentrada no centro de recepção da Sabóia, onde se dinamiza a maioria das atividades da Faia Brava e existe a área de campismo e respetivos apoios de estadia. Com esta proposta, explora-se a possibilidade de dispersar a informação para outros pontos com interesse de visita, tornando-os mais apelativos, divulgados e visitáveis. A sinalética proposta pretende fornecer informação não

² *Idem* das notas anteriores.

³ *Idem* das notas anteriores.

só ao visitante autónomo em livre-circulação na propriedade, como também material de apoio útil para futuras visitas guiadas e atividades educativas a desenvolver na Faia Brava. Dada a afluência de visitantes estrangeiros e o contexto internacional do projeto da Faia Brava, a sinalização é proposta em bilingue, português e inglês.

Na seleção dos percursos, procurou-se selecionar caminhos pré-existentes, podendo estes ser rurais e de pé-posto ou coincidentes com a circulação de viaturas de todo-o-terreno. Este critério permite para além de assegurar a fácil orientação e condições de acessibilidade com declives razoáveis, evitar aumentar as atuais problemáticas de fragmentação de *habitats* e erosão, em parte devido há multiplicação desordenada de caminhos.

Posto isto, propõem-se 3 trilhos: o **Trilho da Bolota**, o **Trilho das Fragas** e o **Trilho do Pombal**.

Os trilhos localizam-se na zona norte da propriedade dada a riqueza de *habitats*, património rural e extensão de áreas agrícolas que aí se concentra. Para além dos fatores referidos, acrescenta-se o facto de serem trilhos de fácil acesso a partir da entrada principal da Faia Brava, com ligação direta à povoação de Algodres, a escassos quilómetros.

O Trilho da Bolota atravessa a UP Montado da Beira Transmontana e a UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto. Localizado no interior do planalto, é o trilho que revela maior riqueza de vestígios de ocupação antrópica atravessando núcleos de antigas habitações, abrigos e caminhos ligados há pastorícia e, os respetivos lameiros de pasto. Percorre olivais e amendoais compartimentados por sebes de vegetação e muros de pedra seca e, a área de montado com o sobreiro classificado mais antigo da propriedade. Este trilho procura revelar o mosaico agro-silvo-pastoril que forma o montado, atravessando ainda áreas de regeneração com matos diversos e bosquetes de sobreiro. É particularmente interessante para o avistamento de fauna com comportamento mais generalista de circulação entre *habitats* diversos, como a poupa, a raposa, a perdiz ou a pega-azul e, nas zonas húmidas destacam-se os anfíbios.

O Trilho das Fragas inclui-se a UP Rio Côa e Bosque Ripícola, a UP Fragas e Vertentes Cascalhentas e a UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto. É o percurso que atravessa o vale, percorrendo os *habitats* menos perturbados pelo homem e, como tal, com maior riqueza de património natural. Percorre as florestas de azinheira e de zimbro, ao longo de antigos caminhos de acesso ao rio utilizados pelos moleiros e pela restante população local, sendo estes caminhos dos poucos vestígios de intervenção humana encontrados ao longo do trilho. Este percurso revela o bosque ripícola do Côa, ainda que atualmente algo degradado, com os matos de tamujo e de salgueiro e os freixiais termófilos. Revela particular potencial para o avistamento da avifauna rupícola como os diversos abutres, algumas espécies

florestais e/ou das escarpas como a gineta, o gato-bravo ou o chasco-preto e, junto ao rio peixes como a boga-duriense e aves como o guarda-rios. Atravessa também alguns olivais e laranjais em socacos, reveladores do microclima local mais abrigado no fundo do vale.

O Trilho do Pombal marca a transição entre os dois trilhos anteriores. Inclui a UP Bosquetes e Ribeiros do Planalto e a UP Fragas e Vertentes Cascalhentas. Percorre antigos caminhos rurais entre olivais e amendoais compartimentados por sebes com muros de pedra seca, dispostos em socacos entre o final do planalto e a descida para o vale. O percurso termina num pombal, no limite do planalto, existindo uma percepção panorâmica da extensão do planalto para o interior e da formação abrupta do vale que o corta e atravessa. Neste percurso para além das espécies típicas de mosaico de *habitats*, é possível junto ao pombal avistar a avifauna rupícola e algumas fragas-ninho, devido às escarpas dispostas ao longo do vale.

PROPOSTA DE PERCURSOS PARA A FAIA BRAVA

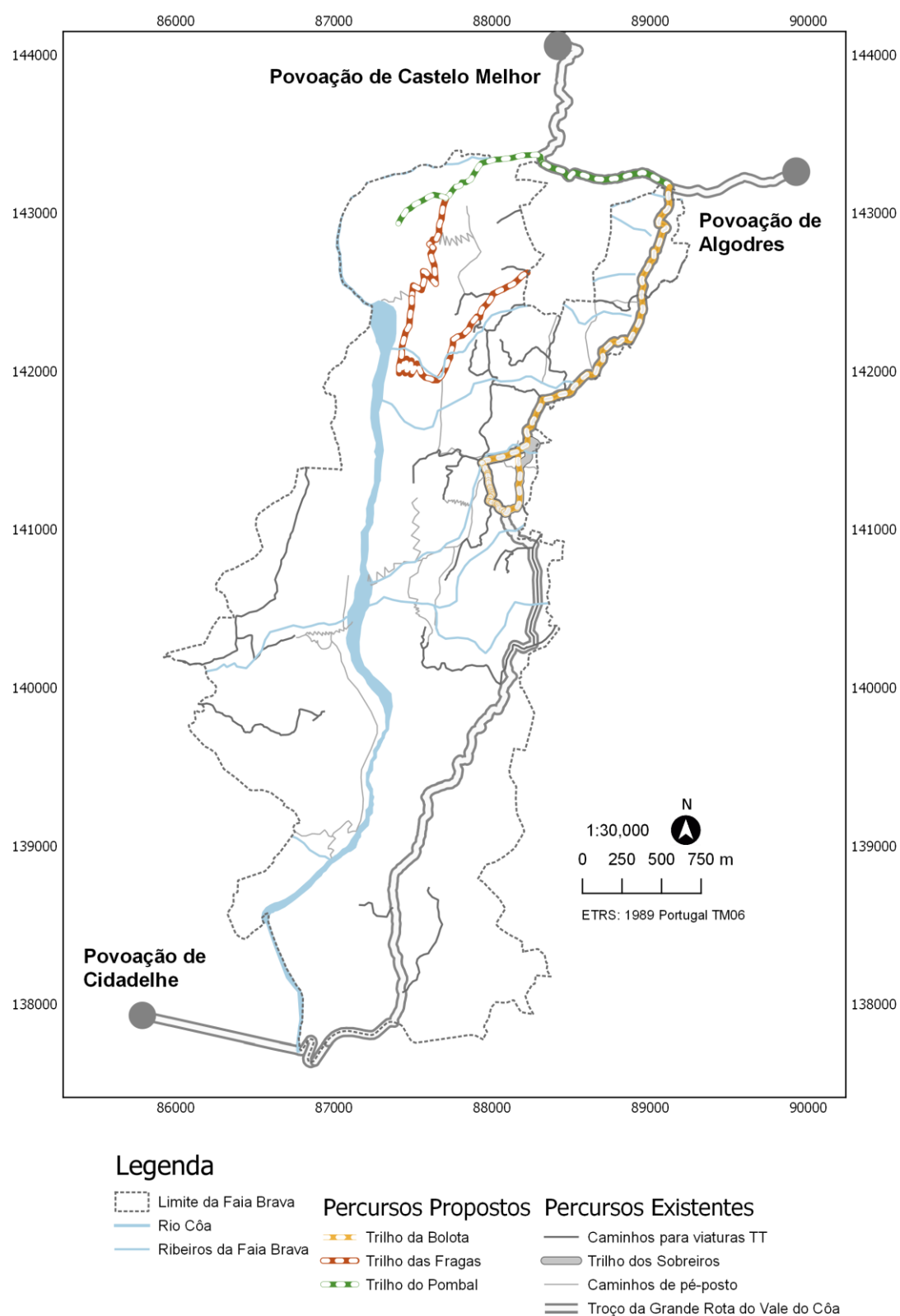


Figura 20. Proposta de percursos para a Faia Brava (autora – Mariana Dias)

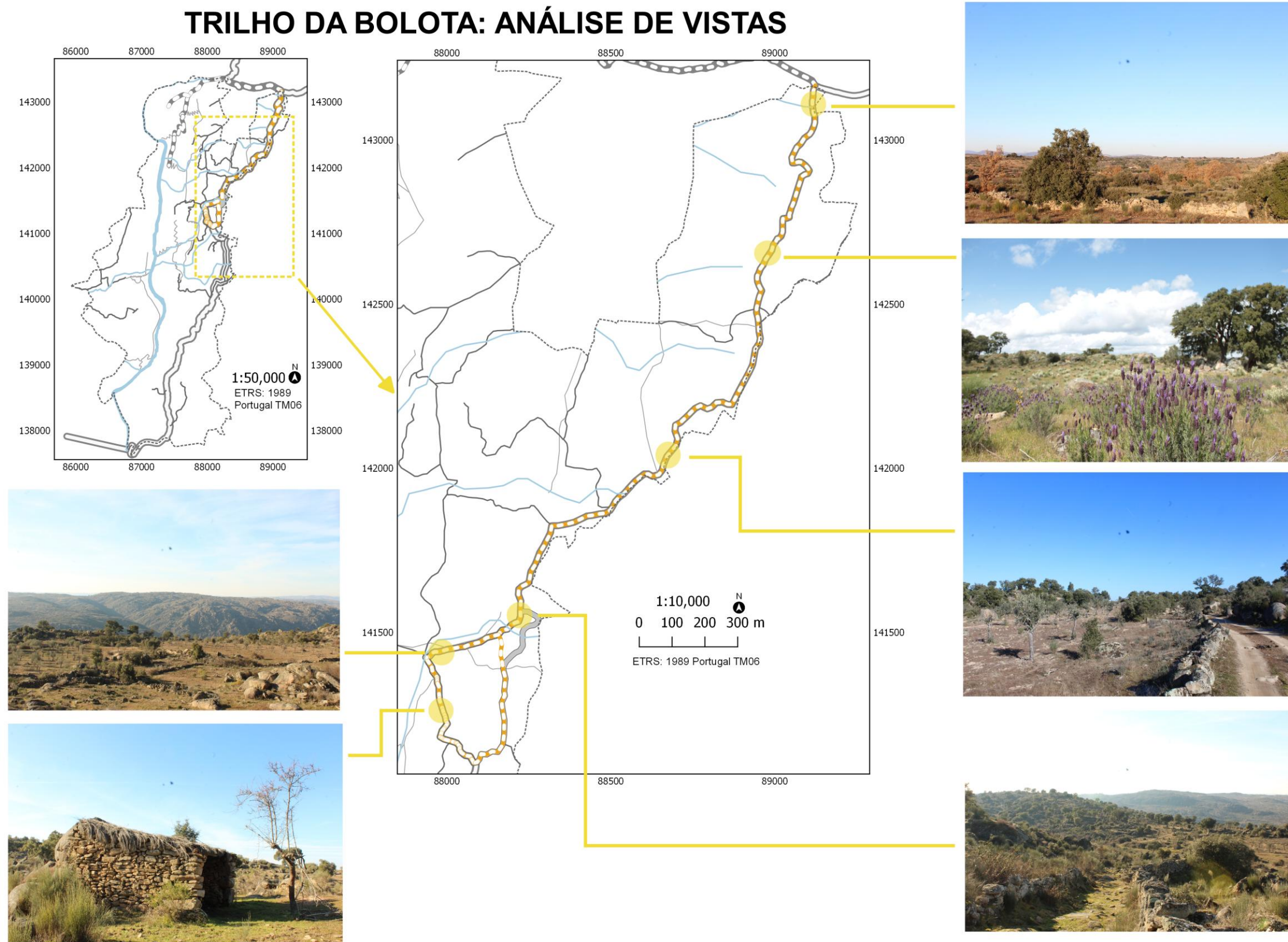


Figura 21. Trilho da bolota: análise de vistas (autora – Mariana Dias)

TRILHO DAS FRAGAS: ANÁLISE DE VISTAS

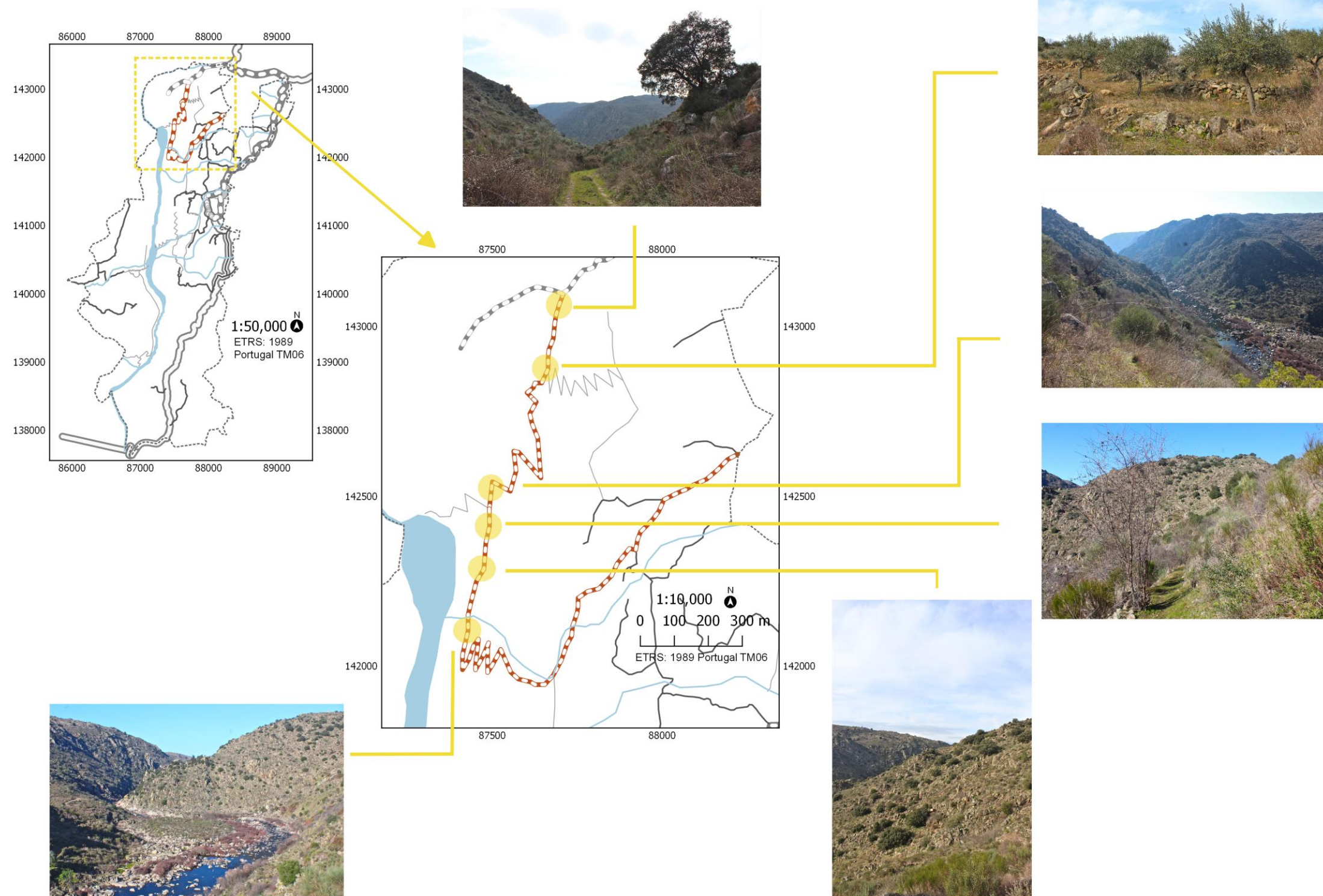


Figura 22. Trilho das fragas: análise de vistas (autora – Mariana Dias)

TRILHO DO POMBAL: ANÁLISE DE VISTAS

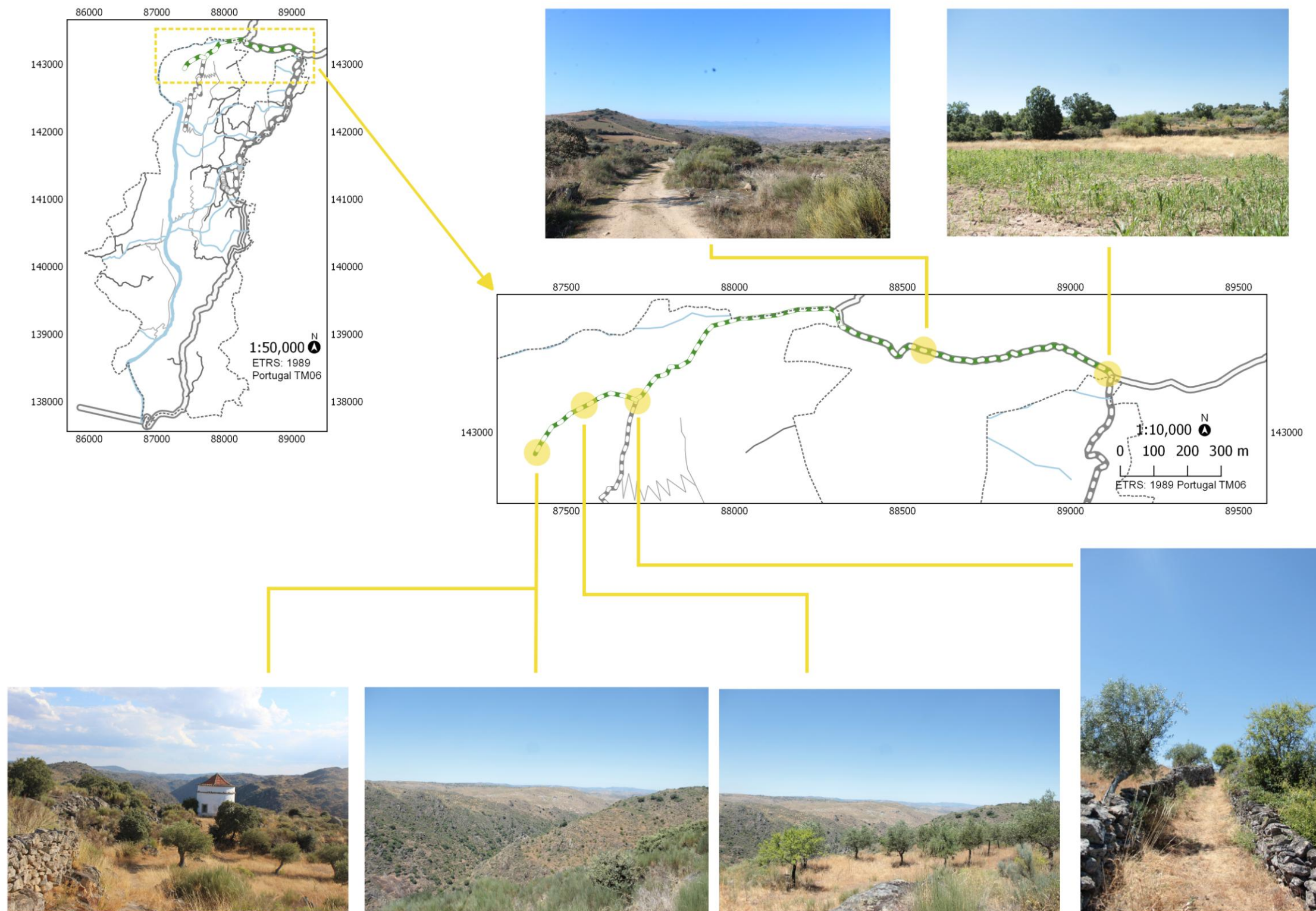


Imagem 23. Trilho do pombal: análise de vistas (autora – Mariana Dias)

PR 1 | TRILHO DA BOLOTA ACORN TRAIL

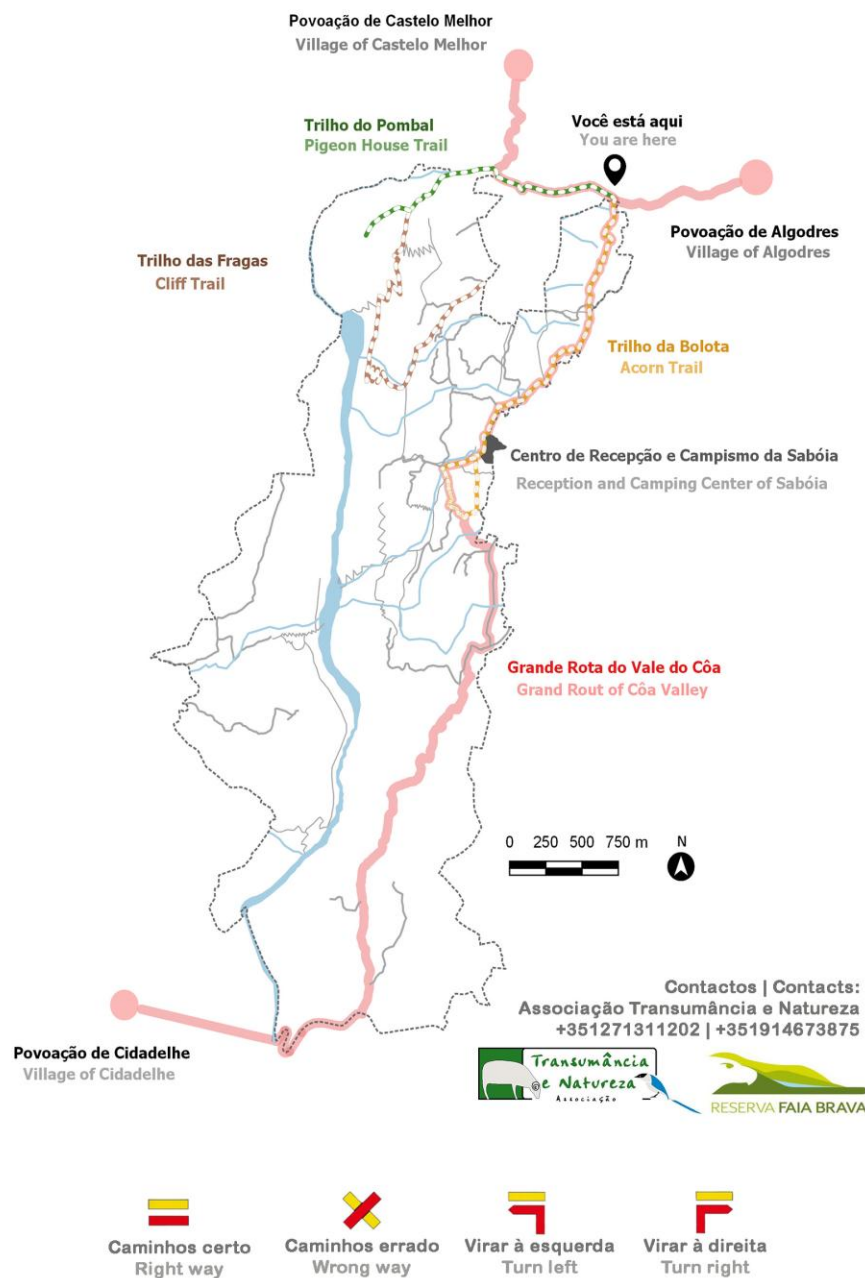
Distância/ Distance: 3,2 Km

Duração/ Time: 50 min

Nível de dificuldade/ Difficulty level: Baixo/ Low !

Altitude máxima/ Highest point: 505 m

Altitude mínima/ Lowest point: 429 m i



Ao longo deste percurso poderá conhecer uma das poucas áreas de montado de sobre da região e descansar à sombra de um Sobreiro centenário de 500 anos. Na primavera aprecie os extensos matagais de Giestas e de Rosmaninhos em flor; altura para avistar borboletas como a Fritilária-mediterrânica. Poderá encontrar um Pica-pau-galego atarefado a construir o seu ninho ou há procura de alimento no tronco de uma árvore antiga. Ou ainda cruzar-se com aves coloridas como a Póua e a Pega-azul.

Along this trail you will discover one of the few regional areas of montado's Cork oaks and rest in the shade of a 500 years old centenarian one. In spring, enjoy the extensive flower marshes of the White spanish broom and the Spanish lavender, the perfect time to see butterflies like the Spotted fritillary. Maybe you'll find a Lesser spotted woodpecker busily building its nest in the trunk of an older tree, or searching for food in its wood. Or even cross with the colorful Hoopoe and the Azure-winged magpie.



Montado com Javali, Corço, Pica-pau-galego, Poupa e Pega-azul

Montado with Wild boar, European roe deer, Lesser spotted woodpecker, Hoopoe and Azure-winged magpie

(*Quercus suber*, *Sus scrofa*, *Caprae lus caprae lus*, *Dendrocopus minor*,
Upupa epops, *Cyanopica cyana*)

Parta à descoberta dos inúmeros vestígios da atividade rural da região nas antigas casas de habitação, hortas com poços e uma picota (engenho rudimentar trazido pelos árabes para elevar a água nos poços) ou uma antiga eira onde a comunidade local juntava, debulhava e joeirava os cereais cultivados. Na zona mais baixa do trilho irá encontrar vestígios da ancestral circulação pastoril, com lameiros férteis usados para pasto e descanso dos animais, um abrigo de pastor, um chibiteiro (pequeno abrigo na rocha que protegia os cordeiros recém-nascidos) e múltiplas canadas (caminhos ladeados por pedras que protegiam os campos semeados dos rebanhos).

Discover the many traces of the region's rural activity in the old houses, vegetable gardens with wells and a *picota* (rudimentary and ancient system brought by the arabs to raise the water in the wells) or an old threshing-floor where the local community gathered, threshed and cheered the cultivated cereals. In the lower part of the trail you will find traces of ancestral pastoral circulation, with fertile meadows used for pasture and animal resting, a shepherd's shelter, a *chibiteiro* (small shelter in the rock used for protection of the newborn lambs) and multiple *canadas* (walking paths flanked by stones that protected the fields sown from the circulation of the herds).



Fritilária-mediterrânica
Spotted fritillary
(*Melitaea didyma*)



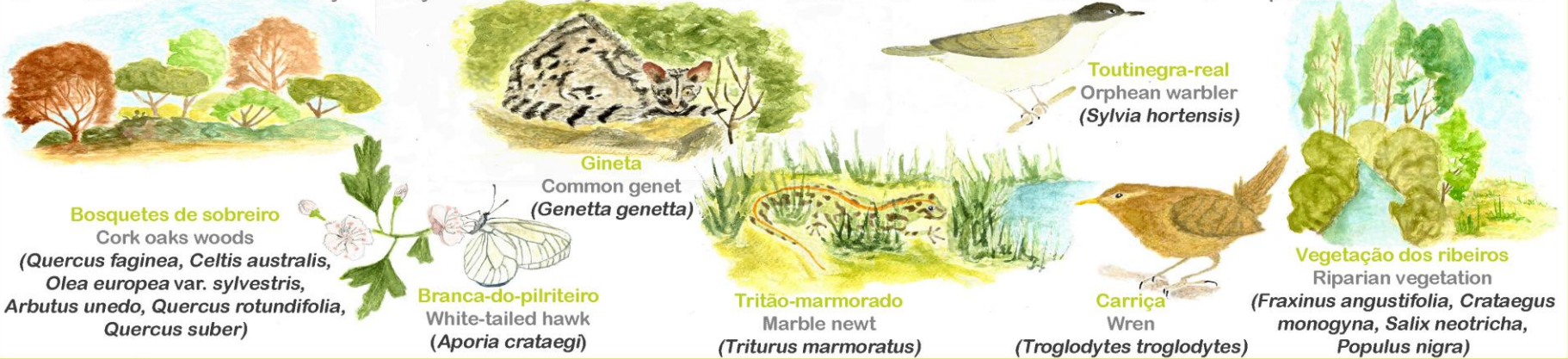
Abrigo de pastor
Sheperd's shelter



Poço com picota
Well with *picota*

Pelos terrenos húmidos dos lameiros e das charcas poderá encontrar anfíbios como o paciente Tritão-marmorado, que vive em terra e procura o ambiente aquático de águas paradas para se reproduzir. Os Freixos, Pilriteiros, Salgueiros e Choupos dos ribeiros poderão atrair a borboleta Branca-do-pilriteiro e a discreta Carriça. Já os bosques mais densos com Carvalho-cerquinho, Lódão-bastardo, Zambujeiro, Medronheiro, Azinheira e Sobreiro, podem abrigar a recatada Gineta e a Toutinegra-real. Ao final do dia ou nas primeiras horas da manhã aventure-se, discreta e silenciosamente e, poderá ter a sorte de avistar um Javalí à procura de bolotas maduras, o esquivo Corço ou o Coelho-bravo no meio dos matos de Giesta em busca de pasto e rebentos jovens de plantas para se alimentar. Sugere-se ainda uma aventura noturna para observar os astros que inundam a imensidão do céu. Venha experienciar as chuvas de estrelas no verão ou até descobrir a Via Láctea, como só na calma do campo é possível observar!

Through the moist terrains of the marshes and ponds you will find amphibians such as the Marble newt, which has terrestrial living habits and seeks the aquatic environment of still waters for reproduction. The streams of Narrow-leaved ashes, Hawthorns, Willow trees and Black poplars may attract the White-tailed hawk and the discreet Wren, one of the smallest and most musical portuguese birds. On the other hand, the forests with Portuguese oak, European hackberry, Wild olive tree, Strawberry Tree, Holm oak and Cork oak may be the refugee for the Common genet and the Orphean warbler. At the end of the day or in the early hours of the morning discreetly and quietly go on adventure and you may be lucky to find a Wild boar looking for mature acorns, a shy European roe deer or a Wild rabbit in the middle of the White spanish brooms searching for pasture and young plants sprouts. As a last suggestion try a night adventure to observe the stars in the immensity of the sky. Experience the rain of stars in the summer or discover the Milky Way as only in the calm of the field it is possible to observe!



RECOMENDAÇÕES: evite circular fora do trilho sinalizado e, caso o faça, opte por caminhos pré-existent. Desta forma estará a contribuir para a preservação desta paisagem, evitando fragmentar *habitats*, comprometer a regeneração da vegetação e, afectar a livre circulação da fauna. Esta paisagem acolheu-o generosamente, seja uma boa visita e cuide dela. Desfrute, relaxe, mas não deixe vestígios da sua presença que a possam degradar, como lixos, leve-os consigo e deposite-os em locais apropriados, essa será a melhor lembrança que lhe poderá deixar. As recomendações são importantes, ligam-nos às paisagens, tire fotografias, desenhe, desperte os sentidos mas não recolha plantas nem animais por mais belos que sejam, eles pertencem aos ciclos de vida deste lugar.

RECOMENDACIONES: avoid walking off the posted trail and if you do opt for pre-existing paths. In this way you will contribute to the preservation of this landscape avoiding the *habitats* fragmentation, compromise of vegetation regeneration and the free circulation of the fauna.

This landscape has welcomed you generously so be a good visit and take care of it. Enjoy, relax, but do not leave traces of your presence that could degrade it as trash, take it with you and deposit it in appropriate places. This will be the best memory you can leave. Memories are important, connect us with the landscapes so feel free to take photographs, draw, awaken all your senses but do not collect plants or animals for more beautiful as they may look, they belong to the life cycles of this place.

Figura 24. Placa de sinalização: trilho da bolota (texto, figuras e concepção: autora – Mariana Dias)

PR 2 | TRILHO DAS FRAGAS CLIFFS TRAIL

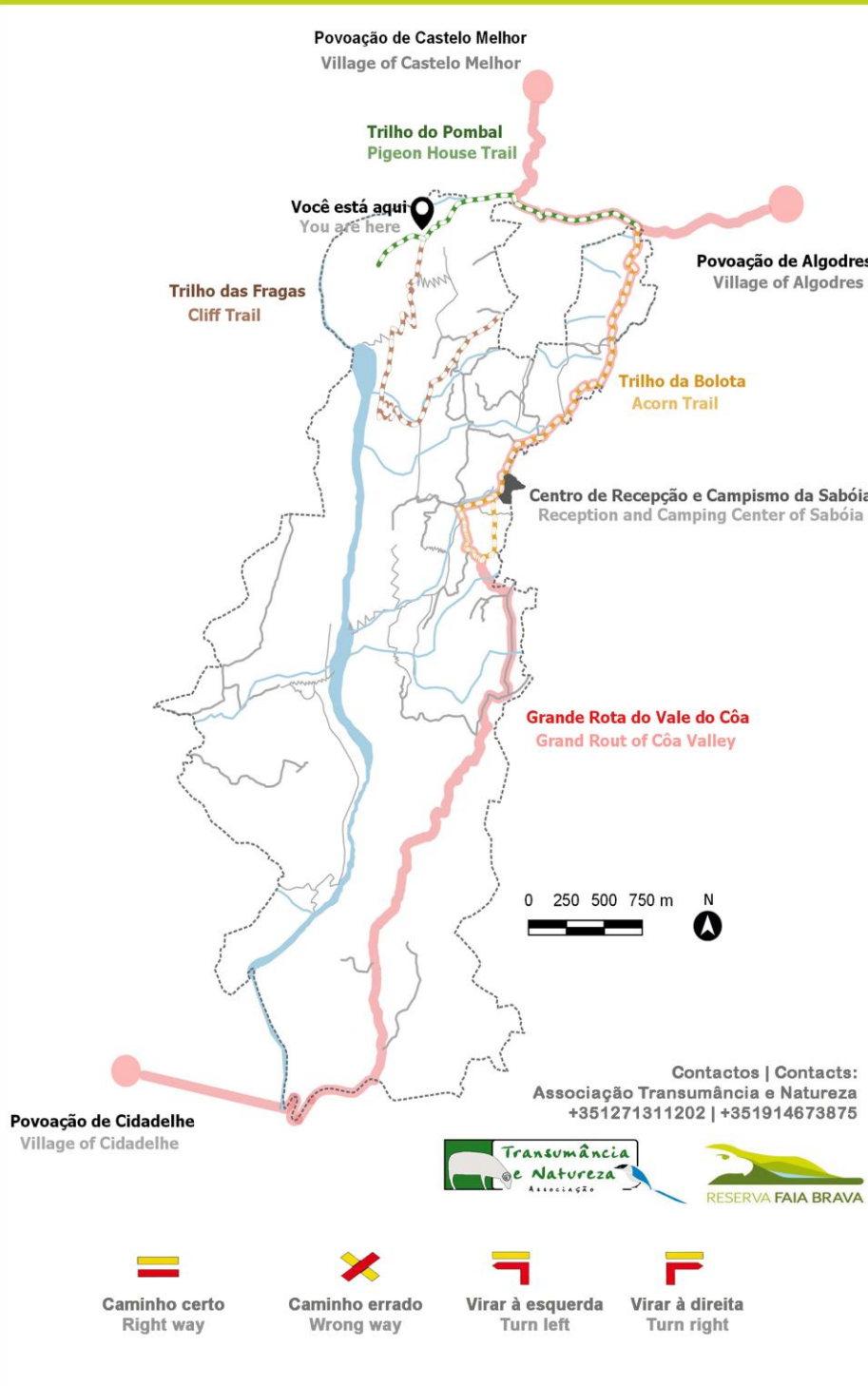
Distância/ Distance: 3 Km

Duração/ Time: 1 h 15 min

Nível de dificuldade/ Difficulty level: Elevado/ High

Altitude máxima/ Highest point: 388 m

Altitude mínima/ Lowest point: 235 m



Este percurso leva-o até ao elemento mais exuberante desta paisagem: o vale do Côa. Atravessando alguns olivais e laranjais pelos socos das encostas, deixe-se embrenhar nos bosques de Azinheira e de Zimbro ao longo do vale, percorrendo antigos caminhos abertos por moleiros e pelas gentes que desciam ao rio para pescar, lavar a roupa e moer os cereais, nos moinhos de água ao longo das margens.

This route takes you to the most exuberant element of this landscape: the Cõa valley. Crossing olive groves and orange groves along the slopes, let yourself into the woods of Holm oak and Prickly juniper along the valley, through old paths opened by millers and people who descend to the river to fish, wash the clothes and grind the cereals in the water mills along the banks.



Fragas com mata de Azinheira e de Zimbro
Cliffs with Holm oak and Prickly juniper woods
(*Quercus rotundifolia*, *Juniperus oxycedrus*)



Olivais e laranjais em socalcos
Olive and orange groves in slopes

Com o encurtar dos dias e o baixar das temperaturas outonais, mudam as cores do vale num cenário entre os verdes dos Zimbros, Azinheiras, Espinheiros-pretos, Adornos-de-folhas-estreitais e Zambujeiros também conhecidos por oliveiras-bravas e, os amarelos-avermelhados das Zêlhas, Cornalheiras, Amieiros e Choupas. Esta obra de arte da natureza revela a sua capacidade de renovação, na folhagem amarelecida que cai das árvores preparadas para pausa vegetativa no inverno e, na primavera retomarem a sua atividade com folhas novas e viçosas.

With the shortening of the days and the lowering of the autumnal temperatures, the colors of the valley change in a setting among the green of the Junipers, Holm oaks, European blackthorns, Narrow-leaved mock, and Wild olive trees and the reddish-yellow of the Montpellier maples, the Cyprus turpentine, the Black alders and the Black poplars. This nature masterpiece reveals its capacity for renewal in the yellow foliage that falls from the trees prepared for the winter hibernation and, in the spring they restart their activity with new green leaves.



Mata ripícola do Côa: Tamujo, Salgueiros, Choupo-negro, Amieiro, Freixo
Riparian wood of Côa: Buckhorn, Willow trees, Black alder and Narrow-leaved ash
(*Flueggea tinctoria*, *Salix salviifolia*, *Salix neotricha*, *Populus nigra*, *Alnus glutinosa*,
Fraxinus angustifolia)

Desfrute da imponência vertical das fragas outrora esculpidas por este rio praticamente selvagem, um dos poucos restantes em Portugal, abundante e torrencial no inverno e escasso no verão. Enquanto usufrui da musicalidade das águas límpidas e correntes poderá, com sorte, ser surpreendido pelo tímido e raro Chasco-preto esvoaçando nas rochas ou, por um Melro-d'água entre os Tamujais, Choupas, Salgueiros, Amieiros e Freixos das margens, a pescar uma Boga-duriense ou um Bordalo. A partir da primavera, poderá experienciar a chegada dos gigantes dos céus vindos do continente africano, para nidificar nas escarpas: o Grifo, o Britango e, o mais raro, Abutre-preto.

Enjoy the vertical magnificence of the stony slopes once sculpted by this practically wild river, one of the few remaining in Portugal, abundant and torrential in winter and short supplied in summer. While enjoying the musicality of the clear and flowing waters, you may with luck be surprised by the timid and rare Black wheatear on the rocks or, by a Dipper among the Buckhorns, Black alders, Willow trees and Narrow-leaved ashes from the shores, fishing regional fishes like *Pseudochondrostoma duriense* or *Squalius alburnoides*.

From spring onwards you can experience the arrival of the giants of the skies migrating from the African continent to nest on the rocky slopes: the Griffon, the Briton and, the more rare Black vulture.



Chasco-preto
Black wheatear
(*Oenanthe leucura*)



Melro-d'água
Dipper
(*Cinclus cinclus*)



Bordalo
(*Squalius alburnus*)



Boga-duriense
(*Pseudochondrostoma duriensis*)



Grifo
Griffon
(*Gips fulvus*)



Britangon
Briton
(*Neophron perc*



Abutre-preto
Black vulture
(*Aegypius monachus*)

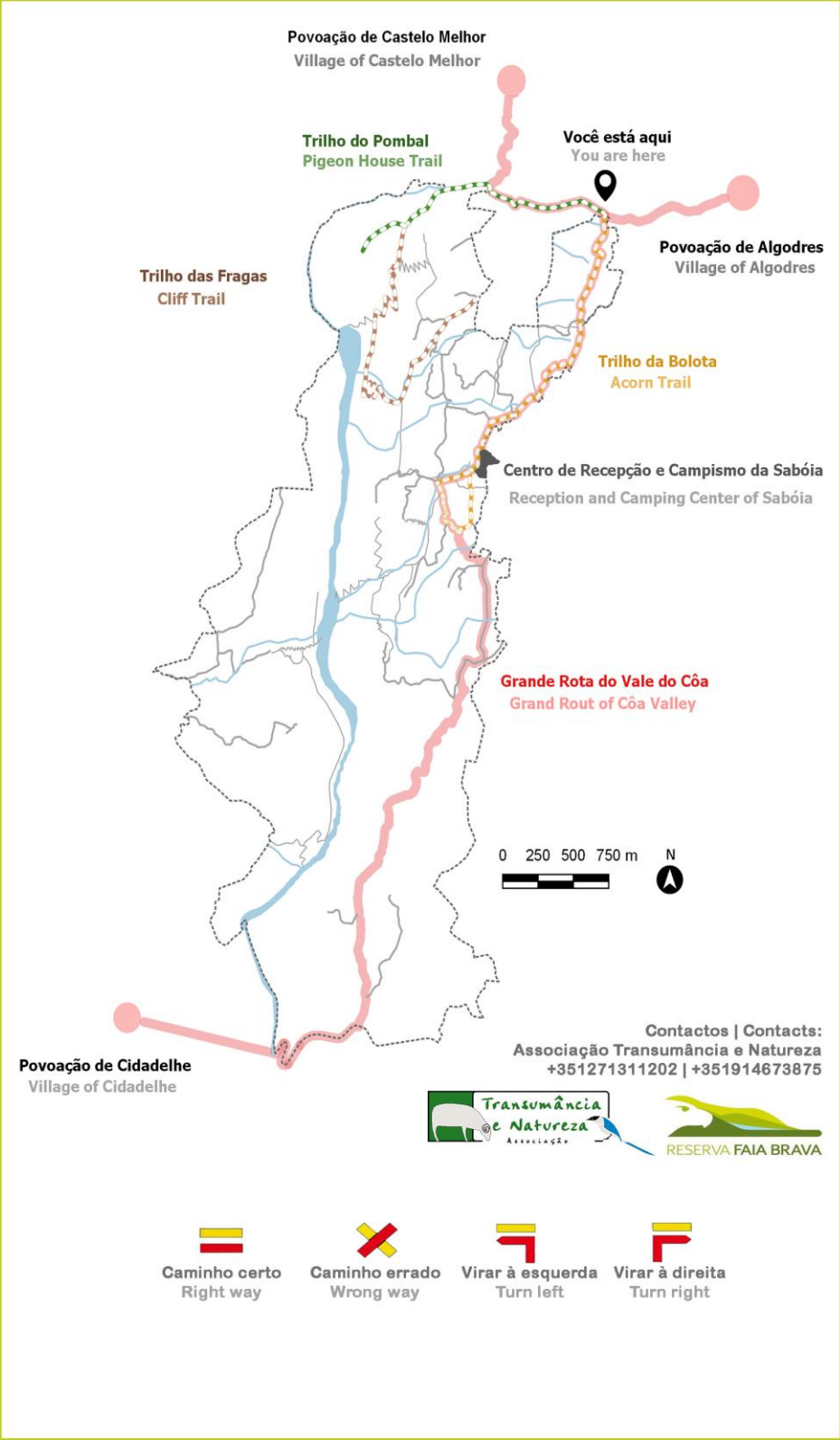
RECOMENDAÇÕES: tente fazer pouco ruído ao longo do percurso, principalmente durante o período de nidificação das aves rupícolas (primavera-verão), de modo a não perturbar e colocar em risco a sobrevivência das ninhadas por abandono dos adultos destabilizados. Evite circular fora do trilho sinalizado e, caso o faça, opte por caminhos pré-existentes. Desta forma estará a contribuir para a preservação desta paisagem, evitando fragmentar *habitats*, comprometer a regeneração da vegetação e, afectar a livre circulação da fauna. Esta paisagem acolheu-o generosamente, seja uma boa visita e cuide dela. Desfrute, relaxe, mas não deixe vestígios da sua presença que a possam degradar, como lixos, leve-os consigo e deposite-os em locais apropriados, essa será a melhor lembrança que lhe poderá deixar. As recordações são importantes, ligam-nos às paisagens, tire fotografias, desenhe, desperte os sentidos mas não recolha plantas nem animais por mais belos que sejam eles pertencem aos ciclos de vida deste lugar.

RECOMMENDATIONS: try to make little noise along the way, especially during the nesting period of the rupicolous birds (spring-summer), so as not to disturb and endanger the survival of the young birds abandoned by destabilized parents. Avoid walking off the posted trail and if you do, choose pre-existing paths. In this way you will contribute to the preservation of this landscape avoiding the *habitats* fragmentation, compromise of vegetation regeneration and free circulation of the fauna. This landscape has welcomed you generously so be a good visit and take care of it. Enjoy, relax, but do not leave traces of your presence that could degrade it as trash, take it with you and deposit it in appropriate places. This will be the best memory you can leave. Memories are important, connect us with the landscapes so feel free to take photographs, draw, awaken all your senses but do not collect plants or animals for more beautiful as they may look, they belong to the life cycles of this place.

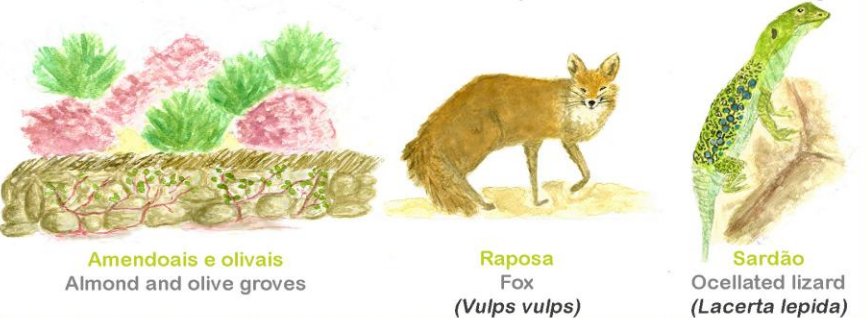
Figura 25. Placa de sinalização: trilho das fragas (texto, figuras e concepção: autora – Mariana Dias)

PR 3 | TRILHO DO POMBAL PIGEON HOUSE TRAIL

Distância/ Distance: 2 Km
Duração/ Time: 30 min
Nível de dificuldade/ Difficulty level: Baixo/ Low
Altitude máxima/ Highest point: 492 m
Altitude mínima/ Lowest point: 383 m



Percorrendo caminhos rurais, este percurso atravessa oliveais e amendoeais ora compartimentados por muros de granito com coroaamento (técnica de construção tradicional) ora em socalcos, o que revela a aproximação do limite do planalto com as suas vertentes imponentes. Nestes pomares de sequeiro poderá avistar a curiosa Raposa há procura de frutos maduros caídos das oliveiras ou das doces e diversas amoras silvestres que ladeiam os caminhos. Já ao longo dos muros poderá ser saudado pelo colorido Sardão, o maior lagarto da Península Ibérica que chega aos impressionantes 80 centímetros de comprimento. Going along rural paths, this rout crosses olive and almond trees groves sometimes compartmentalized by traditional granite walls or terraces, which reveals the proximity with the highland boundary with the steep slopes off the valley. In these dry-growing orchards you may spot a curious Fox, looking for ripe fruits fallen from the olive trees and the Wild blackberries, which exist along the way. Next to the walls you can be greeted by the colorful Ocellated lizard, the largest one of the Iberian Peninsula that reaches the impressive 80 centimeters length.



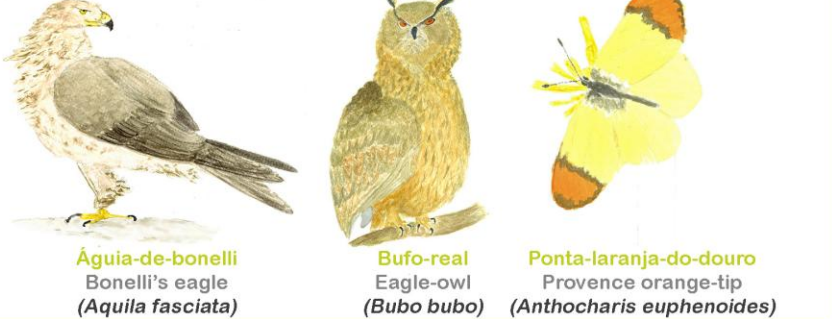
A primavera começa com a floração das amendoeiras que vestem de rosa-pálido este percurso e, anunciam a chegada do Andorinhão-real com os seus voos acrobáticos ao longo dos rochedos. Início de atividade também para a borboleta Ponta-laranja-do-douro nas florações dos matos rupícolas. No final do trilho, espera-o um singelo pombal, construção rural outrora importante para manter a escassa fertilidade dos terrenos agrícolas da região com o estrume, localmente chamado de pombinho, do Pombo-das-rochas. Esta ave apesar de selvagem e frequente ao longo do vale, aqui encontrava condições para nidificar e fácil alimento nos cereais e água, em tempos, fornecidos pelos agricultores locais para o atrair.

The spring begins with the flowering of the almond trees that fill this rout of soft-pink and announce the arrival of the Alpine swift with its acrobatic flights along the cliffs. Also the begin of activity for the Provence orange-tip butterfly in the flowering rocky shrubs.

At the end of the trail, a simple pigeon house is waiting for you, a rural construction once important to maintain the low fertility of the region's agricultural land with the manure, locally called as *little pigeon*, of the Rock dove. This wild and frequent bird throughout the valley was found here to nest and easy feed by the cereals and water once provided by local farmers to attract it.



Para os olhares mais atentos poderá destacar-se a silhueta da Águia-de-bonelli, *ex-libris* e símbolo da Faia Brava ou, do Bufo-real, ambas aves cada vez mais raras de observar em Portugal, pela necessidade de refúgio em locais rochosos abrigados e pouco perturbados pela população humana. Desfrute ainda da vista panorâmica do Pombal do Couto para o planalto da Beira Transmontana, que se estende a norte em direção à região de Trás-os-Montes e a sul rumo à Guarda. The more attentive observers may find the silhouette of the Bonelli's eagle, iconic and symbol of Faia Brava or the Eurasian eagle-owl, both birds ever more rare to observe in Portugal, due to their need of refuge in rocky sheltered places and little disturbed by the human population. You can also enjoy the panoramic view of Couto's pigeon house to the highlands of the Beira Transmontana, which extends northwards towards the region of Trás-os-Montes and south towards Guarda.



RECOMENDAÇÕES: evite circular fora do trilho sinalizado e, caso o faça, opte por caminhos pré-existentes. Desta forma estará a contribuir para a preservação desta paisagem, evitando fragmentar *habitats*, comprometer a regeneração da vegetação e, afectar a livre circulação da fauna. Esta paisagem acolheu-o generosamente, seja uma boa visita e cuide dela. Desfrute, relaxe, mas não deixe vestígios da sua presença que a possam degradar, como lixos, leve-os consigo e deposite-os em locais apropriados, essa será a melhor lembrança que lhe poderá deixar. As recordações são importantes, ligam-nos às paisagens, tire fotografias, desenhe, desperte os sentidos mas não recolha plantas nem animais por mais belos que sejam, eles pertencem aos ciclos de vida deste lugar. **RECOMMENDATIONS:** avoid walking off the posted trail and if you do, choose pre-existing paths. In this way you will contribute to the preservation of this landscape avoiding the *habitats* fragmentation, compromise of vegetation regeneration and free circulation of the fauna. This landscape has welcomed you generously so be a good visit and take care of it. Enjoy, relax, but do not leave traces of your presence that could degrade it as trash, take it with you and deposit it in appropriate places. This will be the best memory you can leave. Memories are important, connect us with the landscapes so feel free to take photographs, draw, awaken all your senses but do not collect plants or animals for more beautiful as they may look, they belong to the life cycles of this place.

Figura 26. Placa de sinalização: trilho do pombal (texto, figuras e concepção: autora – Mariana Dias)

7. CONCLUSÕES

As paisagens culturais são a prova viva da extraordinária capacidade criativa do ser humano. Podendo ser no seu melhor diversificadas, complexas, multifacetadas, ecológica e culturalmente funcionais, singulares e por isso, em última análise, belas. São fruto do passar de testemunho entre gerações, épocas e povos que a ocuparam e procuraram moldar de alguma forma. E desse acto contínuo de criação, nasce a ligação emocional e afectiva a esses *sítios* que se tornaram *lugares*, espaços habitados pelo ser humano. Cria-se a sensação de pertença, identidade, conhecimento acumulado e imaginário coletivo, que reflecte o processo evolutivo de adaptação e integração da espécie humana nessa paisagem. No entanto, esse processo nem sempre é harmonioso e consciente, podendo levar a fixações humanas impostas, sobreexploração e degradação de recursos endógenos e, por conseguinte, a paisagens culturais degradadas, empobrecidas, débeis e, por vezes, em risco de ruptura.

No mediterrâneo, onde o longo historial de ocupação humana é notável, predominam paisagens culturais sob as raras paisagens naturais. De entre a diversidade paisagística existente, as paisagens ribeirinhas destacam-se como as mais valorizadas e singulares, pelas valências únicas que estes corredores ecológicos fornecem em serviços ecossistémicos, sociais e económicos não só há globalidade do mosaico-paisagístico circundante, como há comunidade humana que nela habita ou dela depende. As paisagens ribeirinhas foram, por isso, ao longo dos tempos motivo de cobiça, concentração de povoados, desenvolvimento de engenhos e ofícios. Estas paisagens representam, no mediterrâneo, um papel fundamental na manutenção do equilíbrio da globalidade do mosaico-paisagístico, onde é lugar-comum a escassez de fertilidade, propensão a fenómenos cíclicos de fogo e parca abundância de bosques maduros, densos e frescos.

A região de Riba-Côa representa tudo isto, uma paisagem ribeirinha com forte carácter cultural em plena região raiana na fronteira com Espanha. O estudo desenvolvido, ao longo deste trabalho, sobre a sua génese e posterior história da ocupação e transformação humana desta paisagem, revela o potencial de abundância que desde a origem da vida ela albergou. Mais tarde a espécie humana reconheceu e, como tal, por aqui circulou e iniciou a sua atividade colectora nómada e, posteriormente, sedentária e civilizacional.

Da história desta paisagem destacam-se três grandes momentos evolutivos:

- A sua origem pristina no auge da sua fertilidade e equilíbrio natural, verde, pujante e rica em biodiversidade. Fase de maturidade e complexidade de *habitats* com carvalhais, zimbrais, matas ripícolas abundantes, charcos e pradarias de altitude nos planaltos. O

período favorável para os lobos, ursos, cabras-montesas, cavalos-selvagens, auroques, entre tantos outros.

- O posterior e longo processo de culturalização da paisagem desde os primeiros indícios de ocupação humana pré-histórica, com a abertura de pequenas clareiras, prática de queimadas e agro-pastorícia itinerante. E, mais tarde, a fixação de povoados, mosaicos de parcelas agro-silvo-pastoris, domesticação e extinção de espécies e, contínuo desbaste das matas cada vez mais residuais.

- E, por fim, o momento atual de débil disponibilidade de recursos, diminuição da densidade de ocupação humana e procura de soluções para uma exploração mais consciente das riquezas desta paisagem, que permitam e promovam em simultâneo a sua regeneração e resiliência necessárias.

Da procura de novas soluções ao longo deste trabalho para a gestão deste território, admitiu-se a necessidade de em primeira instância conhecer o cumular de processos naturais e antrópicos, de modo a entender as suas potencialidades, necessidades e fragilidades que resultaram das relações entre paisagem–espécies selvagens e paisagem–espécie humana. E considerando o conhecimento regional acumulado reconhecer os erros a não repetir e a sabedoria a preservar.

A produtividade primária agro-silvo-pastoril, apresentada ao longo do trabalho, é determinante para a manutenção da heterogeneidade e complexidade do mosaico-paisagístico permitindo, em modo pouco intensivo, manter a sustentabilidade produtiva, criar condições ecologicamente ricas de *habitats* para a fauna, conservação de solo e aclimação local.

Deste conjugar de práticas resultam os característicos padrões regionais de Riba-Côa com olival, amendoal e vinha compartimentados por sebes de pedra seca e/ou vegetação, por vezes em socalcos. As extensões de cereal, montado de sobro, lameiros e, residualmente, matos e bosquetes. Com a pastorícia extensiva assegura-se a fertilização dos terrenos, a roça dos matos, a manutenção dos lameiros e descontinuidades naturais entre parcelas, favoráveis há livre circulação da fauna, diminuição da carga de combustível e regeneração espontânea.

Na arquitetura vernacular da região, encontram-se estruturas como os pombais, as curraladas, os poços, os já referidos muros ou os moinhos de água, que representam engenhos complementares ao funcionamento destas atividades, estruturas integradas na paisagem e, por vezes, refúgios para a biodiversidade. O montado de sobro, resultado da simplificação da mata original, surge como intermediário entre as diferentes tipologias de áreas agrícolas e naturais, permitindo o pastoreio doméstico e/ou selvagem, exploração de

recursos silvícolas como a cortiça e os cogumelos e a criação de condições de abrigo, alimento e circulação para a fauna.

Considerando os factores referidos, reconhece-se a resiliência que a paisagem de Riba-Côa possui e que a torna única e aprazível de ser visitada. No entanto, é desejável que atraia um turismo consciente, que a pretenda conhecer, respeitar e preservar e não um turismo massivo e prejudicial. Nesse sentido, existem dois projetos na região a desenvolver este trabalho de acolhimento, divulgação e preservação desta paisagem: o Parque Arqueológico do Vale do Côa e, dentro dele, a Faia Brava gerida pela Associação Transumância e Natureza. O primeiro com o objetivo de divulgação e conservação dos vestígios de ocupação humana pré-histórica na região e, o segundo, com objetivos mais abrangentes e complexos não só de preservação dos vestígios patrimoniais pré-históricos e contemporâneos como também, de reabilitação do mosaico de áreas agrícolas, *habitats* e fauna associada existente ou, com potencial de retorno.

Neste trabalho, procurou-se revelar a história da paisagem de Riba-Côa, tal como se descreve anteriormente, entender a evolução e relação entre os processos ecológicos e antrópicos, de modo a identificar, no caso de estudo da Faia Brava, as unidades de paisagem que resumem essa história. A sua delimitação a uma escala local teve como ponto de partida um estudo mais abrangente desenvolvido à escala nacional pela DGOTDU, que relativamente há zona da área de estudo identificou duas UPs: o Vale do Côa e o Planalto da Beira Transmontana. O detalhar destas unidades a uma escala menor, permitiu neste trabalho definir quatro UPs dentro da Faia Brava: o Rio Côa e Bosque Ripícola, as Fragas e Vertentes Cascalhentas, os Bosquetes e Ribeiros do Planalto e, o Montado da Beira Transmontana.

Após terem sido identificadas as UPs cada uma com características específicas de geomorfologia, *habitats*, fauna, património antrópico e conteúdo estético realizou-se uma análise do estado ecológico de cada UP, tendo-se concluído o seguinte:

Existe um empobrecimento generalizado dos *habitats* das UPs. A mata ripícola do rio Côa encontra-se reduzida aos tamujais-salgueirais arbustivos e a escassos freixiais e, nos ribeiros do planalto apenas persistem comunidades de ranúnculo no leito de escoamento e freixiais nas margens. As matas em geral simplificadas, nas escarpas revelam escassez de zimbro, a espécie climática, e as matas de azinheira e de sobreiro apresentam um sub-bosque esparso e reduzido. O montado de sobreiro algo envelhecido necessita de ser renovado e tal é evidente pela extensão de matos de giesta-branca e de subestepes existentes.

Como tal, para promover a reabilitação ecológica, realizou-se a proposta de reintrodução das espécies em falta em cada um dos *habitats* empobrecidos e/ou quase inexistentes. Nomeadamente com a restituição das comunidades do sistema húmido do Côa, com os salgueiros arbustivos, a galeria ripícola de choupal-salgueiral e amial e, as comunidades de freixo. Nos ribeiros propôs-se a reposição dos choupais-salgueirais e consolidação dos freixiais. Nas comunidades de sistema seco, sugeriu-se a reposição do zimbro no seu *habitat* e, nas florestas de azinheira e de sobreiro, a reintrodução do sub-bosque e a sua expansão para os matos em regeneração pré-existentes. E, no montado, o adensamento e expansão da sua área. Dada a diversidade em livre-circulação de fauna selvagem, as condições de insolação extremas e o estado de degradação atual dos solos pretende-se que as plantações sejam concentradas, estrategicamente definidas e temporariamente vedadas de forma a assegurar melhores resultados.

As medidas referidas para a consolidação dos *habitats* pretendem contribuir para a melhoria das funcionalidades ecológicas locais atualmente comprometidas, isto é, evitar o agravar de atuais fenómenos erosivos resultado do escoamento fluvial e ribeirinho desorganizado e torrencial, as amplitudes térmicas com a ocorrência de geada e de nevoeiros no inverno e de estio pronunciado no verão. Promover a retenção e conservação de solo, pobre e escasso, ao longo das vertentes e no interior do planalto e criar condições de circulação, permanência e alimento para a fauna. E, não menos importante, enriquecer a experiência estética e sensitiva de fruição desta paisagem.

Por fim, com o objetivo de criar um produto de divulgação das UPs previamente definidas, foram delimitados trilhos interpretativos das mesmas com placas informativas associadas. Tendo-se proposto três trilhos: o Trilho da Bolota, o Trilho das Fragas e o Trilho do Pombal. Estes percursos pretendem contribuir para a oferta turística e educativa pré-existente na Faia Brava, procurando proporcionar experiências enriquecedoras que explorem o património natural, cultural e estético do seu mosaico-paisagístico.

8. BIBLIOGRAFIA

- **Livros:**

ANDERSEN, M.T.L.M., 1992. *Para a Crítica da Paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

ATN, 2008. *Pombais Tradicionais no Vale do Rio Côa, Z.P.E. Zona de Proteção Especial*. Eds. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e Associação Transumância de Natureza, Figueira de Castelo Rodrigo.

CABRAL, F.C., 1980. *O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza*. Seminário da Conservação da Natureza, Serviços de Conservação da Natureza, Lisboa.

CABRAL, F.C., 1993. *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.

CABRAL, F.C.; TELLES, G.R. 2005. *A Árvore Em Portugal*. Ed. Assírio & Alvim (1º Ed. 1999), Lisboa.

CÂMARA, M.P.N.S., 1957. *O Turismo e a Paisagem*. Revista Agros nº2.

CÂMARA, M.P.N.S., 1985. *Análise de Impactes Visuais da Central Térmica da Amorosa a Figueira da Foz*.

CARMO, R.M., 2010. *A Agricultura Familiar em Portugal: Rupturas e Continuidades*. Revista de Economia e Sociologia Rural.

COSME, J.; MONTEIRO, A., 2006. *Ambientes de Figueira de Castelo Rodrigo, a magia e o encanto no concelho*. Ed. Município de Figueira de Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo.

DGOTDU, 2004a. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Vol. I. Ed. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

DGOTDU, 2004b. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Vol. III. Ed. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

DRAMSTAD, W.E.; OLSON, J.D.; FORMAN, R.J. 1996. *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-Use Planning*. Ed. Island Press, Harvard University Graduated School of Design and the American Society of Landscape Architects, Washington.

FARINHA, J.C. (Coord. Ed.) 2000. *Percursos: Paisagens & Habitats de Portugal*. Ed. Assírio & Alvim, Lisboa.

FORMAN, R.; GODRON, M. 1986. *Landscape Ecology*. Ed. John Wiley & Sons, New York.

GAMA, A.; SMIT, H.; BERLINER, A.; FIGUEIREDO, F.; GASPAR, P. 2010. *Plano de Gestão Área Protegida Privada Faia-Brava 2009-2010*. Ed. Associação Transumância e Natureza, Figueira de Castelo Rodrigo.

LEITÃO, A. 1996. *Integração de Técnicas de Avaliação em SIG*. Dissertação de Mestrado em Mineralogia e Planeamento Mineiro, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

LIMA, A.S.; RODRIGUES, M. (Coord. Ed.), 2013. *Arquitecturas da Água – Entre o Côa, o Águeda e o Douro Internacional*. Eds. Secretaria de Estado da Cultura e Direção Regional da Cultura do Norte.

LITTON, R.B.; TETLOW, R.J.; SORENSEN, J.; BEATTY, R.A. 1974. *Water and Landscape. An aesthetic overview of the role of water in landscape*. Water Information Center, Inc., Port Washington, New York.

LOURO, G.; MARQUES, H.; SALINAS, F., 2002. *Elementos de Apoio à Elaboração de Projectos Florestais*. Ed. Direcção-Geral das Florestas, Lisboa.

LUÍS, L. 2011. *A Arte e os Artistas do Vale do Côa*. Ed. Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico, Lisboa (1^o Ed. 2008).

MACHADO, J.R.; Ahern, J. 1997. *Environmental Challenges in an Expanding Urban World and the Role of Emerging Information Technologies*. National Center for Geographical Information, Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território, Lisbon.

MAGALHÃES, M.R. 1996. *Morfologia da Paisagem*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

MAGALHÃES, M.R. 2001. *A Arquitectura Paisagista, morfologia e complexidade*. Ed. Estampa, Lisboa.

MARQUES, P.F. 1995. *Erosion and Land Degradation in the Mediterranean: The Impacts of Agriculture, Forestry and Tourism. Riparian Corridors and Opportunities for Landscape Restoration*. International Union Conference – Study Group on Erosion and Desertification in

Regions of Mediterranean Climate (MED), Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território, Universidade de Aveiro, Aveiro.

MATHIAS, M.L. 1999. *Mamíferos Terrestres de Portugal Continental, Açores e Madeira*. Ed. Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.

MONTEIRO, F.A.M.P.T. 1998. *Qualidade da Paisagem Ribeirinha num Contexto Mediterrânico. Proposta de avaliação para corredores fluviais da bacia hidrográfica da Ribeira das Alcáçovas*. Relatório de trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

MOPT, 1992. *Guía para la elaboración de estúdios del medio físico. Contenido y metodología*. Ministerio de Obras Públicas y Transportes, Secretaria de Estado para las Políticas del Agua y el Medio Ambiente, Madrid.

MUNIAIN, J.M.S. 1945. *Estética del Paisaje Natural*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid, Madrid.

OLIVEIRA, M.J.A.M. 2000. *Metodologia para o Estudo da Estrutura da Paisagem no Concelho da Chamusca*. Relatório de fim de curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PENA, A.; CABRAL, J., 1992. *Roteiros da Natureza Região Centro*. Departamento de Natureza. Ed. Temas e Debates.

PEREIRA, P.; GODINHO, C.; ROQUE, I.; RABAÇA, J.E., 2015. *O montado e as Aves: Boas Práticas para uma Gestão Sustentável*. Eds. Câmara Municipal de Coruche e Universidade de Évora.

PERESTRELO, M.S.G., 2002. *A Romanização da Bacia do Côa*. Ed. Parque Arqueológico do Vale do Côa.

PORTEOUS, J.D. 1996. *Environmental Aesthetics, Ideas, Politics and Planning*. Routledge, Great Britain.

RIBEIRO, O. 1995a. *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*. Vol. IV. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIBEIRO, O. 1995b. *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais*. Vol. VI. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIBEIRO, O. 2011a. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Ed. Livraria Letra Livre (1º Ed. 1945).

RIBEIRO, O. 2011b. *Mediterrâneo: Ambiente e Tradição*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1º Ed. 1987).

SAAP/ISA 1995. *Estudo Paisagístico da Zona Envolvente da Lagoa de Óbidos, Estratégia de Conservação da Qualidade Paisagística*. Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

SANTOS, M.V.; SANCHÉZ, L.D.; HERNANDÉZ, P.B. 2006. *Guía de las Plantas Silvestres de los Arribes del Duero zamoranos y su entorno*. Ed. Náyade, Valladolid.

SARAIVA, M.G. 1995a. *O Rio como Paisagem. Gestão de Corredores Fluviais no quadro do Ordenamento do Território*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

SARAIVA, M.G. 1995b. *Ecossistemas Ribeirinhos. Dimensões Culturais dos Sistemas Ribeirinhos no Uso do Território e da Paisagem*. Congresso Nacional da Conservação da Natureza, Lisboa.

SILVA, J. S. (Coord. Ed.) 2007a. Coleção Árvores e Florestas de Portugal. *Os Carvalhais, Um património a conservar*. Vol. II. Eds. Jornal Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa.

SILVA, J. S. (Coord. Ed.) 2007b. Coleção Árvores e Florestas de Portugal. *Floresta e Sociedade, Uma história comum*. Vol. VII. Eds. Jornal Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa.

SWANWICK, C. 1997. Landscape Assesment of Fresh Waters. In *Freshwater Quality: Defining the Indefinable?*. Ed. The Stationery Office, Edinburgh.

VALLE, P.R.B. 1998. *Proposta de Uma Medida de Ordenamento da Paisagem Rural, Bandas Ripícolas*. Relatório de trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

ZONNEVELD, I.S. 1995. *Land Ecology. An Introduction to Landscape Ecology as a Base for Land Evaluation, Land Management and Conservation*. Ed. SPB Academic Publishing, Amsterdam.

- **Websites:**

ICNF. *Área Protegida Privada Faia-Brava*. [Consult. Maio, 2016]. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/amb-priv/app-faia-brava>

ICNF. *ZPE Vale do Côa*. [Consult. Abril, 2016]. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/docs/zpe-cont/vcoa>

INE, 2016. *Caracterização Socioeconómica do Município do Sabugal*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em: <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0911.pdf>

INE, 2016. *Caracterização Socioeconómica do Município de Almeida*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em: <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0902.pdf>

INE, 2016. *Caracterização Socioeconómica do Município de Pinhel*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em: <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0910.pdf>

INE, 2016. *Caracterização Socioeconómica do Município de Figueira de Castelo Rodrigo*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em: <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0904.pdf>

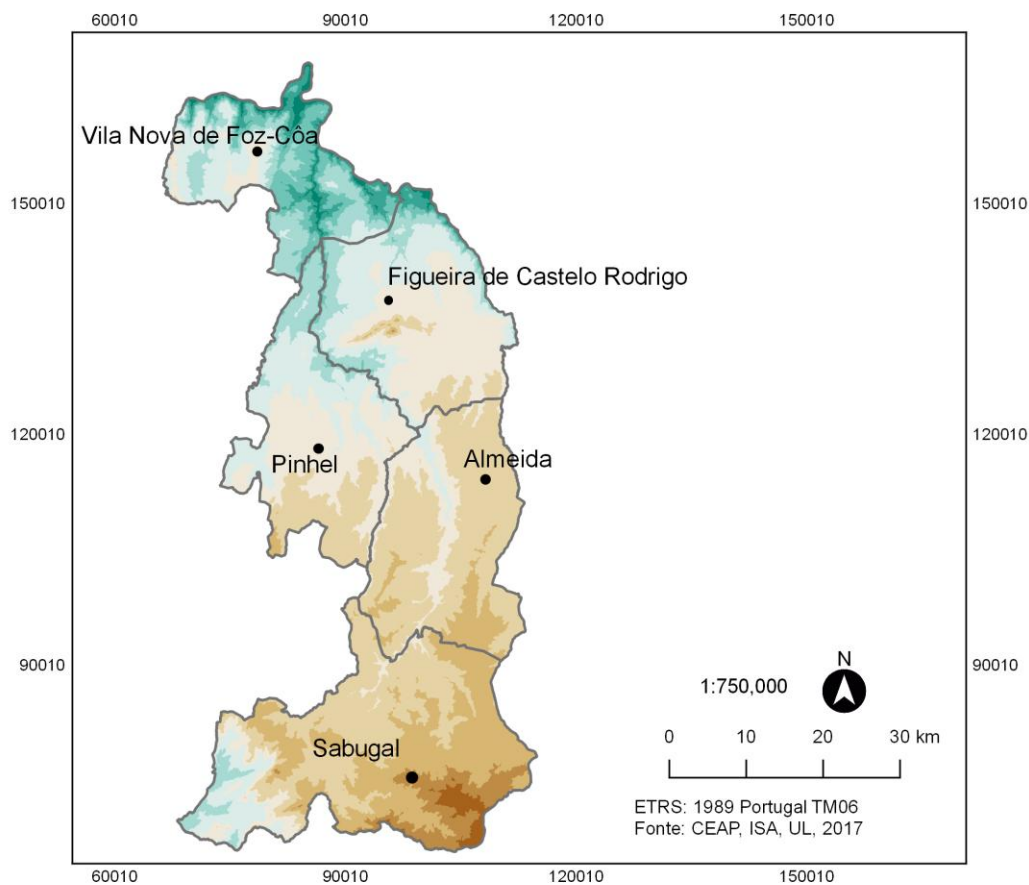
INE, 2016. *Caracterização Socioeconómica do Município de Vila Nova de Foz Côa*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em: <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0914.pdf>

INE, 2016. *Portugal (des)continuidades demográficas: Norte e Centro Interior 2011*. [Consult. Janeiro, 2017]. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=226323249&ESTUDOSmodo=2

9. ANEXOS

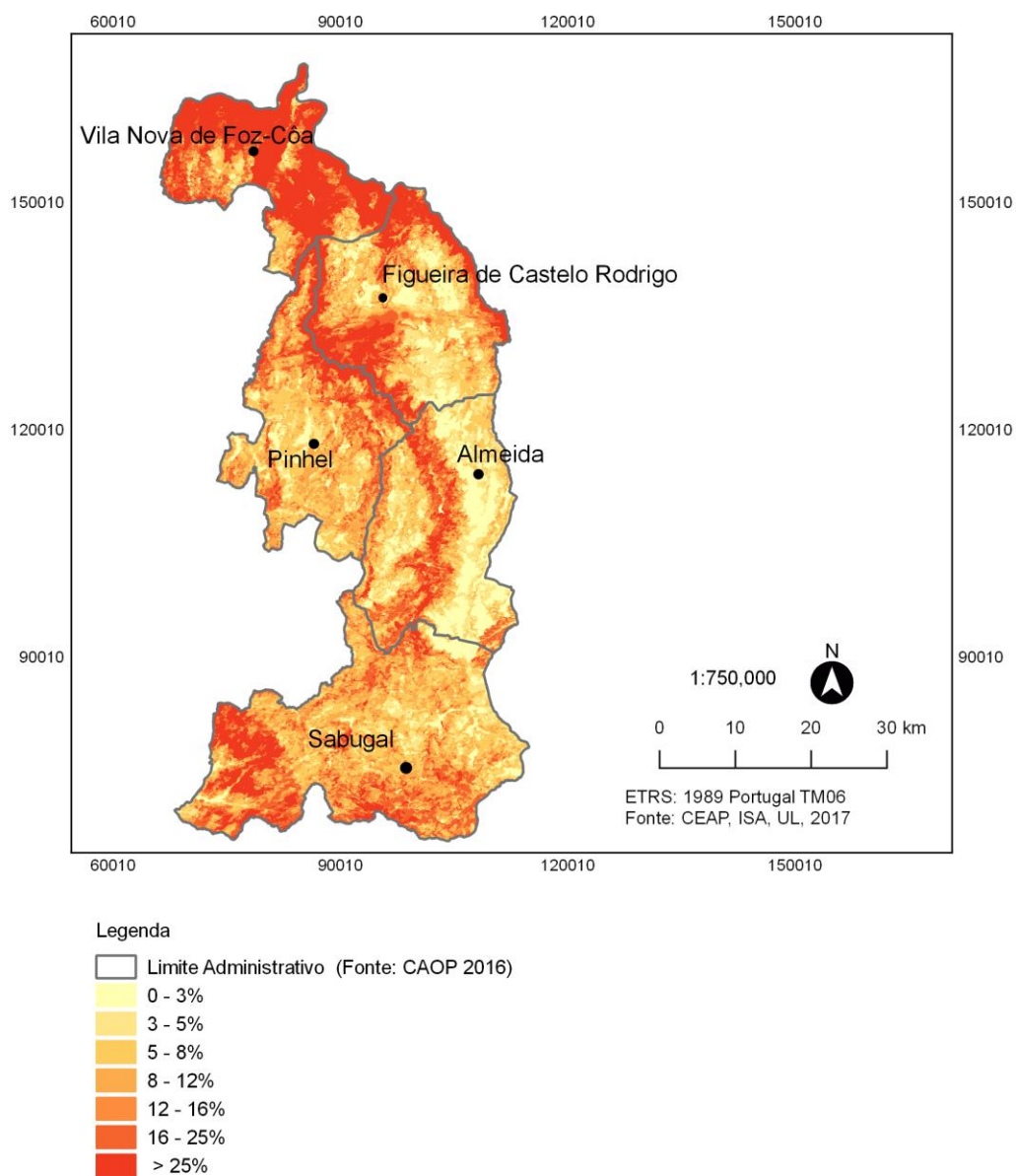
HIPSOMETRIA



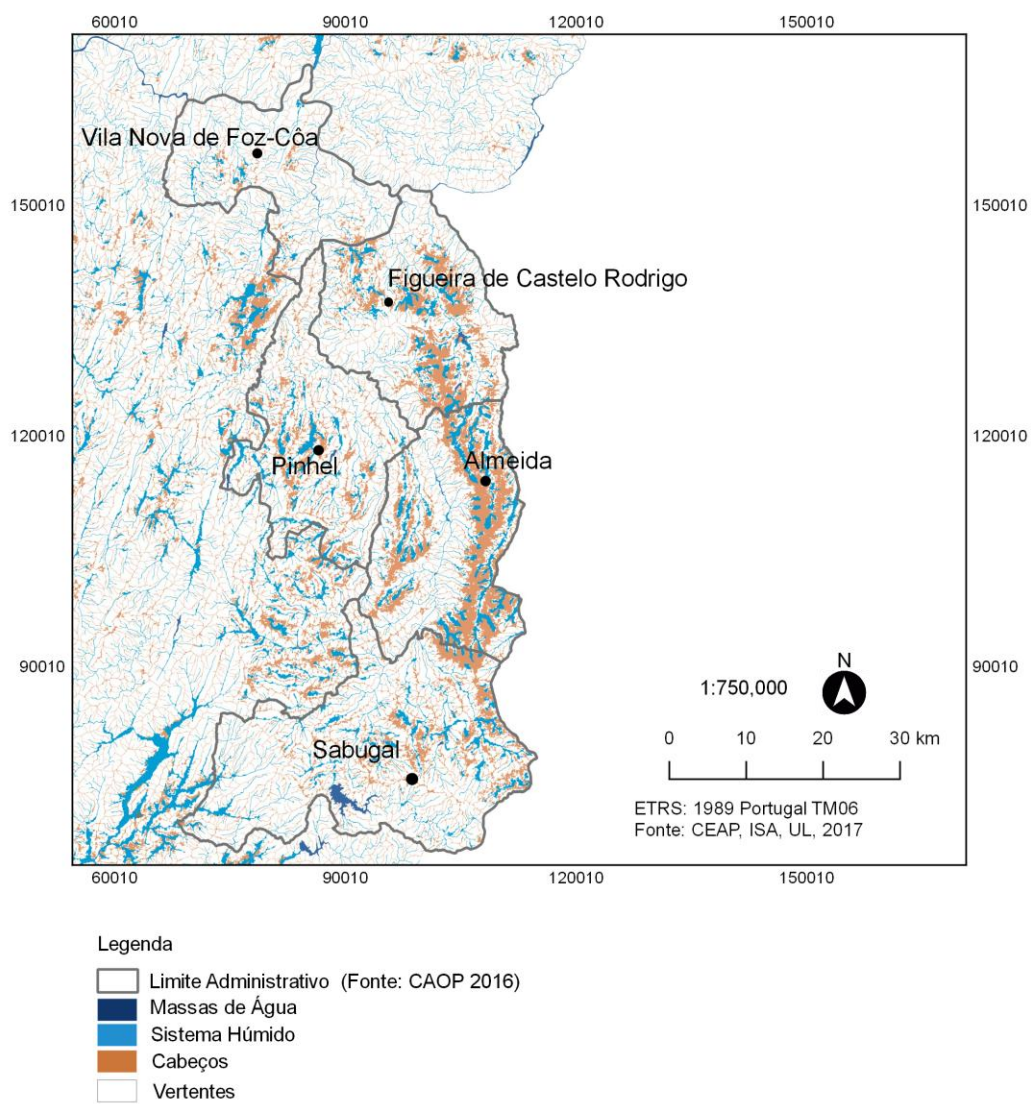
Legenda

- Limite Administrativo (Fonte: CAOP 2016)
- 100 - 200 m
- 200 - 300 m
- 300 - 400 m
- 400 - 500 m
- 500 - 600 m
- 600 - 700 m
- 700 - 800 m
- 800 - 900 m
- 900 - 1000 m
- > 1000 m

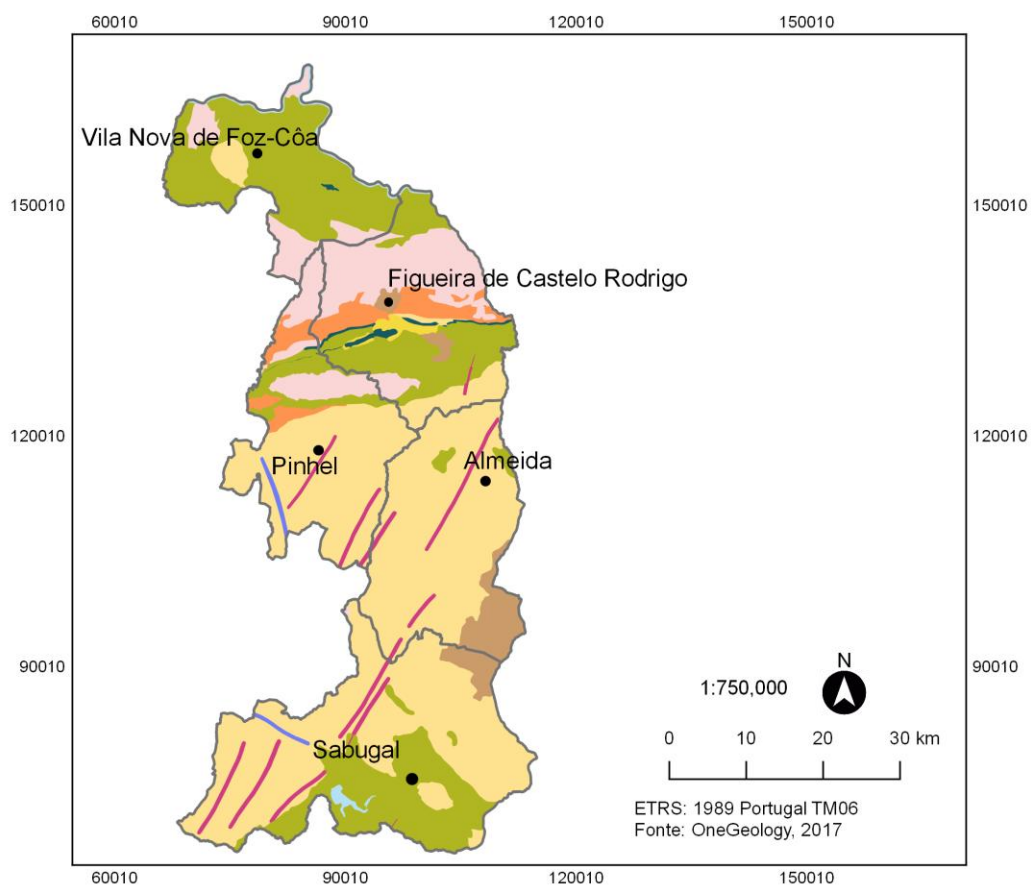
DECLIVES



MORFOLOGIA DO TERRENO



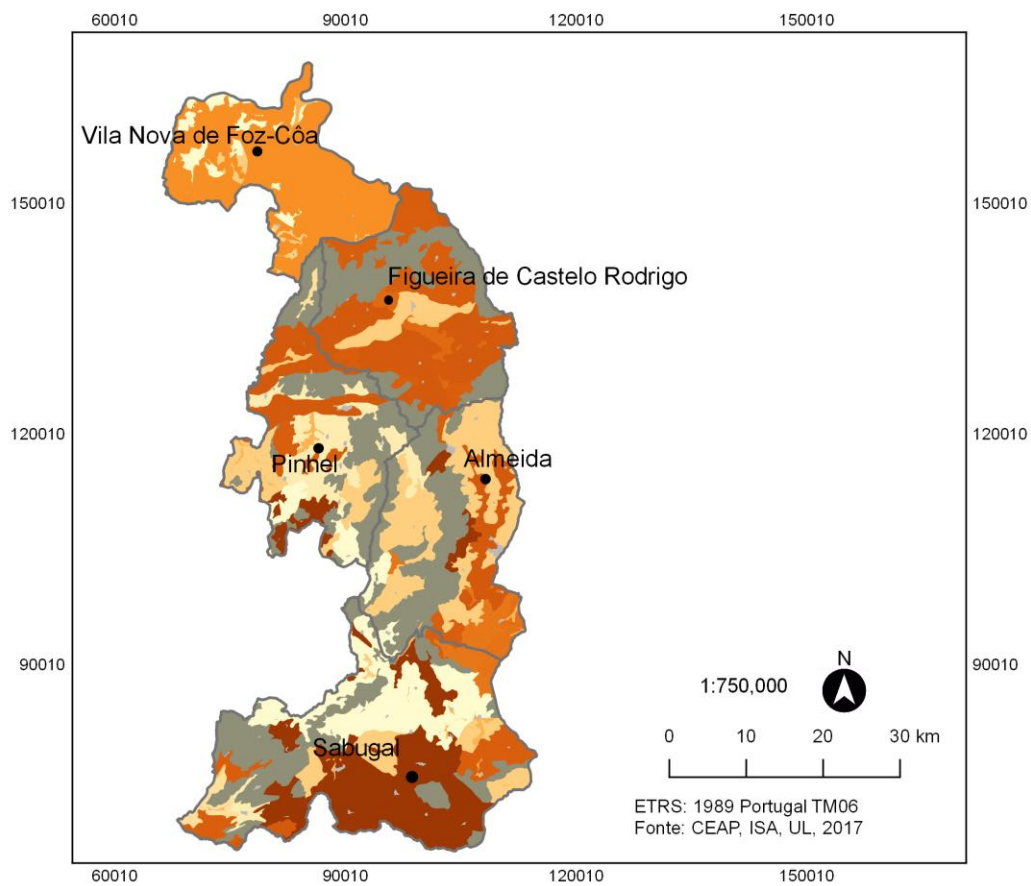
GEOLOGIA



Legenda

- Limite Administrativo (Fonte: CAOP 2016)
- Filões de basalto
- Filões de quartzo
- Filitos e Xistos
- Quartzitos
- Arenitos
- Conglomerados
- Granitos Biotíticos
- Granitos de Duas Micas
- Granitos e Gnaisses Migmatíticos
- Plano de Água

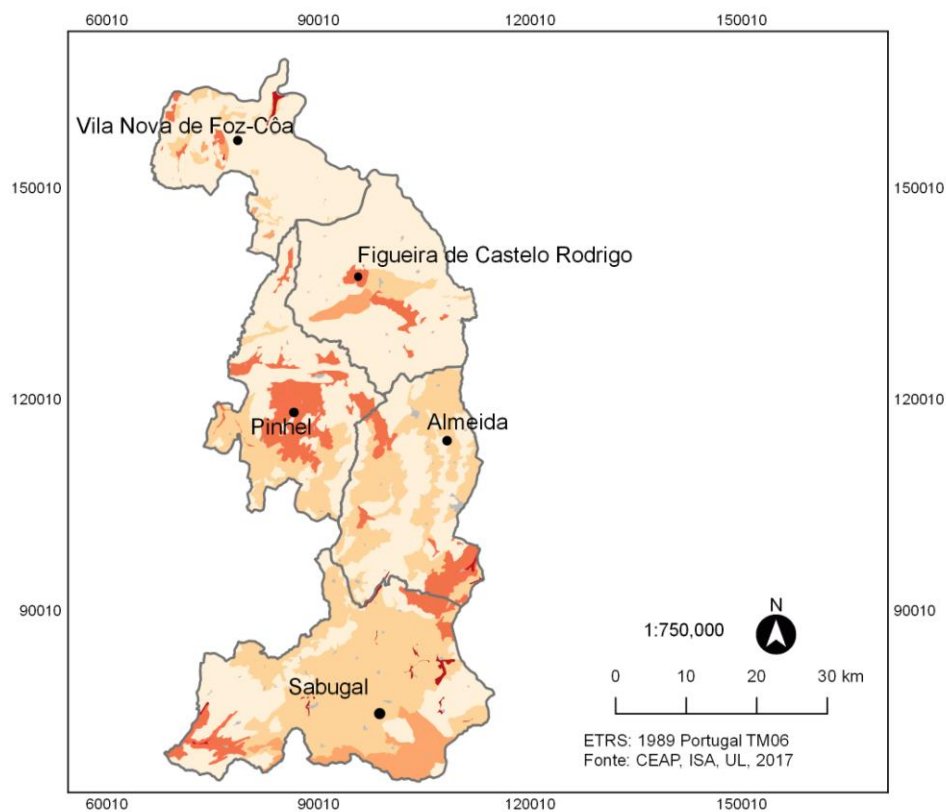
SOLOS



Legenda

- Limite Administrativo (Fonte: CAOP 2016)
- Área Social
- Afloramento rochoso
- Antrossolos
- Antrossolos com Cambissolos
- Cambissolos com Antrossolos
- Cambissolos
- Fluvissoles
- Leptossolos
- Luvissolos
- Regossolos
- Umbrissolos

VALOR ECOLÓGICO DO SOLO



Legenda

- Limite Administrativo (Fonte: CAOP 2016)
- Área Social
- Muito Reduzido
- Reduzido
- Variável
- Elevado
- Muito Elevado

ANEXO G. Aviso legal da aprovação da APP Faia Brava

60344

Diário da República, 2.ª série — N.º 240 — 14 de Dezembro de 2010

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 26025/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, para preenchimento de três postos de trabalho, de Técnico Superior para Contrato de Trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para exercício de funções na estrutura técnica do programa operacional regional do centro — Mais Centro, publicitada através do Aviso n.º 12167/2010, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 18 de Outubro de 2010, foram atribuídas aos candidatos que se apresentaram as prestar as provas as seguintes classificações.

Ordenação	Nome	Classificação final
1	Sandra Maria Pratas Leite	16,21
2	Lara Cristina Santos Antunes Pereira	15,74
3	Inês Duarte Andrade Braga	14,94
4	Rita Catarina Matos Pinto Bronze	12,31
5	Sandra Cristina da Piedade Francisco	10,38

A presente lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho do Sr. Presidente da CCDRC em 06 de Dezembro de 2010, tendo sido afixada na sede da CCDRC e publicitada na página electrónica deste Organismo, bem como notificada aos candidatos nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 de Dezembro de 2010. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.
204038833

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 18521/2010

Delegação de competências nos chefes de divisão dos serviços sub-regionais

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego nos chefes de Divisão dos Serviços Sub-Regional de Beja, Licenciado Carlos Alexandre de Brito Vitorio Braga, do Serviço Sub-Regional de Portalegre, Mestre José Fidalgo Rosa Gaspar e do Serviço Sub-Regional do Litoral, Licenciada Rita Alexandra de Andrade Souto, os poderes necessários para encaminhamento e tratamento da correspondência recebida e para assinatura do expediente necessário à mera instrução dos processos, com exclusão da dirigida à tutela e aos órgãos de soberania.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro, considerando ratificados todos os actos entretanto praticados, que se incluam no seu âmbito.

Ratifico ainda todos os actos praticados no período de 1 a 14 de Fevereiro relativos às seguintes matérias:

1) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhete ou título de transporte e ajudas de custo, antecipadas ou não;

2) Autorizar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, a condução de viaturas oficiais por pessoal do organismo.

CCDR Alentejo, 1 de Março de 2010. — O Presidente, *João de Deus Cordovil*.

204034831

Despacho (extracto) n.º 18522/2010

Delegação de competências em matéria de assiduidade nas unidades orgânicas flexíveis dependentes da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira.

Considerando que, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro e n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, compete aos dirigentes

de nível intermédio de 1.º grau justificar ou injustificar faltas e autorizar o gozo e a acumulação de férias;

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências constituem instrumentos privilegiados de gestão, que propiciam a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada;

Delego, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio Geral, Dr. Rui Manuel Mourato Pires Mendes, e na Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, Dr.ª Clara Maria Branco Bracons, os poderes para justificar ou injustificar faltas e autorizar o gozo e a acumulação de férias relativamente a todo o pessoal que se encontre na sua directa dependência.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Maio de 2010.

Évora, 10 de Maio de 2010. — A Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, *Rosa Mendes Banha*.
204034329

Instituto da Água, I. P.

Despacho n.º 18523/2010

Delegação de competências nos Vice-Presidentes do Instituto da Água, I. P. (INAG, I. P.)

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2007, de 27 de Abril, conjugado com o disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e no artigo 25.º-A, n.º 4 da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril e pela Lei n.º 64-A/2008, e tendo ainda presente as competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 2102/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 1 de Fevereiro de 2010, no uso das minhas competências próprias, procedo à seguinte alteração do meu Despacho n.º 8384/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 96, de 18 de Maio, que delegou e subdelegou nos Vice-Presidentes do Instituto da Água, I. P. (INAG, I. P.), licenciados Ana Maria Rodrigues Seixas do Val Ferreira e José João Monteiro da Rocha Afonso:

1 — [...]

[...]

r) Autorizar despesas dentro da competência que me é atribuída pela alínea a) dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

[...]

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, ficando por este meio ratificados, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos entretanto praticados pelos Vice-Presidentes do INAG desde o dia 18 de Maio do presente ano ao abrigo da alínea agora alterada.

6 de Dezembro de 2010. — O Presidente, *Orlando José Manuel de Castro e Borges*.

204039076

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Aviso n.º 26026/2010

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do artigo 5.º da Portaria n.º 1181/2009, de 07 de Outubro, torna-se público que foi reconhecida a área protegida privada cuja área e entidade gestora constam do despacho de reconhecimento, em anexo, podendo o respectivo plano de gestão ser consultado em www.icnb.pt e ainda nos locais seguintes:

Sede do ICNB; IP, sita na Rua de Santa Marta, 55, em Lisboa;

Sede da Associação Transumância e Natureza, sita na Travessa Serpa Pinto, 3, em Figueira de Castelo Rodrigo.

06/12/2010. — O Presidente, *Tito Rosa*.

ANEXO

Despacho de reconhecimento

Considerando que:

A Associação Transumância e Natureza apresentou, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, e da

Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro, requerimento para a constituição da área protegida privada designada por "Faia Brava", tendo o mesmo merecido parecer técnico favorável condicionado, que se acolhe;

A criação da área protegida privada proposta pela Associação Transumância e Natureza se reveste do maior interesse, na medida em que constituirá, de forma activa, um contributo importante para a conservação dos valores naturais e da biodiversidade bem como para a valorização do património geológico e paisagístico;

A área em causa está integrada na Zona de Protecção Especial do Vale do Côa (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro) e no Parque Arqueológico do Vale do Côa (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio);

Os valores naturais ocorrentes assumem, pela sua raridade, valor científico e ecológico, uma especial relevância que justifica o seu reconhecimento e a integração da área na Rede Nacional de Áreas Protegidas;

A designação desta área protegida assume particular importância por se tratar da primeira área protegida privada coincidindo com o Ano Internacional da Biodiversidade;

Assim, ao abrigo do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, e do n.º 3 do art.º 5.º da Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro, determino:

1 — É designada a Área Protegida Privada Faia Brava, cuja descrição e limites constam do anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — A gestão da "Área Protegida Privada Faia Brava" é assegurada pela Associação Transumância e Natureza, com o número de pessoa colectiva 505021340, e sede em Figueira de Castelo Rodrigo.

3 — Permanecem sujeitos ao parecer do ICNB, IP, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, os actos e actividades constantes do art.º 9.º, até à integração no Plano Director Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e no Plano Director Municipal de Pinhel das disposições contidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho).

Lisboa, 21 de Maio de 2010. — O Presidente do ICNB, I. P., Tito Rosa.

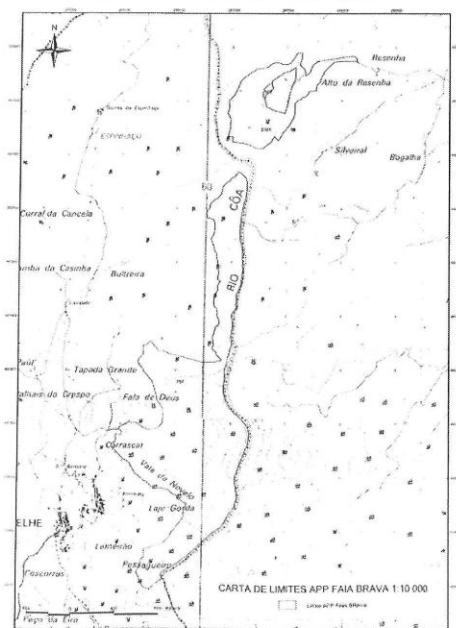
Área Protegida Privada Faia Brava

Descrição de limites

A APP Faia Brava é delimitada pelo perímetro dos artigos rústicos inscritos na matriz predial sob os n.ºs 907, 2101 da Freguesia de Algodres, do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e sob o n.º 797, da Freguesia de Cidadelhe, no concelho de Pinhel.

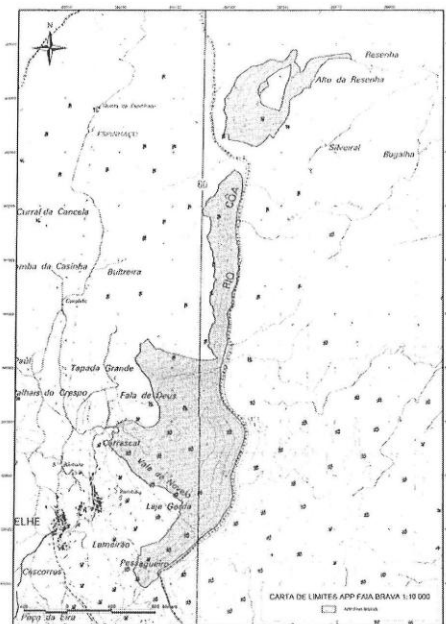
ANEXO I

Limites APP Faia Brava com artigos



ANEXO II

Limites APP Faia Brava a cheio



204049355

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 26027/2010

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para a ocupação de dois postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 6 de Maio de 2010, através do aviso n.º 9113/2010, e na Bolsa de Emprego Público através da oferta n.º OE201005/0155, homologada por meu despacho de 16 de Novembro de 2010 e a seguir discriminada:

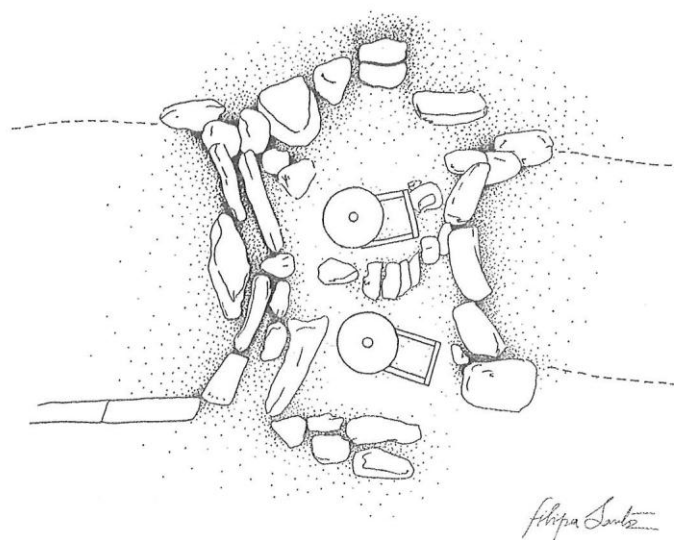
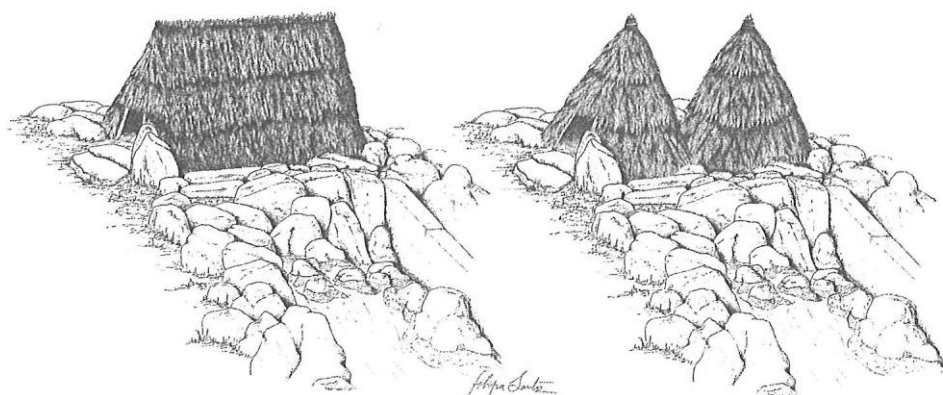
	Candidatos aprovados	Classificação final
1.º	Maria de Fátima de Jesus Martins Motty	17,44
2.º	Karoline Queiroz de Agrela	15,86
3.º	Paulo Alexandre da Costa Pio	15,73
4.º	Anabela de Jesus Lourenço	14,81

Lisboa, 25 de Novembro de 2010. — A Secretária-Geral, Maria João Paula Lourenço.

204038006

Aviso n.º 26028/2010

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para a ocupação de três postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, na moda-



**ANEXO H. Esquema da topologia de moinhos de água sem casa encontrados no Rio Côa
(LIMA e RODRIGUES, 2013)**



Entrada sul com muro tradicional



Posto de vigilância contra incêndios



Centro de recepção e campismo da Sabóia



Eco-lodges para alojamento turístico



Ribeiro com freixial ripícola e lameiro



Núcleo de pinturas rupestres



Engenho de mós de moinho de água no Côa



Nascente do Côa na Serra das Mesas Travessia do rio em estrutura tradicional no Sabugal



Vegetação ripícola no troço médio do Côa Zimbros e azinheiras no Vale do Águeda



Algodres: caminho rural de acesso à Faia Brava e área de cereal com sebe de vegetação